

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Demonstrações Contábeis consolidadas em 31 de
Dezembro de 2015, 2014 e 2013 com o relatório de
revisão da firma registrada de auditoria
independente

(Tradução livre do original em inglês)

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Relatório da firma registrada de auditoria independente	3
Balanço Patrimonial Consolidado	4
Demonstração do Resultado Consolidada	5
Demonstração do Resultado Abrangente Consolidada	6
Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidada	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidada	8
Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas	9
1. A Companhia e suas operações	9
2. Base de apresentação das informações contábeis	9
3. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na Companhia	10
4. Sumário das principais práticas contábeis	17
5. Estimativas e julgamentos relevantes	28
6. Novas normas e interpretações	35
7. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	36
8. Contas a receber	37
9. Estoques	41
10. Vendas e incorporações de ativos	42
11. Investimentos	44
12. Imobilizado	47
13. Intangível	49
14. Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)	51
15. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás natural	58
16. Fornecedores	59
17. Financiamentos	59
18. Arrendamentos mercantis	63
19. Partes relacionadas	63
20. Provisões para desmantelamento de áreas	66
21. Tributos	66
22. Benefícios concedidos a empregados	72
23. Patrimônio líquido	81
24. Receita de vendas	83
25. Outras despesas líquidas	84
26. Custos e Despesas por natureza	84
27. Resultado financeiro líquido	85
28. Informações complementares a demonstração do fluxo de caixa	85
29. Informações por Segmento	86
30. Processos judiciais e contingências	91
31. Compromisso de compra de gás natural	98
32. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo	98
33. Gerenciamento de riscos	99
34. Valor justo dos ativos e passivos financeiros	107
35. Eventos subsequentes	108
36. Informação sobre Títulos Emitidos por Subsidiárias e Garantidos pela Petrobras	109
Informação Complementar sobre Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (não auditada)	110

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Relatório da firma registrada de auditoria independente

(Tradução livre do original em inglês)

Relatório da firma independente registrada de contadores públicos

Ao Conselho de Administração e acionistas
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Somos de parecer que os balanços patrimoniais consolidados e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, dos resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e de suas controladas (a "Companhia") em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A administração da Companhia é responsável por essas demonstrações contábeis. Nossa responsabilidade é a de emitir opiniões sobre essas demonstrações contábeis. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas do Public Company Accounting Oversight Board dos Estados Unidos da América. Essas normas exigem que os exames de auditoria sejam planejados e executados com o objetivo de obtermos razoável segurança de que as demonstrações contábeis estão livres de erros relevantes. Nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações contábeis compreenderam o exame, com base em testes, das evidências que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que nossos exames proporcionam uma base adequada para nossas opiniões.

Como discutido na nota 3 às demonstrações contábeis consolidadas, em 2014, a Companhia registrou uma baixa contábil de US\$ 2,527 milhões referentes a gastos adicionais capitalizados indevidamente na aquisição de ativos imobilizado, com base nos depoimentos obtidos no âmbito de investigações criminais conduzidas pelas autoridades brasileiras.

/s/
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

Rio de Janeiro – Brasil
21 de março de 2016

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Balanço Patrimonial Consolidado

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	31.12.2015	31.12.2014	Passivo	Nota	31.12.2015	31.12.2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	25.058	16.655	Fornecedores	16	6.380	9.760
Títulos e valores mobiliários	7	780	9.323	Financiamentos	17	14.683	11.868
Contas a receber, líquidas	8	5.803	7.969	Arrendamentos mercantis financeiros	18	12	16
Estoques	9	7.441	11.466	Imposto de renda e contribuição social correntes	21.1	105	247
Imposto de renda e contribuição social correntes	21.1	983	1.063	Outros Impostos e contribuições	21.1	3.365	4.064
Outros Impostos e contribuições	21.1	1.765	2.748	Salários, férias, encargos e participações		1.302	2.066
Adiantamento a fornecedores		108	423	Planos de pensão e saúde	22	655	796
Outros ativos circulantes		1.338	1.180	Outras contas e despesas a pagar		1.946	2.301
		43.276	50.827			28.448	31.118
Ativos classificados como mantidos para venda				Passivos sobre ativos classificados como mantidos para venda			
	10.3	152	5		10.3	125	-
		43.428	50.832			28.573	31.118
Não circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos	17	111.482	120.218
Contas a receber, líquidas	8	3.669	4.832	Arrendamentos mercantins financeiros	18	39	56
Títulos e valores mobiliários	7	88	109	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.6	232	3.031
Depósitos judiciais	30.2	2.499	2.682	Planos de pensão e saúde	22	12.195	16.491
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.6	6.016	1.006	Provisão para processos judiciais	30.1	2.247	1.540
Impostos e contribuições	21.1	2.821	4.008	Provisão para desmantelamento de áreas	20	9.150	8.267
Adiantamento a fornecedores		1.638	2.409	Outras contas e despesas a pagar		548	988
Outros ativos realizáveis a longo prazo		2.446	3.817			135.893	150.591
		19.177	18.863				
Total do ativo				Total do passivo			
		230.521	298.687			164.466	181.709
Investimentos				Patrimônio líquido			
Imobilizado	11	3.527	5.753	Capital social realizado	23.1	107.101	107.101
Intangível	12	161.297	218.730	Contribuição adicional de capital	23.2	321	148
	13	3.092	4.509	Reservas de lucros	23.3	57.977	66.423
		187.093	247.855	Outros resultados abrangentes acumulados	23.4	(100.163)	(57.400)
Total do passivo e patrimônio líquido				Patrimônio líquido Petrobras			
						65.236	116.272
				Participação dos acionistas não controladores	11.4	819	706
				Patrimônio líquido Total		66.055	116.978
						230.521	298.687

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Demonstração do Resultado Consolidada

Em 31 de Dezembro de 2015, 2014 e 2013

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2015	2014	2013
Receita de vendas	24	97.314	143.657	141.462
Custo dos produtos e serviços vendidos		(67.485)	(109.477)	(108.834)
Lucro bruto		29.829	34.180	32.628
Receitas (despesas)				
Vendas		(4.627)	(6.827)	(4.904)
Gerais e administrativas		(3.351)	(4.756)	(4.982)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	15	(1.911)	(3.058)	(2.959)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico		(630)	(1.099)	(1.132)
Tributárias		(2.796)	(760)	(780)
Reversão/Perdas no valor de recuperação de ativos - Impairment	14	(12.299)	(16.823)	(544)
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	3	-	(2.527)	-
Outras receitas (despesas), líquidas	25	(5.345)	(5.293)	(1.113)
		(30.959)	(41.143)	(16.414)
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos		(1.130)	(6.963)	16.214
Receitas Financeiras		1.412	1.949	1.815
Despesas Financeiras		(6.437)	(3.923)	(2.673)
Variações cambiais e monetárias		(3.416)	339	(1.933)
Resultado financeiro líquido	27	(8.441)	(1.635)	(2.791)
Resultado de participações em investimentos	11.2	(177)	218	507
Participação dos empregados e administradores	22.7	-	(444)	(520)
Lucro antes dos impostos		(9.748)	(8.824)	13.410
Imposto de renda e contribuição social	21.7	1.137	1.321	(2.578)
Lucro líquido		(8.611)	(7.503)	10.832
Lucro líquido (a) atribuível aos:				
Acionistas da Petrobras		(8.450)	(7.367)	11.094
Acionistas não controladores		(161)	(136)	(262)
Lucro líquido		(8.611)	(7.503)	10.832
Lucro básico e diluído pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais (em US\$)	23.6	(0,65)	(0,56)	0,85

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Demonstração do Resultado Abrangente Consolidada

31 de Dezembro de 2015, 2014 e 2013 (Em milhões de dólares norte-americanos)

	2015	2014	2013
Lucro (Prejuízo) líquido	(8.611)	(7.503)	10.832
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos (Perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	(53)	(5.947)	7.248
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14)	1.157	(2.153)
	(67)	(4.790)	5.095
Itens que poderão ser reclassificados para resultado:			
Resultados não realizados em títulos disponíveis para a venda			
Reconhecidos no patrimônio líquido	-	-	1
Transferidos para o resultado	-	-	(44)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	15
	-	-	(28)
Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa - Exportações			
Reconhecidos no patrimônio líquido	(21.132)	(6.443)	(6.226)
Transferidos para o resultado	2.057	702	303
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.486	1.953	2.012
	(12.589)	(3.788)	(3.911)
Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa - Demais Operações			
Reconhecidos no patrimônio líquido	10	6	9
Transferidos para o resultado	-	1	9
	10	7	18
Ajustes acumulados de conversão (*)	(29.248)	(15.606)	(20.397)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em Investidas	(861)	(263)	(265)
Outros resultados abrangentes:	(42.755)	(24.440)	(19.488)
Resultado Abrangente Total	(51.366)	(31.943)	(8.656)
Resultado abrangente atribuível aos:			
Acionistas da Petrobras	(51.209)	(31.729)	(8.263)
Acionistas não controladores	(157)	(214)	(393)
Resultado abrangente total	(51.366)	(31.943)	(8.656)

(*) Inclui US\$ 1.002 (US\$ 321 em 2014) no consolidado de ajustes acumulados de conversão em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidada

31 de Dezembro de 2015, 2014 e 2013 (Em milhões de dólares norte-americanos)

	2015	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro Líquido (prejuízo)	(8.611)	(7.503)	10.832
Ajustes para:			
Resultado de participações em investimentos	177	(218)	(507)
Depreciação, depleção e amortização	11.591	13.023	13.188
Perdas na recuperação de ativos	12.299	16.823	544
Ajuste ao valor de mercado dos estoques	431	1.015	580
Baixa de poços secos	1.441	2.178	1.892
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	-	2.527	-
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	941	2.378	73
Resultado com alienações / baixas de ativos	758	481	(1.745)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros sobre financiamentos e operações de mútuo e outras operações	9.172	3.571	3.167
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(2.043)	(3.045)	402
Despesa Atuarial de Planos De Pensão E Saúde	1.960	2.022	2.566
Redução/(aumento) de ativos			
Contas a receber	(396)	(2.507)	(1.142)
Estoques	291	570	(2.128)
Depósitos Judiciais	(789)	(506)	(131)
Outros ativos	(819)	(2.297)	(172)
Aumento/(Redução) de passivos			
Fornecedores	(1.226)	(1.211)	1.108
Impostos, taxas e contribuições	1.061	(1.245)	(1.517)
Planos de pensão e de saúde	(709)	(834)	(796)
Outros passivos	384	1.410	75
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	25.913	26.632	26.289
Atividades de investimentos			
Gastos de Capital	(21.653)	(34.808)	(45.110)
Adições em Investimentos	(108)	(329)	(199)
Recebimentos Pela Venda De Ativos (Desinvestimentos)	727	3.744	3.820
Investimentos em títulos e valores mobiliários	7.982	(5.469)	5.718
Dividendos recebidos	259	387	146
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	(12.793)	(36.475)	(35.625)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Participação de acionistas não controladores	100	(98)	(70)
Captações	17.420	31.050	39.542
Amortizações de principal	(14.809)	(10.031)	(18.455)
Amortizações de juros	(6.305)	(5.995)	(5.066)
Dividendos pagos a acionistas	-	(3.918)	(2.656)
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamentos	(3.594)	11.008	13.295
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(1.123)	(378)	(1.611)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	8.403	787	2.348
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.655	15.868	13.520
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	25.058	16.655	15.868

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidada

Em 31 de Dezembro de 2015, 2014 e 2013

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

	Contrib. adicional de capital			Outros resultados abrangentes				Reservas de Lucros							
	Capital subscrito e integralizado	Gasto com emissão de ações	Mudança de participação em Subsidiárias	Ajuste acumulado de conversão	Hedge de Fluxo de Caixa - Exportações	Ganho (perdas) atuariais com planos de benefício definido	Outros resultados abrangentes e custo atribuído	Legal	Estatutária	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos 31 de dezembro de 2012	107.362	(279)	628	(6.174)	-	(7.600)	102	7.364	1.645	729	57.019	(82)	160.714	1.152	161.866
Aumento de capital com reservas	9									(9)		5	-	-	-
Realização do custo atribuído							(5)						-	-	-
Mudanças de participação em subsidiárias			46										46	(102)	(56)
Lucro Líquido												11.094	11.094	(262)	10.832
Outros resultados abrangentes				(20.266)	(3.911)	5.095	(275)						(19.357)	(131)	(19.488)
Destinações:													-	-	-
Aprop. do lucro líquido em reservas								555	537	9	5.946	(7.047)	-	-	-
Dividendos												(3.970)	(3.970)	(61)	(4.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	107.371	(279)	674	(26.440)	(3.911)	(2.505)	(178)	7.919	2.182	729	62.965	-	148.527	596	149.123
Aumento de capital com reservas	9	107.092	674				(33.034)					73.795	148.527	596	149.123
Realização do custo atribuído							(4)			(9)		4	-	-	-
Mudanças de participação em subsidiárias			(526)										(526)	393	(133)
Prejuízo												(7.367)	(7.367)	(136)	(7.503)
Outros resultados abrangentes				(15.528)	(3.788)	(4.790)	(256)						(24.362)	(78)	(24.440)
Destinações:													-	-	-
Aprop. do prejuízo em reservas											(7.363)	7.363	-	-	-
Dividendos													-	(69)	(69)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	107.380	(279)	148	(41.968)	(7.699)	(7.295)	(438)	7.919	2.182	720	55.602	-	116.272	706	116.978
Realização do custo atribuído		107.101	148				(57.400)					66.423	116.272	706	116.978
Mudanças de participação em subsidiárias			173				(4)					4	-	-	-
Prejuízo													173	338	511
Outros resultados abrangentes				(29.252)	(12.589)	(67)	(851)					(8.450)	(8.450)	(161)	(8.611)
Destinações:												-	(42.759)	4	(42.755)
Aprop. do prejuízo em reservas											(8.446)	8.446	-	-	-
Dividendos													-	(68)	(68)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	107.380	(279)	321	(71.220)	(20.288)	(7.362)	(1.293)	7.919	2.182	720	47.156	-	65.236	819	66.055
Saldos em 31 de dezembro de 2015		107.101	321				(100.163)					57.977	65.236	819	66.055

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e suas operações

A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras dedica-se, diretamente ou por meio de suas subsidiárias e controladas (denominadas, em conjunto, “Petrobras” ou a “Companhia”), à pesquisa, lavra, refino, processamento, comércio e transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover pesquisa, desenvolvimento, produção, transporte, distribuição e comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

2. Base de apresentação das informações contábeis

2.1. Declaração de conformidade e autorização das demonstrações financeiras

As informações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas de acordo de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB. As informações são apresentadas em dólares norte-americanos.

Essas informações contábeis são apresentadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo (incluindo instrumentos financeiros derivativos mensurados ao justo valor com ganhos e perdas registradas no resultado) e alguns ativos e passivos não circulantes, conforme detalhados no sumário de práticas contábeis apresentado posteriormente.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de março de 2016, aprovou e autorizou a divulgação destas informações.

2.2. Moeda de apresentação e moeda funcional

A moeda funcional da Petrobras, assim como a de suas controladas brasileiras, é o real. A moeda funcional da maior parte das empresas pertencentes à Petrobras, que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar norte-americano. A moeda funcional da Petrobras Argentina S.A. é o peso argentino.

A Petrobras adota como moeda de apresentação o dólar norte-americano. As demonstrações financeiras foram convertidas da moeda funcional (real) para a moeda de apresentação (dólar norte-americano), de acordo com o IAS 21 – “Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio”. Os ativos e passivos são convertidos para dólares norte-americanos pela taxa de câmbio da data do balanço (fechamento); receitas e despesas, bem como os fluxos de caixa são convertidos para dólares norte-americanos pela taxa média prevalecente ao longo do ano os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica. As variações cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional para a moeda de apresentação são reconhecidas como ajustes acumulados de conversão (CTA) em “outros resultados abrangentes” na demonstração das mutações do patrimônio Líquido.

Real x Dólar norte-americano	Mar 2015	Jun 2015	Set 2015	Dez 2015	Mar 2014	Jun 2014	Set 2014	Dez 2014
Taxa média trimestral	2,86	3,07	3,55	3,84	2,36	2,23	2,28	2,55
Taxa ao final do período	3,21	3,10	3,97	3,90	2,26	2,20	2,45	2,66

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

2.3. Reclassificações

Alguns valores relativos a períodos anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o período atual. Estas reclassificações não afetaram o resultado e patrimônio líquido da Companhia. O montante de US\$ 605, referente a Bonificação por desempenho de clientes classificada em contas a receber líquidas no ativo não circulante passou a ser classificada em outros realizáveis a longo prazo, visando proporcionar melhor apresentação das contas a receber, alinhado com a prática de mercado.

3. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na Companhia

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada “Operação Lava Jato”, visando a apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A “Operação Lava Jato” é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014 e ao longo de 2015, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades cometidas por empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras. Baseado nas informações disponíveis à Companhia, o referido esquema consistia em um conjunto de empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. Este esquema foi tratado como esquema de pagamentos indevidos e as referidas empresas como “membros do cartel”.

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também impuseram gastos adicionais e supostamente utilizaram esses valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras. Essas empresas não são membros do cartel e atuavam de forma individualizada. Esses casos específicos foram chamados de pagamentos não relacionados ao cartel.

Determinados ex-executivos da Petrobras foram presos e/ou denunciados por lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Outros de nossos ex-executivos e executivos de empresas fornecedoras de bens e serviços para a Petrobras foram ou poderão ser denunciados como resultado da investigação. Os valores pagos pela Petrobras no âmbito dos contratos junto aos fornecedores e empreiteiras envolvidos no esquema descrito anteriormente foram integralmente incluídos no custo histórico dos respectivos ativos imobilizados da Companhia. No entanto, a Administração entendeu, de acordo com o IAS 16 (Property, plant and Equipment), que a parcela dos pagamentos que realizou a essas empresas e que foi por elas utilizada para realizar pagamentos indevidos, o que representa gastos adicionais incorridos em decorrência do esquema de pagamentos indevidos, não deveria ter sido capitalizada. Assim, no terceiro trimestre de 2014 a Companhia reconheceu uma baixa no montante de US\$ 2.527 de gastos capitalizados, referente a valores que a Petrobras pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em exercícios anteriores.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Como descrito a seguir, a Companhia tem monitorado continuamente as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados em 2014, não tendo identificado, na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e consequentemente o registro contábil de baixas complementares.

A Petrobras prosseguirá acompanhando os resultados das investigações e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação que indique com suficiente precisão que as estimativas descritas acima deveriam ser ajustadas, a Companhia avaliará a eventual necessidade de algum reconhecimento contábil.

3.1. Resposta da Companhia às questões descobertas nas investigações em curso

Continuamos acompanhando as investigações e colaborando efetivamente com os trabalhos da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União (CGU) para que todos os crimes e irregularidades sejam apurados. Já atendemos centenas de pedidos de documentos e informações feitos pelos investigadores.

Também cooperamos plenamente com a investigação da U.S. Securities and Exchange Commission (SEC), que investiga, desde novembro de 2014, potenciais violações a leis norte-americanas em decorrência das informações apuradas no âmbito da “Operação Lava Jato”, assim como o U.S. Department of Justice (DoJ).

Somos oficialmente reconhecidos como vítima dos crimes apurados na “Operação Lava Jato” pelo Ministério Público Federal e pelo juiz competente para julgar os processos relacionados ao caso. Por esse motivo, ingressamos nas ações penais como assistentes de acusação e renovamos o nosso compromisso de continuar cooperando para a elucidação dos fatos e comunicá-los regularmente aos nossos investidores e ao público em geral.

Não toleramos qualquer prática de corrupção e consideramos inadmissíveis práticas de atos ilegais envolvendo os nossos empregados. Deste modo, em 2015, tomamos diversas medidas como resposta às ocorrências reveladas na “Operação Lava Jato”, conforme mencionado a seguir.

No processo de fortalecimento da estrutura de controles internos, a Companhia continuou a implementar medidas para aprimorar sua governança corporativa e os sistemas de conformidade (compliance).

No que tange à Governança Corporativa, o Estatuto Social da Companhia foi reformado. Assim, os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração se transformaram em estatutários, incluindo o Comitê de Auditoria, que, em 26 de fevereiro de 2016, foi instaurado como Comitê de Auditoria Estatutário, nos termos da Instrução CVM nº 308/99, alterada pelas Instruções CVM nº 509/11 e nº 545/14; e o Comitê de Remuneração e Sucessão, responsável por estabelecer os critérios mínimos a serem atendidos para nomeações de Conselheiros, Diretores e Gerentes Executivos. Houve, ainda, a criação de dois novos comitês, o Comitê Estratégico e o Comitê Financeiro. Importante mencionar também a nova forma de representação da Companhia, sempre por dois diretores em conjunto.

Além disso, foram revisados os limites de competência na Petrobras, mediante a implantação de um sistema de autorização compartilhada, em que no mínimo dois gestores são necessários para a tomada de decisões.

Quanto aos sistemas de conformidade (compliance), a Companhia, dentre outras iniciativas, optou por:

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

reestruturar sua Ouvidoria-Geral, implementando um canal único de denúncias recebidas por empresa independente;

revisar e atualizar o Manual do Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC), bem como seus instrumentos contratuais e o Manual da Petrobras para Contratação;

desenvolver implementação, em todas as suas contratações, de procedimentos corporativos de qualificação relacionados ao requisito de integridade. Esse procedimento prevê a aplicação de um processo de revisão (Due Diligence) de Integridade e identificação de pontos de atenção (red flags).

manter vigente bloqueio cautelar de empresas, uma importante medida preventiva adotada pela Petrobras, impedindo que empresas investigadas participem de processos licitatórios e venham a assinar novos contratos;

constituir, na estrutura organizacional formal da Companhia, um Comitê de Correição, com a finalidade de orientar, homogeneizar e acompanhar a aplicação de sanções disciplinares em casos relacionados a fraude ou corrupção; e

aprovar Política de Gestão de Riscos Empresariais, em junho de 2015, que explicita autoridades, responsabilidades, os princípios e as diretrizes que devem nortear as iniciativas associadas à gestão de riscos no Sistema Petrobras.

Continua em andamento a investigação interna realizada por dois escritórios independentes contratados em outubro de 2014, que têm como interlocutor um Comitê Especial que responde diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. O Comitê é composto pelo nosso diretor de Governança, Risco e Conformidade, João Adalberto Elek Junior, e por outros dois representantes independentes e com notório conhecimento técnico: a brasileira Ellen Gracie Northfleet, ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, reconhecida internacionalmente como jurista com vasta experiência na análise de questões complexas; e o alemão Andreas Pohlmann, Chief Compliance Officer da Siemens AG de 2007 a 2010, que atua nas áreas de conformidade e governança corporativa.

Para averiguar indícios ou ocorrências que possam ser caracterizados como não conformidades relativas a normas, procedimentos ou regulamentos corporativos, constituímos comissões internas de apuração, cujos resultados apresentamos às autoridades brasileiras, à medida que as comissões são concluídas.

Além disso, temos tomado as medidas necessárias para recuperar danos sofridos em função do esquema de pagamentos indevidos, inclusive os relacionados à nossa imagem corporativa.

Com esse objetivo, ingressamos cinco ações civis públicas por atos de improbidade administrativa, ajuizadas pelo Ministério Público Federal em 20 de fevereiro de 2015, bem como em outra ação de mesmo objeto ajuizada pela União Federal, incluindo pedido de indenização por danos morais.

Para cada ação de improbidade, foi distribuída uma ação cautelar, com objetivo de bloqueio de bens dos réus para garantir o futuro ressarcimento da Petrobras, o que já foi deferido pelos respectivos Juízos.

À medida que as investigações da “Operação Lava Jato” resultem em acordos de leniência com os membros do cartel ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Petrobras pode ter direito a receber uma parte de tais recursos.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Nesse sentido, em 2015, a Petrobras recebeu como ressarcimento de danos, a quantia de US\$ 72, referentes a parte do montante repatriado de Pedro José Barusco Filho (ex-Gerente Executivo de Serviços) através do acordo de colaboração premiada por ele celebrado.

Não obstante, a Companhia não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável adicional neste momento. Valores recebidos, ou quando sua realização se tornar praticamente certa, serão reconhecidos no resultado do exercício.

3.2. Abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais

Não é possível identificar especificamente os valores de cada pagamento realizado no escopo dos contratos com as empreiteiras e fornecedores que possuem gastos adicionais ou os períodos em que tais pagamentos adicionais ocorreram. Como resultado, a Petrobras desenvolveu uma metodologia para estimar o valor total de gastos adicionais incorridos em decorrência do referido esquema de pagamentos indevidos para determinar o valor das baixas realizadas, representando em quanto seus ativos foram superavaliados como resultado de gastos adicionais cobrados por fornecedores e empreiteiras e utilizados por eles para realizar pagamentos indevidos.

Identificar a data e o montante exatos dos gastos adicionais impostos por fornecedores e empreiteiras à Companhia continua sendo impraticável em função das limitações descritas a seguir:

As informações disponíveis para a Companhia, através dos depoimentos, identificam as empresas envolvidas no esquema de pagamentos indevidos, o período de tempo em que o esquema funcionou e indicam diversos contratos alvo dos atos ilícitos, porém não especificam os pagamentos específicos realizados no âmbito dos contratos e que incorporavam gastos adicionais, bem como os períodos em que os pagamentos que incorporaram gastos adicionais foram feitos.

A Petrobras não fez qualquer desses pagamentos indevidos. Como eles foram feitos por empreiteiras e fornecedores, os valores exatos que foram gastos adicionalmente pela Companhia e usados para financiar pagamentos indevidos não podem ser identificados. Informações que determinem o montante que foi cobrado adicionalmente da Petrobras pelos membros do cartel não se encontram nos registros contábeis da Companhia, que refletem os termos dos contratos assinados por ela junto a seus fornecedores. Estes contratos tiveram seus preços elevados em função da atuação em conluio dos membros do cartel e ex-empregados da Petrobras acima indicados. Como a Companhia não consegue identificar o montante de gastos adicionais incluídos em cada pagamento no âmbito dos contratos de fornecimento ou o período específico em que os gastos adicionais ocorreram, não é possível determinar o período em que o ativo imobilizado deveria ser ajustado.

Dois escritórios de advocacia estão conduzindo uma investigação interna independente, sob a direção do Comitê Especial mencionado no item 3.1, porém a investigação interna independente está em andamento e não se espera que apresente informações quantitativas cuja natureza seja abrangente suficiente para embasar um ajuste nas demonstrações contábeis. Isso ocorre, pois as informações disponíveis aos investigadores são limitadas às informações internas da Petrobras e, dessa forma, não será possível identificar informações específicas sobre o montante que foi cobrado adicionalmente da Companhia. Como as supostas atividades de lavagem de dinheiro tinham o intuito de ocultar a origem dos recursos e o montante envolvido, não se espera a existência de registros específicos dessas atividades.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

As investigações em curso pelas autoridades brasileiras têm como foco determinar a responsabilidade penal dos investigados e não de obter de forma detalhada o montante exato dos gastos adicionais que foram cobrados da Petrobras pelos membros do cartel ou os valores utilizados por essas empresas para fazer os pagamentos indevidos. Além disso, o processo de investigação e avaliação de todas as provas e alegações pode durar vários anos.

As autoridades brasileiras instauraram ações contra as empreiteiras e fornecedores e seus respectivos representantes nas quais buscam reparação por improbidade administrativa. Nessas ações, as autoridades aplicaram o percentual de 3% aplicado sobre o valor dos contratos com as empreiteiras e fornecedores para mensurar os danos materiais atribuíveis ao esquema de pagamentos indevidos, de forma consistente com a metodologia utilizada pela Companhia para contabilizar os impactos. No escopo dessas ações também não é esperado que se produza um detalhamento completo de todos os pagamentos indevidos, mesmo após o longo período de tempo que as investigações conduzidas pelas autoridades brasileiras podem levar. Adicionalmente, a legislação brasileira não permite, de forma ampla, acesso a registros e documentos internos dos fornecedores em ações cíveis e, portanto, não é esperado que estas ações produzam novas informações com relação àquelas obtidas nas investigações e ações criminais.

Devido à impraticabilidade de identificação dos períodos e montantes de gastos adicionais incorridos pela Companhia, a Petrobras desenvolveu uma metodologia para estimar o ajuste que foi feito no ativo imobilizado no terceiro trimestre de 2014, que envolve os cinco passos descritos a seguir:

1) Identificação da contraparte do contrato: foram listadas todas as Companhias citadas como membros do cartel e, com base nessa informação, foram levantadas as empresas envolvidas e as entidades a elas relacionadas.

2) Identificação do período: foi concluído, com base nos depoimentos, que o período de atuação do esquema de pagamentos indevidos foi de 2004 a abril de 2012.

3) Identificação dos contratos: foram identificados todos os contratos assinados com as contrapartes mencionadas no passo (1) durante o período do passo (2), incluindo também os aditivos aos contratos originalmente assinados entre 2004 e abril de 2012. Em seguida, foram identificados os ativos imobilizados aos quais estes contratos se relacionam.

4) Identificação dos pagamentos: foi calculado o valor total dos contratos referidos no passo (3).

5) Aplicação de um percentual fixo sobre o valor total de contratos definido no passo (4): o percentual de 3%, indicado nos depoimentos, foi utilizado para estimar os gastos adicionais impostos sobre o montante total dos contratos identificados.

O cálculo considerou todos os valores verificados nos registros contábeis da Companhia entre 2004 e setembro de 2014, referentes aos contratos inicialmente firmados entre 2004 e abril de 2012, bem como quaisquer aditivos firmados entre as empresas do sistema Petrobras e os membros do cartel (individualmente ou em consórcio). Esse escopo amplo de contratos foi adotado para gerar a melhor estimativa dos gastos adicionais, mesmo não havendo evidência de que todos os contratos assinados com as empresas em questão tivessem sido alvo do esquema de pagamentos indevidos.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Cabe esclarecer que aditivos em contratos com empresas envolvidas na metodologia para estimar o ajuste que foi feito no ativo imobilizado no terceiro trimestre de 2014, somente podem ser firmados a partir de 2015, de forma excepcional, após análise e conclusão de que o aditivo é imprescindível para os negócios da Petrobras e após a aplicação de rigorosos mecanismos de conformidade que mitiguem os riscos de fraude e corrupção. Essa avaliação inclui uma análise sobre aspectos financeiros e comerciais de forma independente do contrato original de modo a garantir que os valores sejam vantajosos para a Petrobras e não estejam contaminados por pagamentos indevidos. Por essa razão, não se vislumbra a necessidade de ajustes adicionais em função de aditivos firmados a partir de 2015.

A Companhia também identificou montantes verificados em seus registros contábeis, referentes aos contratos e projetos específicos com empresas que não eram membros do cartel para contabilizar os gastos adicionais impostos por essas empresas para financiar pagamentos indevidos, realizados por elas, não relacionados ao esquema de pagamentos indevidos ou ao cartel.

No caso específico de valores cobrados adicionalmente por empresas fora do escopo do cartel, a Companhia considerou como parte da baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente os valores específicos de pagamentos indevidos ou o percentual sobre o contrato citados nos depoimentos prestados em colaborações premiadas, pois também foram utilizados por essas empresas para financiar pagamentos indevidos.

A Companhia possui diversos projetos em construção cujo contrato original foi assinado entre 2004 e abril de 2012. A abordagem adotada para realizar os ajustes considera que os valores cobrados adicionalmente pelas empreiteiras e fornecedores foram aplicados sobre o valor total do contrato, ou seja, incluindo pagamentos que ainda serão incorridos em períodos futuros. Como é impraticável alocar os gastos adicionais impostos por essas empresas a períodos específicos no tempo, a parcela de gastos adicionais referentes a pagamentos que serão realizados no futuro pela Companhia já pode ter sido cobrada antecipadamente. Dessa forma, a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente incorporou o valor total dos contratos assinados e não apenas os valores referentes a pagamentos já efetuados. Contudo, conforme mencionado anteriormente, com base nas informações disponíveis, a Companhia acredita que a atuação do cartel associada ao esquema de pagamentos indevidos tenha sido interrompida após abril de 2012 e que, considerando os andamentos recentes das investigações criminais, os pagamentos indevidos relacionados ao esquema de pagamentos indevidos tenham sido interrompidos.

A Companhia considera ter adotado uma metodologia que produz a melhor estimativa de quanto seus ativos imobilizados estavam superavaliados como resultado do esquema de pagamentos indevidos, uma vez que utilizou como base um valor limítrofe dentre as estimativas consideradas razoáveis. Em sua estimativa, a Companhia considerou que todos os contratos com as contrapartes identificadas foram impactados e o percentual de 3% representa os valores adicionais impostos pelas empreiteiras e fornecedores, utilizados por essas empresas para realizar pagamentos indevidos. As duas premissas são corroboradas pelos depoimentos, porém alguns depoimentos indicam percentuais inferiores com relação a certos contratos, períodos menores de atuação do cartel (2006 a 2011), bem como o envolvimento de um número menor de fornecedores e empreiteiras.

Na preparação das demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia considerou todas as informações disponíveis, não tendo identificado nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e consequentemente o registro contábil de baixas complementares:

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Depoimentos prestados no âmbito dos acordos de colaboração premiada celebrados pelo Ministério Público Federal e que não estão mantidos em sigilo;

Ações de improbidade administrativa ajuizadas pelo Ministério Público Federal contra membros do cartel pelos danos materiais atribuíveis ao esquema de pagamentos indevidos;

Ações criminais ajuizadas pelo Ministério Público Federal contra indivíduos envolvidos no esquema de pagamentos indevidos, como representantes das empreiteiras, intermediários ou ex-empregados da Petrobras;

Decisões do Judiciário nas ações de improbidade administrativa e ações penais ajuizadas pelo Ministério Público Federal: decretação de indisponibilidade de bens de parte dos réus, deferimento de pedidos de prisão provisória de investigados, recebimento de denúncias, entre outras;

Sentenças de 1ª instância proferidas em parte das ações criminais ajuizadas pelo Ministério Público Federal;

Acordo de leniência da empresa Setal Engenharia e Construções, participante do cartel, com as autoridades brasileiras;

Termo de Cessação de Conduta da empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa, participante do cartel, com as autoridades brasileiras;

Nota Técnica nº 38/2015 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, que fundamentou a instauração de Processo Administrativo em face dos membros do cartel.

A Petrobras monitorou as investigações da "Operação Lava Jato" efetuadas pelas autoridades brasileiras e pela investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia, obtendo progressos satisfatórios. Como resultado, não foram identificadas novas informações que alterassem o ajuste realizado de gastos adicionais capitalizados indevidamente, ou impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela Companhia. A Petrobras continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

3.3. Investigações envolvendo a Companhia

A Petrobras não é um dos alvos das investigações da "Operação Lava Jato" e é reconhecida formalmente pelas Autoridades Brasileiras como vítima do esquema de pagamentos indevidos.

Em 21 de novembro de 2014, a Petrobras recebeu uma intimação (*subpoena*) da Securities and Exchange Commission (SEC) requerendo documentos relativos à Companhia. A Companhia tem atendido às solicitações oriundas da intimação (*subpoena*) e pretende continuar contribuindo, em conjunto com os escritórios de advocacia brasileiro e norte-americano contratados para realizar uma investigação interna independente.

Em 15 de dezembro de 2015, foi editada a Portaria de Inquérito Civil nº 01/2015, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, instaurando Inquérito Civil para apuração de potenciais danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários, tendo a Petrobras como Representada. A Companhia prestará todas as informações pertinentes.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

3.4. Ações judiciais envolvendo a Companhia

A nota explicativa 30 apresenta informações sobre ações coletivas (class actions) e outros processos judiciais da Companhia.

4. Sumario das principais praticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas.

4.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da Petrobras e das suas controladas (subsidiárias).

O controle é obtido quando a Petrobras possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

Subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

A nota explicativa 11 apresenta as empresas consolidadas, juntamente com os demais investimentos diretos.

A Petrobras não tem participação acionária nas entidades estruturadas consolidadas, no entanto, o controle é determinado pelo poder que a Companhia possui sobre as atividades operacionais relevantes dessas entidades.

As empresas consolidadas são as seguintes:

Entidades estruturadas consolidadas	Principal segmento de atuação	
	País	
Charter Development LLC – CDC	E.U.A	E&P
Companhia de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais – CDMPI	Brasil	Abast
PDET Offshore S.A.	Brasil	E&P
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-padronizados do Sistema Petrobras	Brasil	Corporativo
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Padronizados do Sistema Petrobras	Brasil	Corporativo

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

4.2. Relatórios por segmento de negócio

As informações contábeis por segmento operacional (área de negócio) da Companhia são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Na apuração dos resultados segmentados são consideradas as transações realizadas com terceiros e as transferências entre as áreas de negócio, sendo estas valoradas por preços internos de transferência definidos entre as áreas e com metodologias de apuração baseadas em parâmetros de mercado.

As informações por área de negócio estão segmentadas de acordo com a gestão dos negócios da Companhia.

Com a extinção da Diretoria Internacional, a gestão dos negócios internacionais foi realocada às áreas de negócios do E&P, Abastecimento, Gás e Energia, assegurando as especificidades de cada área de negócio em que o Sistema Petrobras atua.

- a) Exploração e Produção (E&P): abrange as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil e no exterior, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e, ainda, comercializando nos mercados interno e externo o excedente de petróleo, bem como derivados produzidos em suas plantas de processamento de gás natural, atuando, também, de forma associada com outras empresas em parcerias.
- b) Abastecimento: contempla as atividades de refino, logística, transporte e comercialização de derivados e petróleo, no Brasil e no exterior, exportação de etanol, extração e processamento de xisto, além das participações em empresas do setor petroquímico no Brasil.
- c) Gás e Energia: engloba as atividades de transporte e comercialização do gás natural produzido no Brasil e no exterior ou importado, de transporte e comercialização de GNL (gás natural liquefeito), de geração e comercialização de energia elétrica, assim como as participações societárias em transportadoras e distribuidoras de gás natural e em termoelétricas no Brasil, além de ser responsável pelos negócios com fertilizantes.
- d) Biocombustível: contempla as atividades de produção de biodiesel e seus co-produtos e as atividades de etanol, através de participações acionárias, da produção e da comercialização de etanol, açúcar e o excedente de energia elétrica, gerado a partir do bagaço da cana-de-açúcar.
- e) Distribuição: responsável pela distribuição de derivados, etanol e gás natural veicular no Brasil, representada pelas operações da Petrobras Distribuidora S.A., assim como por operações de distribuição de derivados no exterior (América do Sul).

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o *overhead* relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

A nota explicativa 29 apresenta a demonstração do resultado e o ativo por área de negócio.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

4.3. Instrumentos financeiros

4.3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

4.3.2. Títulos e valores mobiliários

Investimentos em títulos e valores mobiliários compreendem investimentos em títulos de dívida e patrimônio. Estes instrumentos são inicialmente mensurados ao valor justo, são classificados de acordo com a intenção e capacidade da Companhia e mensurados subsequentemente conforme abaixo:

Valor justo por meio do resultado: incluem títulos adquiridos ou incorridos principalmente para a finalidade de venda ou de recompra em prazo muito curto. Mensurados ao valor justo, cujas alterações são reconhecidas no resultado como receitas (despesas) financeiras.

Mantidos até o vencimento: incluem títulos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Disponíveis para venda: incluem títulos não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Mensurados ao valor justo cujas alterações são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, e reclassificadas para resultado quando o instrumento é desreconhecido ou realizado.

Alterações posteriores atribuíveis a juros, variação cambial e inflação são reconhecidas no resultado para todas as categorias, quando aplicáveis.

4.3.3. Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) e crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possa ser confiavelmente estimada. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas.

4.3.4. Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

4.3.5. Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente ao valor justo.

Ganhos ou perdas resultantes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado financeiro, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

4.3.6. Contabilidade de hedge de fluxo de caixa

A Companhia utiliza instrumentos derivativos e não derivativos como instrumentos de proteção e aplica a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa para determinadas transações.

As relações de *hedge* de fluxos de caixa se referem a *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, que possam afetar o resultado.

Em tais *hedges*, a parcela eficaz dos ganhos e perdas decorrentes dos instrumentos de proteção é reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e transferida para o resultado financeiro quando o item protegido for efetivamente realizado. A parcela não eficaz é registrada no resultado financeiro do período.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é liquidado antecipadamente, quando um *hedge* não atende mais aos critérios de contabilização de *hedge* ou quando a Administração decide revogar a designação de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o ganho ou perda acumulado permanece reconhecido no patrimônio líquido. A reclassificação do ganho ou perda para o resultado é realizada quando a transação prevista ocorre. Quando não se espera que mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda acumulado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado.

4.4. Estoques

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção e compreende, principalmente, petróleo bruto, intermediários e derivados de petróleo, assim como gás natural e gás natural liquefeito (GNL), fertilizantes e biocombustíveis, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido.

Os estoques de petróleo e GNL podem ser comercializados em estado bruto, assim como consumidos no processo de produção de seus derivados e/ou utilizados para geração de energia, respectivamente.

Os intermediários são formados por correntes de produtos que já passaram por pelo menos uma unidade de processamento, mas ainda necessitam ser processados, tratados ou convertidos para serem disponibilizados para venda.

Os biocombustíveis compreendem, principalmente, os saldos de estoques de etanol e biodiesel.

Materiais e suprimentos para manutenção e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, exceto matérias-primas, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao de reposição.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e aqueles necessários para a realização da venda.

Os estoques incluem as importações em andamento, que são demonstradas ao custo identificado.

4.5. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. A definição de controle é apresentada na nota explicativa 4.1.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em entidades coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto e controlada. Apenas as operações em conjunto constituídas por meio de entidade veículo com personalidade jurídica própria são avaliadas pelo MEP. Para as demais as operações em conjunto, a Companhia reconhece a participação dos seus ativos, passivos e as respectivas receitas e despesas nestas operações.

As demonstrações contábeis dos empreendimentos controlados em conjunto e coligadas são ajustadas para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Petrobras. Os dividendos recebidos desses investimentos societários são reconhecidos como redução do valor dos respectivos investimentos.

4.6. Combinação de negócios e goodwill

O método de aquisição é aplicado para as transações em que ocorre a obtenção de controle. Transações envolvendo empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O montante pago acima desse valor deve ser reconhecido como ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

As mudanças de participações em controladas que não resultem em alteração de controle não são consideradas uma combinação de negócios e, portanto, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como transações de capital, pela diferença entre o preço pago/recebido e o valor contábil da participação adquirida/vendida.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

4.7. Gastos com exploração e desenvolvimento de petróleo e gás natural

Os gastos incorridos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural são contabilizados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos, conforme a seguir:

Gastos relacionados com atividades de geologia e geofísica são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

Valores relacionados à obtenção de direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural são inicialmente capitalizados.

Custos exploratórios diretamente associados à perfuração de poços são inicialmente capitalizados no ativo imobilizado até que sejam constatadas ou não reservas provadas relativas ao poço. Os custos posteriores à perfuração do poço continuam a ser capitalizados desde que o volume de reservas descobertos justifique o seu reconhecimento futuro como poço produtor e estudos das reservas e da viabilidade econômica e operacional do empreendimento estiverem em curso. Uma comissão interna de executivos técnicos da Petrobras revisa mensalmente as condições de cada poço, levando-se em consideração os dados de geologia, geofísica e engenharia, condições econômicas, métodos operacionais e regulamentações governamentais.

Poços exploratórios secos ou sem viabilidade econômica e os demais custos vinculados às reservas não comerciais são reconhecidos como despesa no período, quando identificados como tal.

Todos os custos incorridos com o esforço de desenvolver a produção de uma área declarada comercial (com reservas provadas e economicamente viáveis) são capitalizados no ativo imobilizado. Incluem-se nessa categoria os custos com poços de desenvolvimento; com a construção de plataformas e plantas de processamento de gás; com a construção de equipamentos e facilidades necessárias à extração, manipulação, armazenagem, processamento ou tratamento do petróleo e gás; e com a construção dos sistemas de escoamento do óleo e gás (dutos), estocagem e descarte dos resíduos.

4.8. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de *ativos (impairment)*.

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades industriais, das unidades marítimas de produção e dos navios são reconhecidos no ativo imobilizado quando os requisitos de reconhecimento são atendidos. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como resultado do período (custo ou despesa).

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média dos empréstimos vigentes durante o período, aplicada sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas ou pelo método das unidades produzidas dos respectivos ativos. A Companhia cessa a capitalização dos encargos financeiros dos ativos qualificáveis cujo desenvolvimento esteja interrompido por longos períodos.

Os ativos depreciados pelo método das unidades produzidas são aqueles relacionados diretamente à produção de petróleo e gás, cuja vida útil é igual ou maior do que a vida do campo (tempo de exaustão das reservas).

Os ativos depreciados pelo método linear são: (i) aqueles vinculados diretamente à produção de óleo e gás, cuja vida útil é inferior à vida útil do campo (tempo de exaustão da reserva); (ii) as plataformas móveis; e (iii) os demais bens não relacionados diretamente à produção de petróleo e gás.

A taxa de depleção dos bens depreciados pelo método de unidades produzidas é calculada com base na produção mensal do respectivo campo produtor em relação a sua respectiva reserva provada desenvolvida.

Direitos e concessões, como o bônus de assinatura e cessão onerosa de direitos de exploração em blocos da área do pré-sal, são amortizados de acordo com o método das unidades produzidas, considerando o volume de produção mensal em relação às reservas provadas totais de cada campo produtor.

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 12.2.

4.9. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). É composto por direitos e concessões que incluem, principalmente, bônus de assinatura pagos pela obtenção de concessões para exploração de petróleo ou gás natural, concessões de serviços públicos, além de marcas e patentes, *softwares* e ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), decorrente de aquisição de participação com controle. Nas demonstrações contábeis individuais, este ágio é apresentado no Investimento.

Os direitos e concessões correspondentes aos bônus de assinatura das concessões, quando da declaração de comercialidade dos campos, são reclassificados para o ativo imobilizado e, desta forma, os valores relativos à cessão onerosa de direitos de exploração em blocos da área do pré-sal estavam classificados no Intangível até a declaração de comercialidade, em 29 de dezembro de 2014, conforme nota explicativa 13.1. Os bônus de assinatura das concessões, enquanto estão no ativo intangível, não são amortizados, sendo os demais intangíveis de vida útil definida, amortizados linearmente pela vida útil estimada.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como despesa no resultado do período em que foram incorridos, exceto os gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, dentre outros.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

4.10. Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados ao desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural e aqueles que têm vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), oriundos de uma combinação de negócios, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, as sinergias do sistema Petrobras e a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

Essas avaliações são efetuadas ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa – UGCs).

Os ativos vinculados à exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural são revisados anualmente (ou quando há indicação de que o valor contábil pode não ser recuperável), campo a campo, ou polo a polo, para identificação de possíveis perdas na recuperação, com base no fluxo de caixa futuro estimado.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio (*goodwill*).

4.11. Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamento financeiro.

Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a Companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Ativos arrendados capitalizados são depreciados na mesma base que a Companhia utiliza os ativos que possui propriedade. Quando não há uma certeza razoável que a Companhia irá obter a propriedade do bem ao final do contrato, os ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada do ativo e o prazo do contrato.

Quando a Companhia é arrendadora do bem, constitui-se um contas a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

Pagamentos contingentes são reconhecidos como despesas quando incorridos.

4.12. Ativos classificados como mantidos para venda

Os ativos não circulantes e eventuais passivos associados são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda.

A Companhia aprovou um plano de desinvestimento e está estudando oportunidades de desinvestimentos em suas diversas áreas de atuação. A carteira de desinvestimentos é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios da Companhia.

Para a Companhia, a condição para a classificação como mantido para venda somente é alcançada quando a alienação for aprovada pela Administração, o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses após a classificação como disponível para venda. Contudo, nos casos em que comprovadamente o não cumprimento do prazo de até 12 meses for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da Companhia e se ainda houver evidências suficientes da alienação, a classificação pode ser mantida.

Estes ativos e seus passivos associados devem ser mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. Os ativos e passivos relacionados são apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

4.13. Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

As obrigações futuras com desmantelamento de área de produção de petróleo e gás são passíveis de registro após as declarações de comercialidade que deram origem aos campos de produção e são revisadas anualmente.

4.14. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações contábeis, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

4.15. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT), cujos efeitos estão sendo divulgados na nota explicativa 21.5.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, na data do período que está sendo reportado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Quando da existência de ativo fiscal diferido líquido, situação esta que ocorre quando o valor do ativo fiscal diferido supera o valor reconhecido como passivo fiscal diferido, relacionados ao mesmo ente tributante, o reconhecimento baseia-se em estudo técnico de rentabilidade futura, aprovado pela Administração da Companhia.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados mediante aplicação das alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado, aplicadas quando os respectivos ativos e passivos diferidos forem realizados ou liquidados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

4.16. Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria definidos e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício, e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido, reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, menos a receita de juros auferida por esses ativos.

A Companhia contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

4.17. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

4.18. Outros resultados abrangentes

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo ativos financeiros disponíveis para venda, *hedge* de fluxo de caixa e ganhos e perdas atuariais em planos de pensão e saúde com benefício definido, bem como o ajuste acumulado de conversão.

4.19. Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando se referir a um item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando se referir a um ativo, o benefício é reconhecido em conta de passivo como receita diferida, sendo alocada ao resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do item correspondente.

4.20. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos, impostos e encargos sobre vendas.

As receitas com as vendas de petróleo, derivados, gás natural, biocombustíveis e outros produtos relacionados são reconhecidas no resultado quando a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos e tampouco efetivo controle sobre tais bens e os riscos e benefícios mais significativos inerentes ao produto forem transferidos ao comprador, o que geralmente acontece no ato da entrega, de acordo com os termos do contrato de venda. As receitas de vendas de serviços de fretes e outros são reconhecidas em função de sua realização.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas. As despesas financeiras excluem os custos com empréstimos que são capitalizados como parte do custo do ativo.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

5. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

5.1. Reservas de petróleo e gás natural

As reservas de petróleo e gás natural são calculadas tendo por base informações econômicas, geológicas e de engenharia, como perfis de poço, dados de pressão e dados de amostras de fluidos de perfuração. Os volumes de reservas são utilizados para o cálculo das taxas de depreciação/depleção/amortização no método de unidades produzidas e teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment*).

A determinação da estimativa do volume de reservas requer julgamento significativo e está sujeita a revisões, no mínimo anualmente, realizadas a partir de reavaliação de dados preexistentes e/ou novas informações disponíveis relacionadas à produção e geologia dos reservatórios, bem como alterações em preços e custos utilizados. As revisões podem, também, resultar de alterações significativas na estratégia de desenvolvimento da Companhia ou na capacidade de produção de equipamentos e instalações.

A Companhia apura as reservas de acordo com os critérios SEC (Securities and Exchange Commission) e ANP/SPE (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis-ANP/Society of Petroleum Engineers-SPE). As principais diferenças entre os critérios ANP/SPE e SEC são: preços de venda, sendo que no critério ANP/SPE utiliza-se os preços de projeção da empresa, enquanto que para o critério SEC deve ser considerado o preço médio do primeiro dia útil dos últimos 12 meses; e a permissão da ANP de se considerar volumes além do prazo de concessão, para o critério ANP/SPE. Pelo critério SEC, são estimadas apenas as reservas provadas, enquanto no critério ANP/SPE são estimadas as reservas provadas e não provadas.

De acordo com as definições prescritas pela SEC, reservas provadas são as quantidades estimadas cujos dados de engenharia e geológicos demonstram, com razoável certeza, ser recuperáveis no futuro, a partir de reservatórios conhecidos e sob condições operacionais e econômicas existentes (preços e custos na data em que a estimativa é realizada). As reservas provadas são subdivididas em desenvolvidas e não desenvolvidas.

Reservas provadas desenvolvidas são aquelas que podem ser recuperadas através dos poços existentes, com os equipamentos e métodos presentes.

Embora a Companhia entenda que as reservas provadas serão produzidas, as quantidades e os prazos de recuperação podem ser afetados por diversos fatores, que incluem a conclusão de projetos de desenvolvimento, o desempenho dos reservatórios, aspectos regulatórios e alterações significativas nos níveis de preço de petróleo e gás natural no longo prazo.

Outras informações sobre reservas são apresentadas nas informações complementares sobre atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

a) Impacto das reservas de petróleo e gás natural na depreciação, depleção e amortização

Depreciação, depleção e amortização são mensuradas com base em estimativas de reservas elaboradas por profissionais especializados da Companhia, de acordo com as definições estabelecidas pela SEC. Revisões das reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas impactam de forma prospectiva os valores da depreciação, depleção e amortização reconhecidos nos resultados e os valores contábeis dos ativos de petróleo e gás natural.

Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, uma redução na estimativa de reservas provadas aumentaria, prospectivamente, o valor de despesas com depreciação/depleção/amortização, enquanto um incremento das reservas resultaria, prospectivamente, em redução no valor de despesas com depreciação/depleção/amortização.

Outras informações sobre depreciação e depleção são apresentadas nas notas explicativas 4.8 e 12.

b) Impacto das reservas de petróleo e gás natural e preços no teste de *impairment*

Para avaliar a recuperabilidade dos ativos relacionados à exploração e desenvolvimento de petróleo e gás natural, a Companhia utiliza o valor em uso, conforme nota explicativa 4.10. Em geral, as análises baseiam-se em reservas provadas e reservas prováveis de acordo com os critérios estabelecidos pela ANP/SPE.

A gestão da Companhia realiza avaliações contínuas dos ativos, analisando sua recuperabilidade, para as quais utiliza a estimativa dos volumes de reservas de petróleo e gás natural, além de preços estimados futuros de petróleo e gás natural.

Os ativos vinculados à exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Os mercados de petróleo e gás natural têm um histórico de volatilidade de preços significativa e, embora, ocasionalmente, possa haver quedas expressivas, os preços, a longo prazo, tendem a continuar sendo ditados pela oferta de mercado e fundamentos de demanda. Os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) não apenas utilizam os preços de longo prazo previstos no planejamento, orçamento e nas decisões de investimento de capital da Companhia, os quais são considerados estimativas razoáveis em relação aos indicadores de mercado e às experiências passadas, mas também consideram a volatilidade de curto prazo nos preços de petróleo para a determinação dos primeiros anos do valor em uso.

Reduções nos preços futuros de petróleo e gás natural, que sejam consideradas tendência de longo prazo, bem como efeitos negativos decorrentes de mudanças significativas no volume de reservas, na curva de produção esperada, nos custos de extração ou nas taxas de desconto podem ser indícios da necessidade de realização de testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*).

Outras informações sobre ativos relacionados à exploração e desenvolvimento de petróleo e gás natural são apresentadas nas notas explicativas 4.8 e 12.

5.2. Definição das unidades geradoras de caixa para testes de recuperabilidade de ativos (Impairment)

A definição das unidades geradoras de caixa - UGCs envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Alterações nas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) identificadas pela Companhia podem resultar em perdas ou reversões adicionais na recuperação de ativos. Isto pode acontecer uma vez que a revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais pode resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, conseqüentemente, na agregação ou desagregação de ativos que faziam parte de determinadas UGCs.

As premissas utilizadas foram as seguintes:

UGCs da área de Exploração e Produção:

- i) UGC - campo ou polo de produção de petróleo e gás, composto por um conjunto de ativos vinculados à exploração e ao desenvolvimento da produção da área no Brasil e exterior. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia revisou a composição do polo Centro-Sul, vinculado à Unidade Operacional da Bacia de Campos (UO-BC), produtor de óleo com gás associado, excluindo alguns campos que passaram a ser testados individualmente. Essa exclusão deve-se: (i) ao início da fase de interrupção de produção do Campo de Bicudo; (ii) ao processo de alienação dos Campos de Bijupirá e Salema; e (iii) à revisão do planejamento de escoamento de gás do polo, desconsiderando a necessidade de injeção de gás para garantir a produção de óleo, devido à elevada demanda do produto pelo mercado para geração termoeletrônica, com a conseqüente exclusão dos Campos de Espadarte, Linguado, Badejo, Pampo, Trilha, Tartaruga Verde e Tartaruga Mestiça.
- ii) UGC - Sonda de perfuração, cada sonda de perfuração representa uma unidade geradora de caixa isolada.

UGCs da área de Abastecimento:

- i) UGC Abastecimento: conjunto de ativos que compõe as refinarias, terminais e dutos, bem como os ativos logísticos operados pela Transpetro. A definição da UGC Abastecimento é baseada no conceito de integração e otimização do resultado, podendo as indicações do planejamento e as operações dos ativos privilegiarem uma determinada refinaria em detrimento de outra, buscando maximizar o desempenho global da UGC, sendo os dutos e terminais partes complementares e interdependentes dos ativos de refino, com o objetivo comum de atendimento ao mercado. Durante o trimestre findo em 31 de dezembro de 2014, diante de uma série de circunstâncias que incluem: a) postergação dos projetos do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e 2º trem de refino da Refinaria Abreu e Lima (RNEST); b) redução das receitas operacionais devido ao declínio dos preços do petróleo no mercado internacional; c) desvalorização do Real; d) dificuldades de acesso ao mercado de capitais; e e) insolvência de empreiteiras e fornecedores, a Companhia excluiu ativos em construção no âmbito dos projetos do Comperj e 2º trem de refino RNEST desta UGC, passando a tratar esses ativos como duas UGCs isoladas: Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e 2º trem de refino da Refinaria Abreu e Lima (RNEST);
- ii) UGC Petroquímica: ativos das plantas petroquímicas das empresas PetroquímicaSuape e Citepe;
- iii) UGC Transporte: a unidade geradora de caixa desse segmento é definida pelos ativos da frota de navios da Transpetro;
- iv) UGC SIX: planta de processamento de xisto; e
- v) Demais UGCs: compreendem ativos no exterior avaliados ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

UGCs da área de Gás e Energia:

i) UGC Gás Natural: conjunto de ativos que compõe a malha comercial do gás natural (gasodutos), unidades de processamento de gás natural (UPGN) e conjunto de ativos de fertilizantes e nitrogenados (plantas industriais). Durante o trimestre findo em 31 de dezembro de 2014, após a interrupção das obras da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (MS), a Companhia rescindiu contrato por motivo de baixa performance do Consórcio UFN III. Posteriormente a esta paralisação, a Companhia optou por reavaliar seu cronograma de implantação, postergando as ações necessárias à contratação de nova empresa para execução do escopo remanescente, enquanto perdurarem as medidas de preservação do caixa da Companhia. Adicionalmente, no decorrer do exercício de 2015, o novo plano de negócios e gestão - PNG de 2015 a 2019 excluiu do seu horizonte o projeto da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados V (UFN V). Em função disso, a Companhia excluiu os ativos em construção da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN III) e da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados V (UFN V), desta UGC, passando a tratar esses ativos como UGCs isoladas: UFN III e UFN V;

ii) UGC Energia: conjunto de ativos que compõe o portfólio de usinas termoeletricas (UTE); e

iii) Demais UGCs: compreendem ativos no exterior avaliados ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

UGC da área de Distribuição: conjunto de ativos de distribuição, relacionados, principalmente, às atividades operacionais da Petrobras Distribuidora S.A.

UGC da área de Biocombustível (UGC Biodiesel): conjunto de ativos que compõe as usinas de biodiesel. A definição da UGC, com avaliação conjunta das usinas, reflete o processo de planejamento e realização da produção, considerando as condições do mercado nacional e a capacidade de fornecimentos de cada usina, assim como os resultados alcançados nos leilões e a oferta de matéria-prima.

Os investimentos em coligada e em empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ágio (*goodwill*), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

Outras informações sobre redução ao valor recuperável de ativos são apresentadas nas notas explicativas 4.10 e 14.

5.3. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;

Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (*per capita*) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 22.

5.4. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Petrobras, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 30.

5.5. Estimativas de custos com obrigações de desmantelamento de áreas

A Companhia tem obrigações legais de remoção de equipamentos e restauração de áreas terrestres ou marítimas ao final das operações em locais de produção. As obrigações mais significativas de remoção de ativos envolvem a remoção e descarte das instalações em alto mar (*offshore*) de produção de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior. As estimativas de custos de futuras remoções e recuperações ambientais são realizadas com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados.

Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que as obrigações ocorrerão no longo prazo; que os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e que as tecnologias e custos de remoção de ativos se alteram constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança.

A Companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores práticas da indústria. Contudo, os prazos e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas.

Outras informações sobre desmantelamento de áreas são apresentadas nas notas explicativas 4.13 e 20.

5.6. Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. O tributo diferido passivo é reconhecido integralmente.

A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o Sistema Petrobras, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros que são: i) preço do petróleo do tipo *brent*; ii) taxa de câmbio; iii) resultado financeiro líquido.

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos estão apresentados na nota explicativa 21.6.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

5.7. Contabilidade de hedge de fluxo de caixa de exportação

O cálculo das “exportações futuras altamente prováveis” tem como base as exportações previstas no Plano de Negócio e Gestão (PNG) e Plano Estratégico (PE), representando uma parcela dos valores projetados no PNG, sendo determinados pela aplicação de percentual obtido na comparação entre a série histórica de valores projetados e da efetiva realização das exportações. Os valores das exportações futuras são recalculados a cada alteração de premissa na projeção do PNG e do PE. O percentual aplicado sobre os valores projetados de exportação é reavaliado, pelo menos, uma vez ao ano.

A estimativa dos valores projetados da exportação utilizados nos planos de negócios é resultado de um modelo de otimização das operações e investimentos da Companhia, sendo influenciado por diversos fatores, dentre os quais podemos destacar as projeções dos preços dos petróleo e seus derivados, da produção da Petrobras e do consumo no mercado doméstico nacional.

Outras informações e análises de sensibilidades da contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa de exportação são divulgadas na nota explicativa 33.2.

5.8. Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente

Como descrito na nota explicativa 3, a Companhia realizou baixas contábeis de R\$ 6.194 no terceiro trimestre de 2014, referentes a custos capitalizados representando montantes pagos na aquisição de imobilizado em anos anteriores.

Para contabilizar esses ajustes, a Companhia desenvolveu uma metodologia descrita na nota explicativa 3. A Petrobras admite o grau de incerteza envolvido na referida metodologia de estimativa e continuará acompanhando os resultados das investigações em andamento e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação confiável que indique com suficiente precisão que as estimativas que a Companhia utilizou deveriam ser ajustadas, a Companhia avaliará se o ajuste é material e, caso seja, o reconhecerá.

Entretanto, como já discutido, a Companhia acredita que utilizou a metodologia mais apropriada para determinar os valores dos pagamentos indevidos capitalizados e não há evidência que indique a possibilidade de uma mudança material nos montantes baixados.

5.9. Perdas em crédito de liquidação duvidosa

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

Outras informações sobre perdas em crédito de liquidação duvidosas são apresentadas na nota explicativa 8.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

6. Novas normas e interpretações

a) IASB – International Accounting Standards Board

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Emenda ao IFRS 11 "Negócios em Conjunto"	Determina que uma entidade que adquira participação em uma operação em conjunto (IFRS 11/CPC 19) que atende a definição de um negócio (IFRS 3/CPC 15), contabilize a aquisição seguindo os mesmos princípios usados em combinações de negócios.	1º de janeiro de 2016
Emenda ao IFRS 10 "Demonstrações Consolidadas" e ao IAS 28 "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto"	Determina que quando um ativo for vendido para, ou aportado em uma coligada ou em um empreendimento controlado em conjunto, e o ativo atende à definição de negócio (IFRS 3/CPC15), o ganho ou perda deve ser reconhecido integralmente pelo investidor (independentemente da participação de terceiros na coligada ou no empreendimento controlado em conjunto). Porém, se a venda ou o aporte não envolver um negócio, conforme definido pelo IFRS 3/CPC 15, eventual ganho ou perda deve ser reconhecido pelo investidor proporcionalmente à participação de terceiros na coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Postergada indefinidamente.
IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes"	Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos.	1º de janeiro de 2018
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Institui novos requisitos relacionados à contabilidade de <i>hedge</i> .	1º de janeiro de 2018

Quanto às emendas e novas normas listadas acima, a Companhia está avaliando os impactos da aplicação em suas demonstrações contábeis consolidadas de exercícios futuros.

IFRS 16 - "Arrendamento Mercantil"

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 "Arrendamentos Mercantis", que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substituirá o IAS 17 "Arrendamentos Mercantis", bem como interpretações correlatas.

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção do IFRS 16 que poderá causar um aumento significativo de ativos e passivos no seu balanço patrimonial. Esta avaliação, quando razoavelmente estimada, poderá implicar na necessidade da Companhia negociar, em determinados contratos de dívida com BNDES, cláusulas relacionadas ao nível de endividamento (*covenants*).

b) Legislação tributária

Em 30 de dezembro de 2015, o Estado do Rio de Janeiro publicou duas novas Leis que elevam, a partir de março de 2016, a carga tributária incidente sobre todo setor petrolífero, conforme definido a seguir:

- Lei nº 7.182 – cria a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Petróleo e Gás (TFPG) que incide sobre barril de petróleo ou unidade equivalente de gás natural extraído no Estado; e
- Lei nº 7.183 – estabelece a cobrança de ICMS, à alíquota de 18%, sobre as operações de circulação de petróleo, desde os poços de extração.

A Companhia entende que ambas as Leis não são juridicamente sustentáveis e por este motivo questionará junto ao Supremo Tribunal Federal, o reconhecimento da inconstitucionalidade dessas Leis.

7. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2015	31.12.2014
Caixa e bancos	808	709
Aplicações financeiras de curto prazo		
- No Brasil		
Fundos de investimentos DI e operações compromissadas	922	1.999
Outros fundos de investimentos	11	41
	933	2.040
- No exterior		
Time deposit	13.276	8.700
Auto Invest e contas remuneradas	8.828	3.573
Outras aplicações financeiras	1.213	1.633
	23.317	13.906
Total das aplicações financeiras de curto prazo	24.250	15.946
Total de caixa e equivalentes de caixa	25.058	16.655

Os fundos de investimentos no país têm seus recursos aplicados em títulos públicos federais brasileiros. As aplicações no exterior são compostas por time deposits com prazos de até três meses, por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Títulos e valores mobiliários

	31.12.2015			31.12.2014		
	País	Exterior	Total	País	Exterior	Total
Para negociação	779	–	779	2.690	–	2.690
Disponíveis para venda	5	1	6	2	19	21
Mantidos até o vencimento	69	14	83	102	6.619	6.721
	853	15	868	2.794	6.638	9.432
Circulante	779	1	780	2.690	6.633	9.323
Não circulante	74	14	88	104	5	109

Os títulos para negociação referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais brasileiros e os títulos mantidos até o vencimento referem-se principalmente a aplicações no exterior em time deposits realizadas com instituições financeiras de primeira linha.

Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

8. Contas a receber

8.1. Contas a receber, líquidas

	31.12.2015	31.12.2014
Cientes		
Terceiros (*)	7.262	10.022
Partes relacionadas		
Investidas (19.1)	533	863
Recebíveis do setor elétrico (nota 8.4)	3.415	2.966
Contas petróleo e álcool - créditos junto ao Governo Federal (nota 19.2)	219	317
Outras	1.699	2.005
	13.128	16.173
Perdas em créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(3.656)	(3.372)
	9.472	12.801
Circulante	5.803	7.969
Não circulante	3.669	4.832

(*) Reclassificações em 2014 de US\$ 605, conforme descrito na nota explicativa 2.3.

8.2. Contas a receber vencidos - Terceiros

	2015	2014
Até 3 meses	315	823
De 3 a 6 meses	180	178
De 6 a 12 meses	803	181
Acima de 12 meses	1.735	1.832
	3.033	3.014

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

8.3. Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa

	31.12.2015	31.12.2014
Saldo inicial	3.372	1.406
Adições (*)	2.060	2.484
Baixas	(17)	(2)
Reversão	(788)	(128)
Ajuste acumulado de conversão	(971)	(388)
Saldo final	3.656	3.372
Circulante	1.690	1.448
Não circulante	1.966	1.924

(*) Em 2015, as adições são compostas, principalmente, por: US\$ 1.218 do setor elétrico (nota 8.4); US\$ 374 de perdas sobre multas aplicadas (nota 25); e US\$ 70 referente a térmicas do sistema interligado.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

8.4. Contas a receber – Setor Elétrico (Sistema Isolado de Energia)

	PCLD					Transferências (*)	Atualização Monetária	CTA	31.12.2015
	31.12.2014	Faturamento	Recebimentos	Constituição	Reversão				
Partes relacionadas (Sistema Eletrobras)									
Amazonas Distribuidora De Energia	1.989	796	(662)	(431)	90	654	307	(747)	1.996
Centrais Elétricas do Norte	48	77	(114)	-	-	-	-	(10)	1
Centrais Elétricas de Rondônia	471	407	(226)	(274)	14	-	37	(144)	285
Outros	130	108	(64)	(81)	6	-	15	(39)	75
Contas a receber líquido do Sistema Eletrobras	2.638	1.388	(1.066)	(786)	110	654	359	(940)	2.357
Terceiros									
Cigás	427	714	(437)	(290)	459	(654)	36	(112)	143
Centrais Elétricas do Pará	35	211	(230)	(42)	59	-	4	(11)	26
Cia de Eletricidade do Amapá	-	65	(27)	(89)	14	-	47	(1)	9
Cia de Energia de Pernambuco - CELPE	-	95	(93)	-	-	-	-	-	2
Outros	6	90	(88)	(11)	12	-	-	(3)	6
Contas a receber líquido de Terceiros	468	1.175	(875)	(432)	544	(654)	87	(127)	186
Total do Contas a receber líquido	3.106	2.563	(1.941)	(1.218)	654	-	446	(1.067)	2.543
Contas a receber do Sistema Eletrobrás (-) PCLD	2.966 (328)	1.388 -	(1.066) -	- (786)	- 110	956 (302)	359 -	(1.188) 248	3.415 (1.058)
Total do Contas a receber líquido do Sistema Eletrobrás	2.638	1.388	(1.066)	(786)	110	654	359	(940)	2.357
Contas a receber de Terceiros (-) PCLD	1.851 (1.383)	1.175 -	(875) -	- (432)	- 544	(956) 302	87 -	(509) 382	773 (587)
Total do Contas a receber líquido de Terceiros	468	1.175	(875)	(432)	544	(654)	87	(127)	186
Total do Contas a receber (-) PCLD	4.817 (1.711)	2.563 -	(1.941) -	- (1.218)	- 654	- -	446 -	(1.697) 630	4.188 (1.645)
Total do Contas a receber líquido	3.106	2.563	(1.941)	(1.218)	654	-	446	(1.067)	2.543

(**) A Cigás cedeu à Petrobras créditos que possuía junto à Amazonas Distribuidora de Energia, conforme contrato comercial. Valor líquido de PCLD.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía recebíveis líquido de provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD do setor elétrico referentes ao fornecimento de óleo combustível, gás natural, energia, entre outros produtos, para usinas de geração termoeletrica (controladas da Eletrobras), concessionárias estaduais e produtores independentes de energia (PIEs) localizados na região norte do país, no total de US\$ 2.543 (US\$ 3.106 em 31 de dezembro de 2014), dos quais US\$ 1.919 foram classificados no ativo não circulante.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Uma parcela significativa dos recursos utilizados para a liquidação financeira dos referidos ativos é oriunda do fundo setorial denominado Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que tem como uma de suas finalidades principais o reembolso parcial dos custos de aquisição dos combustíveis utilizados para a geração de energia elétrica no sistema isolado de energia. Contudo, diversas alterações ocorridas na legislação, no decorrer do tempo, impuseram restrições que reduziram os valores ressarcidos pela CCC às usinas termelétricas do sistema isolado, que por sua vez, passaram a efetuar pagamentos menores do que aqueles devidos à Companhia pelo fornecimento de combustíveis para geração de energia elétrica.

Em 2013, uma nova legislação introduziu ajustes relevantes na origem dos recursos utilizados para subsidiar a geração de energia pelas usinas dos sistemas isolados. A cobertura dos subsídios passou a ocorrer por meio do fundo setorial da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e não somente por arrecadação direta de quotas da CCC. Com isto, o Tesouro Nacional deveria efetuar aportes para cobertura das despesas que antes eram supridas unicamente pela CCC. Estes aportes, no entanto, se mostraram insuficientes frente ao montante necessário para a cobertura dos custos de geração térmica dos sistemas isolados da Região Norte.

O fluxo de pagamento antes existente envolvendo repasse dos recursos da CCC, que já era insuficiente para cobrir os custos de aquisição dos combustíveis, reduziu significativamente. Com o crescente aumento dos débitos das térmicas do sistema isolado, a Companhia intensificou negociações com as concessionárias estaduais, PIES, empresas privadas e controladas da Eletrobras. Diante do cenário, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e as empresas do Sistema Eletrobras celebraram contratos de confissão de dívida no montante de US\$ 2.202, abrangendo débitos vencidos até 30 de novembro de 2014, atualizados pela SELIC, com pagamentos em 120 parcelas mensais e sucessivas a partir de fevereiro de 2015, dos quais US\$ 1.889 possuíam garantia real em 7 de maio de 2015. Esta confissão encontra-se adimplente em 31 de dezembro de 2015.

A partir do início de 2015, com a mudança legal e a introdução da nova política tarifária para o setor elétrico, incluindo aumentos já praticados no primeiro trimestre, esperava-se um maior equilíbrio financeiro das empresas do setor e, por conseguinte, a redução da inadimplência relativa ao fornecimento de combustíveis a partir do segundo trimestre, o que de fato não ocorreu. Em função do tempo necessário para que o aumento do valor das contas de energia elétrica dos consumidores finais das distribuidoras de energia elétrica proporcione o equilíbrio financeiro dessas empresas, o fluxo de recomposição de recursos da CCC está ocorrendo de forma mais lenta, o que vem atrasando os reembolsos pelos custos de aquisição dos combustíveis fornecidos pela Petrobras e agravando a inadimplência destes clientes perante a Companhia.

Com a publicação em 1º de setembro de 2015 da Resolução Normativa nº 679, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), esperava-se uma maior celeridade na liberação dos recursos, devido à possibilidade de pagamento direto pela CCC à Companhia, relativo ao fornecimento de combustíveis realizado no mês imediatamente anterior e limitado a 75% da média dos desembolsos da CCC dos três últimos meses, o que efetivamente não ocorreu, agravando a inadimplência destes clientes perante a Companhia.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

A Companhia esperava concluir a assinatura dos contratos de confissão de dívida e a celebração de novos contratos de penhor em garantia de créditos oriundos da CDE, com base na autorização governamental para a repactuação de dívida da CDE com empresas credoras da CCC, considerando as dívidas vencidas no período de 1º de dezembro de 2014 a 30 de junho de 2015. Contudo, dado o insucesso em concluir tais negociações no prazo esperado, a Companhia reconheceu uma provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD), no resultado do 4º trimestre de 2015, no montante de US\$ 682, equivalente às garantias em negociação.

Diante do exposto e com base no julgamento da Administração, a Companhia reconheceu PCLD no resultado do exercício de 2015 no montante de US\$ 564 (US\$ 1.696 em 2014), sendo:

- Constituição de PCLD no montante de US\$ 1.218, que incluem as garantias em negociação de US\$ 682 e considerando fornecimentos vencidos ou a vencer em 31 de dezembro de 2015 sem garantias reais, cujos recebimentos não ocorreram; e
- Reversão de PCLD no montante de US\$ 654, basicamente pela assinatura, em 7 de maio de 2015, de contrato de penhor em garantia de crédito oriundo da CDE e em função da existência de lastro financeiro retido em conta vinculada a contrato comercial.

As negociações com a Eletrobras para obtenção de novas garantias reais estão mantidas, assim como as medidas restritivas para evitar o crescimento da inadimplência, como, por exemplo, o fornecimento de produtos na modalidade de pagamento antecipado, salvo quando impedida judicialmente.

9. Estoques

	31.12.2015	31.12.2014
Petróleo	2.895	3.977
Derivados de petróleo	2.206	4.333
Intermediários	612	854
Gás Natural e GNL (*)	253	358
Biocombustíveis	158	150
Fertilizantes	61	34
	6.185	9.706
Materiais, suprimentos e outros	1.272	1.806
	7.457	11.512
Circulante	7.441	11.466
Não circulante	16	46

(*) GNL - Gás Natural Liquefeito

Os estoques consolidados são apresentados deduzidos de provisão, para ajuste ao seu valor realizável líquido, no montante de US\$ 155 (US\$ 150 em 31 de dezembro de 2014), sendo estes ajustes decorrentes, principalmente, de oscilações nas cotações internacionais do petróleo e seus derivados. O montante acumulado de provisão reconhecido no resultado do exercício, como custo dos produtos e serviços vendidos, é de US\$ 430 em 2015 (US\$ 1.015 em 2014).

Parcela dos estoques de petróleo e/ou derivados foi dada como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro – TCF, assinados com a Petros, no valor de US\$ 1.719 (US\$ 2.316 em 31 de dezembro de 2014), conforme nota explicativa 22.1.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

10. Vendas e incorporações de ativos

10.1. Venda de ativos

Venda de ativos na Argentina

Em 30 de março de 2015, a Petrobras Argentina S.A., PESA, alienou a totalidade de seus ativos situados na Bacia Austral, na província de Santa Cruz, para a Compañia General de Combustibles S.A. (CGC) pelo valor de US\$ 101 milhões, recebidos nesta data, sendo registrado um ganho de US\$ 77 milhões, reconhecidos em outras receitas.

Innova S.A.

Em 16 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a alienação de 100% das ações de emissão da Innova S.A. para a Videolar S.A. e seu acionista majoritário, pelo valor de US\$ 369, ficando a conclusão da operação sujeita a determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

Em 30 de outubro de 2014 a operação foi finalizada conforme previsto no contrato de compra e venda de ações, apurando um ganho de US\$ 57, reconhecido em outras receitas.

Em 31 de março de 2015, houve pagamento do ajuste de preço final, conforme estabelecido contratualmente. Nesta data, a Companhia recebeu o valor de US\$ 78, reconhecido em outras receitas.

Venda de participação da Gaspetro

Em 28 de dezembro de 2015, a Petrobras finalizou a operação de venda de participação de 49% da Petrobras Gás S.A. (Gaspetro) para a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda (Mitsui-Gás).

Esta operação foi concluída com o pagamento de US\$ 495 pela Mitsui-Gás, ocorrido naquela data, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações, firmado em 23 de outubro de 2015, incluindo a aprovação definitiva e sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), sendo registrado o valor de US\$ 257 (US\$ 170 líquido de impostos) como contribuição adicional de capital, tendo em vista a manutenção do controle acionário pela Petrobras.

Foram propostas ações judiciais questionando a transação, não tendo sido, entretanto, proferida até o momento qualquer decisão definitiva que comprometa a conclusão da operação. A Petrobras esclarece que está promovendo sua defesa na forma da lei.

10.2. Incorporações

Em 30 de janeiro de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras aprovou as incorporações de controladas ao seu patrimônio, sem aumento do seu capital: Arembepe Energia S.A. e Energética Camaçari Muricy S.A.

Essas incorporações visam simplificar a estrutura societária da Companhia, minimizar custos e capturar sinergias e não geram efeitos sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

10.3. Ativos classificados como mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia classificou o montante de US\$ 152 como Ativos mantidos para venda (US\$ 5 em 2014), incluindo US\$ 150 referentes aos campos de produção Bijupirá e Salema e US\$ 2 a sondas de perfuração PI, PIII e PIV (US\$ 5 em 2014). Adicionalmente, o montante de US\$ 125 classificado como passivos associados a ativos mantidos para venda refere-se à provisão para desmantelamento dos campos Bijupirá e Salema.

A avaliação destes ativos resultou no reconhecimento de *impairment* conforme divulgado na nota explicativa 14.3.

Em 26 de fevereiro de 2016 os contratos de venda das concessões dos campos de Bijupirá e Salema foram rescindidos conforme divulgado na nota explicativa 35. Desta forma, os valores referentes a estes campos serão reclassificados para o ativo imobilizado e para provisão de desmantelamento de áreas no exercício de 2016.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

11. Investimentos

11.1. Investimentos diretos em controladas, subsidiárias, empreendimentos controlados em conjunto, operações em conjunto e coligadas

	Principal segmento de atuação	% de Participação direta da Petrobras	% no Capital votante	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	País
Subsidiárias e Controladas						
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV (i)	E&P	100,00	100,00	20.035	(1.017)	Holanda
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	Distribuição	100,00	100,00	2.542	(348)	Brasil
Petrobras International Braspetro - PIB BV (i) (ii)	Diversos (iii)	99,98	99,98	2.003	(643)	Holanda
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	Abastecimento	100,00	100,00	1.359	310	Brasil
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG	E&P	100,00	100,00	893	232	Brasil
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	Gás e Energia	100,00	100,00	832	(738)	Brasil
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	Gás e Energia	51,00	51,00	478	147	Brasil
Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO	Biocombustível	100,00	100,00	288	(258)	Brasil
Petrobras Logística de Gás - Logigás	Gás e Energia	100,00	100,00	282	13	Brasil
Liquigás Distribuidora S.A.	Abastecimento	100,00	100,00	241	34	Brasil
Araucária Nitrogenados S.A.	Gás e Energia	100,00	100,00	216	24	Brasil
Termomacê Ltda.	Gás e Energia	99,99	99,99	184	45	Brasil
Braspetro Oil Services Company - Brasoil (i)	Corporativo	100,00	100,00	160	10	Ilhas Cayman
Breitener Energética S.A.	Gás e Energia	93,66	93,66	166	26	Brasil
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco S.A. - CITEPE	Abastecimento	100,00	100,00	145	(246)	Brasil
Termobahia S.A.	Gás e Energia	98,85	98,85	124	25	Brasil
Companhia Petroquímica de Pernambuco S.A. - PetroquímicaSuape	Abastecimento	100,00	100,00	103	(243)	Brasil
Baixada Santista Energia S.A.	Gás e Energia	100,00	100,00	75	7	Brasil
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN	Gás e Energia	99,91	99,91	26	8	Brasil
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	E&P	99,00	99,00	17	(19)	Brasil
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro	Corporativo	99,95	99,95	8	1	Brasil
Termomacê Comercializadora de Energia Ltda	Gás e Energia	100,00	100,00	4	2	Brasil
5283 Participações Ltda.	Corporativo	100,00	100,00	-	103	Brasil
Downstream Participações Ltda.	Corporativo	99,99	99,99	(1)	-	Brasil
Operações em conjunto						
Fábrica Carioca de Catalizadores S.A. - FCC	Abastecimento	50,00	50,00	63	11	Brasil
Ibiriterno S.A.	Gás e Energia	50,00	50,00	51	18	Brasil
Empresas não Consolidadas						
Empreendimentos controlados em conjunto						
Logum Logística S.A.	Abastecimento	20,00	20,00	81	(65)	Brasil
Cia Energética Manauara S.A.	Gás e Energia	40,00	40,00	38	10	Brasil
Petrocoque S.A. Indústria e Comércio	Abastecimento	50,00	50,00	35	10	Brasil
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Abastecimento	33,20	33,33	23	5	Brasil
Brasympe Energia S.A.	Gás e Energia	20,00	20,00	20	2	Brasil
Brentech Energia S.A.	Gás e Energia	30,00	30,00	20	3	Brasil
Metanol do Nordeste S.A. - Metanor	Abastecimento	34,54	34,54	13	(1)	Brasil
Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Gás e Energia	49,00	49,00	11	1	Brasil
Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Gás e Energia	49,00	49,00	10	-	Brasil
Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Gás e Energia	49,00	49,00	9	-	Brasil
Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Gás e Energia	51,00	51,00	9	-	Brasil
Companhia de Coque Calcinado de Petróleo S.A. - Coquepar	Abastecimento	45,00	45,00	2	-	Brasil
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. - PCBIOS	Biocombustível	50,00	50,00	-	-	Brasil
Coligadas						
Sete Brasil Participações S.A.	E&P	5,00	5,00	887	(1.485)	Brasil
Fundo de Investimento em Participações de Sondas - FIP Sondas	E&P	4,59	4,59	867	(1.886)	Brasil
Braskem S.A.	Abastecimento	36,20	47,03	518	943	Brasil
UEG Araucária Ltda.	Gás e Energia	20,00	20,00	220	73	Brasil
Deten Química S.A.	Abastecimento	27,88	27,88	88	31	Brasil
Energética SUAPE II	Gás e Energia	20,00	20,00	60	26	Brasil
Termoelétrica Potiguar S.A. - TEP	Gás e Energia	20,00	20,00	17	1	Brasil
Nitroclor Ltda.	Abastecimento	38,80	38,80	-	-	Brasil
Bioenergética Britarumã S.A.	Gás e Energia	30,00	30,00	-	-	Brasil

(i) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moeda estrangeira.

(ii) Participação de 0,0187% da 5283 Participações Ltda. (participação de 11,88%, em 2014, diluída pelos aportes da Petrobras).

(iii) Atuação internacional nas áreas de E&P, Refino, Gás&Energia e Distribuição.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

11.2. Mutação dos investimentos

	Saldo em 31.12.2014	Aquisição e Aporte de capital	Reorganizações, redução de capital e outros	Resultado de Participação em investimentos	Ajuste Acumulado De Conversão (Cta)	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em 31.12.2015
Petrobras Oil & Gas B.V. – PO&G	1.714	-	-	(32)	63	(104)	(96)	1.545
Braskem	1.711	-	-	317	(458)	(658)	(107)	805
Distribuidoras Estaduais de Gás Natural	340	-	-	54	(109)	-	(34)	251
Investidas na Venezuela	312	-	-	(101)	19	(12)	-	218
Guarani S.A.	518	-	-	(66)	(169)	(84)	(5)	194
Nova Fronteira Bionergia	163	-	-	9	(53)	-	-	119
Outras Investidas do Setor								
Petroquímico	66	-	-	12	(22)	-	(11)	45
Compañia Mega S.A. – MEGA	31	9	-	27	(22)	-	-	45
Compañia de Inversiones de Energia S.A. – CIESA	68	-	-	(3)	(21)	-	-	44
UEG Araucária	73	8	-	1	(20)	-	(19)	43
Sete Brasil Participações	144	24	-	(107)	(55)	(4)	(2)	-
FIP – Sondas	137	21	-	(111)	(43)	-	(4)	-
Demais empresas	459	46	7	(177)	(107)	1	(23)	206
Outros Investimentos	17	-	-	-	(5)	-	-	12
Total	5.753	108	7	(177)	(1.002)	(861)	(301)	3.527

No decorrer de 2015, perdas em investimentos no grupo Sete Brasil (Sete Brasil e FIP Sondas) no montante de US\$ 326 foram reconhecidas no resultado de equivalência patrimonial. Parte dessas perdas foi reconhecida diretamente pela Petrobras em seus investimentos, conforme nota explicativa 14.2.2.

Essas perdas refletem a deterioração da situação econômica e financeira do grupo Sete Brasil, a interrupção de grande parte das obras do projeto, bem como do cenário de incerteza sobre as alternativas de continuidade do projeto.

11.3. Investimentos em empresas com ações negociadas em bolsas

Empresa	Lote de mil ações		Tipo	Cotação em bolsa de valores (US\$ por ação)		Valor de mercado	
	31.12.2015	31.12.2014		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Controlada indireta							
Petrobras Argentina S.A.	1.356.792	1.356.792	ON	0,61	0,65	827	879
						827	879
Coligada							
Braskem S.A.	212.427	212.427	ON	4,07	4,07	866	864
Braskem S.A.	75.793	75.793	PNA	7,07	6,59	536	499
						1.402	1.363

O valor de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo de ações.

11.4. Participação de acionistas não controladores

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de US\$ 819 (US\$ 706 em 2014), dos quais US\$ 367 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Petrobras Argentina S.A. e US\$ 234 aos acionistas não controladores da Gaspetro S.A.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

A seguir estão apresentadas suas informações contábeis sumarizadas:

	Petrobras Argentina S.A.		Gaspetro
	2015	2014	2015
Ativo circulante	795	1.008	81
Ativo realizável a longo prazo	72	83	59
Investimentos	276	408	303
Imobilizado	1.084	1.355	1
Outros ativos não circulantes	3	2	80
	2.230	2.856	524
Passivo circulante	541	689	18
Passivo não circulante	571	692	27
Patrimônio líquido	1.118	1.475	479
	2.230	2.856	524
Receita operacional líquida	243	145	208
Lucro líquido do exercício	119	43	147
Caixa e equivalentes de caixa gerado (utilizado) no exercício	71	118	(165)

A Petrobras Argentina S.A. é uma empresa integrada de energia, com atuação principal na Argentina, e controlada indireta da Petrobras, por meio da PIBBV, que possui 67,19% de participação nesta empresa.

A Gaspetro é uma empresa com participação em diversas distribuidoras de gás, controlada da Petrobras. A Petrobras concluiu a venda de 49% da sua participação na Gaspetro em 28 de dezembro de 2015, conforme divulgado na nota explicativa 10.1.

11.5. Informações contábeis resumidas de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

A Companhia investe em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas no país e exterior, cujas atividades estão relacionadas a empresas petroquímicas, distribuidoras de gás, biocombustíveis, termoeletricas, refinarias e outras. As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	2015					2014				
	Empreendimentos em conjunto			Coligadas		Empreendimentos em conjunto			Coligadas	
	País	PO&G (*)	Exterior	País	Exterior	País	PO&G (*)	Exterior	País	Exterior
Ativo Circulante	1.106	934	327	5.358	2.240	1.474	1.033	314	10.701	2.241
Ativo Realizável a Longo Prazo										
Imobilizado	343	50	21	2.697	199	438	17	23	2.695	210
Outros ativos não circulantes	1.206	2.790	488	9.599	1.815	1.598	2.527	487	12.207	3.600
	554	4	4	2.831	78	753	14	4	4.342	79
	3.209	3.778	840	20.485	4.332	4.263	3.591	4.419	29.945	6.130
Passivo Circulante	1.331	228	213	4.880	3.607	1.841	288	215	6.795	3.482
Passivo não Circulante	640	1.327	303	12.522	1.057	732	1.134	304	13.425	992
Patrimônio Líquido	1.108	2.223	178	3.268	(332)	1.681	2.169	159	9.779	1.656
Participação dos Acionistas não Controladores	130	-	146	(185)	-	9	-	150	(55)	-
	3.209	3.778	840	20.485	4.332	4.263	3.591	4.419	29.945	6.130
Receita Operacional Líquida	3.825	1.928	284	15.805	167	5.583	2.175	316	22.540	189
Lucro Líquido do Exercício	155	209	47	1.036	(1.398)	144	236	16	769	331
Participação - %	20 a 83%	50%	34 a 50%	5 a 49%	11 a 49%	20 a 83%	50%	34 a 50%	5 a 49%	11 a 49%

(*) A Petrobras Oil & Gas (PO&G) é uma joint venture situada na Holanda, com 50% de participação da Petrobras International BV (PIBBV), para exploração e produção de petróleo e gás na África.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

12. Imobilizado

12.1. Por tipo de ativos

	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção (*)	Gastos c/exploração e desenv. Produção de petróleo e gás (campos produtores)	Total
Saldo em 1º de janeiro 2014	7.868	90.405	79.758	49.870	227.901
Adições	30	2.031	30.362	580	33.003
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	-	-	-	1.999	1.999
Juros capitalizados	-	-	3.592	-	3.592
Baixas	(9)	(57)	(4.024)	(196)	(4.286)
Baixa de gastos capitalizados indevidamente (nota 3)	(35)	(1.160)	(1.078)	(91)	(2.364)
Transferências (***)	2.685	25.371	(36.178)	23.078	14.956
Depreciação, amortização e depleção	(534)	(7.381)	-	(4.888)	(12.803)
"Impairment" - constituição	(899)	(1.398)	(11.670)	(2.839)	(16.806)
"Impairment" - reversão	-	17	-	3	20
Ajuste acumulado de conversão	(1.071)	(9.832)	(7.819)	(7.760)	(26.482)
Saldo em 31 de dezembro 2014	8.035	97.996	52.943	59.756	218.730
Custo	10.979	142.030	52.943	88.023	293.975
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(2.944)	(44.034)	-	(28.267)	(75.245)
Saldo em 31 de dezembro 2014	8.035	97.996	52.943	59.756	218.730
Adições	210	1.296	18.349	512	20.367
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	-	-	-	4.147	4.147
Juros capitalizados	-	-	1.768	-	1.768
Baixas	(8)	(56)	(1.797)	(407)	(2.268)
Transferências	1.153	8.726	(16.477)	8.468	1.870
Depreciação, amortização e depleção	(468)	(6.374)	-	(4.596)	(11.438)
Impairment - constituição (nota 14)	(238)	(3.837)	(3.008)	(5.220)	(12.303)
Impairment - reversão	-	11	5	23	39
Ajuste acumulado de conversão	(2.584)	(23.869)	(14.173)	(18.989)	(59.615)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.100	73.893	37.610	43.694	161.297
Custo	8.595	112.307	37.610	67.220	225.732
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(2.495)	(38.414)	-	(23.526)	(64.435)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.100	73.893	37.610	43.694	161.297
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	40 (25 a 50) (exceto terrenos)	20 (3 a 31) (**)		Método da unidade produzida	

(*) Os saldos por área de negócio são apresentados na nota explicativa 29.

(**) Inclui ativos de exploração e produção depreciados baseado no método das unidades produzidas.

(***) Inclui o montante de US\$ 10.446, reclassificado do Ativo Intangível para o Imobilizado em 2014, em decorrência da declaração de comercialidade de áreas vinculadas ao Contrato de Cessão Onerosa.

Em 31 de dezembro de 2015, o imobilizado inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento que transfiram os benefícios, riscos e controles no montante de US\$ 48 (US\$ 72 em 31 de dezembro de 2014).

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

12.2. Abertura por tempo de vida útil estimada

Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens

Vida útil estimada	Depreciação		Saldo em 2015
	Custo	Acumulada	
até 5 anos	3.407	(2.289)	1.118
6 - 10 anos	8.247	(4.110)	4.137
11 - 15 anos	1.018	(543)	475
16 - 20 anos	33.420	(10.136)	23.284
21 - 25 anos	17.887	(5.631)	12.256
25 - 30 anos	14.532	(3.158)	11.374
30 anos em diante	22.478	(5.293)	17.185
Método da Unidade Produzida	19.512	(9.748)	9.764
	120.501	(40.908)	79.593
Edificações e benfeitorias	8.194	(2.494)	5.700
Equipamentos e outros bens	112.307	(38.414)	73.893

12.3. Direito de exploração de petróleo - Cessão Onerosa

O Contrato de Cessão Onerosa, celebrado em 2010 entre a Petrobras e a União (cedente), tendo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP atuando como reguladora e fiscalizadora, refere-se ao direito de exercer as atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos localizados em seis blocos na área do Pré-Sal (Franco, Florim, Nordeste de Tupi, Entorno de Iara, Sul de Guará e Sul de Tupi), limitadas à produção de cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo, em até 40 anos, renováveis por mais 5 anos, sob determinadas condições.

O Contrato estabelece que, imediatamente após a declaração de comercialidade de cada área, iniciam-se os procedimentos de revisão do Contrato de Cessão Onerosa, que devem estar baseados em laudos técnicos independentes. Atualmente, após a declaração de comercialidade dos seis blocos, todas as áreas encontram-se em revisão e a conclusão deste processo somente ocorrerá após o fim da revisão de todas as áreas, não estando estabelecida uma data para seu término.

Para a referida revisão, estão sendo considerados os custos já realizados até o momento nas áreas e as previsões de custo e de produção estimadas quando da elaboração dos laudos técnicos independentes. Como resultado desta etapa, poderão ser revistos: (i) Valor do contrato; (ii) Volume máximo de barris a serem produzidos; (iii) Prazo de vigência; e (iv) Percentuais mínimos de conteúdo local.

Caso a revisão determine que os direitos adquiridos alcancem um valor maior do que o inicialmente pago, a Companhia poderá pagar a diferença à União ou reduzir proporcionalmente o volume total de barris adquiridos nos termos do Contrato. Se a revisão determinar que os direitos adquiridos resultem em valor menor que o inicialmente pago pela Companhia, a União reembolsará a diferença, em moeda corrente ou títulos, sujeito às leis orçamentárias.

No momento, as atividades referentes à revisão do Contrato de Cessão Onerosa estão em andamento, incluindo a preparação dos laudos pelas certificadoras e a realização de discussões sobre o tema entre Petrobras e representantes da União. A Companhia efetuará os respectivos ajustes nos preços de aquisição, quando a revisão estiver concluída.

Em 31 de dezembro de 2015 o Ativo Imobilizado da Companhia inclui o montante de US\$ 19.158 (US\$ 28.164 em 31 de dezembro de 2014), referente aos valores pagos na aquisição dos blocos do Contrato de Cessão Onerosa.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

12.4. Devolução à ANP de campos de petróleo e gás natural, operados pela Petrobras

Os seguintes campos foram devolvidos à ANP durante o exercício de 2015: Itaparica, Camaçari, Carapicú, Baúna Sul, Salema Branca, Nordeste Namorado, parte de Rio Preto, Pirapitanga, Piracucá, Catuá e parte de Mangangá. Estas devoluções devem-se principalmente a inviabilidade econômica dos campos e, conseqüentemente, a Companhia reconheceu baixas de ativos do montante de US\$ 264 como outras despesas.

13. Intangível

13.1. Por tipo de ativos

	Direitos e Concessões	Adquiridos	Softwares		Ágio com expectativa de rentabilidade futura/ Goodwill	Total
			Desenvolvidos Internamente			
Saldo em 1º de janeiro 2014	14.381	142	496		400	15.419
Adições	92	41	118		-	251
Juros capitalizados	-	-	8		-	8
Baixas	(93)	(5)	(10)		-	(108)
Transferências (**)	(10.346)	7	9		(1)	(10.331)
Amortização	(35)	(54)	(131)		-	(220)
Impairment - constituição	(8)	-	-		-	(8)
Impairment - reversão	6	-	-		-	6
Ajuste acumulado de conversão	(405)	(12)	(58)		(33)	(508)
Saldo em 31 de dezembro 2014	3.592	119	432		366	4.509
Custo	4.003	578	1.281		366	6.228
Amortização acumulada	(411)	(459)	(849)		-	(1.719)
Saldo em 31 de dezembro 2014	3.592	119	432		366	4.509
Adição	17	22	78		-	117
Juros capitalizados	-	-	5		-	5
Baixa	(163)	-	(2)		-	(165)
Transferências	71	6	11		-	88
Amortização	(23)	(33)	(97)		-	(153)
Impairment - constituição	(32)	-	-		-	(32)
Impairment - reversão	-	-	-		-	-
Ajuste acumulado de conversão	(1.024)	(34)	(137)		(82)	(1.277)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.438	80	290		284	3.092
Custo	2.696	435	963		284	4.378
Amortização acumulada	(258)	(355)	(673)		-	(1.286)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.438	80	290		284	3.092
Tempo de vida útil estimado - anos	(*)	5	5		Indefinida	

(*) O saldo é composto, preponderantemente, por ativos com vida útil indefinida. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se continua justificável.

(**) Inclui o montante de US\$ 10.446, reclassificado do Ativo Intangível para o Imobilizado, em decorrência da declaração de comercialidade de áreas vinculadas ao Contrato de Cessão Onerosa.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não apurou perda na avaliação de recuperabilidade ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

13.2. Devolução à ANP de campos de petróleo e gás natural, operados pela Petrobras

No exercício de 2015, os direitos sobre os blocos exploratórios devolvidos para a ANP totalizaram US\$ 25 (US\$ 83 em 2014), localizados nas áreas abaixo:

Área	Etapa	
	Exclusivo	Exploratória Parceria
Bacia de Campos	-	1
Bacia de Santos	1	3
Bacia do Ceará	-	1
Bacia do Espírito Santo	-	3
Bacia do Potiguar	1	7
Bacia de Camamu Almada	-	1
Bacia do Amazonas	-	2
Bacia do Parecis	2	-

13.3. Direito de exploração de petróleo - Partilha de Produção

O Consórcio Libra, composto pela Petrobras (40%), Shell (20%), Total (20%), CNODC (10%), CNOOC (10%) e Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo (PPSA), na condição de gestora, celebrou o Contrato de Partilha de Produção no dia 2 de dezembro de 2013 com a União Federal, através do Ministério de Minas e Energia – MME, após a 1ª rodada de licitação do pré-sal realizada em outubro de 2013 pela ANP.

Nos termos do contrato de partilha do Bloco Libra, foram outorgados ao consórcio direitos e obrigações para explorar uma área estratégica do pré-sal conhecida como bloco de Libra, que compreende uma área de cerca de 1.550 km², localizado em águas ultra profundas da Bacia de Santos. Este foi o primeiro contrato de partilha de produção de petróleo e gás celebrado no Brasil, com prazo de duração de 35 anos e não sujeito a renovação.

Um bônus de assinatura no valor de US\$ 6.589 foi pago em parcela única, dos quais US\$ 2.636 couberam à Companhia, referente à sua participação de 40% no consórcio, registrado como Direitos e Concessões.

Atualmente, o projeto está na Fase de Exploração (4 anos), cujo programa exploratório mínimo compreende uma aquisição sísmica 3D, dois poços exploratórios e um Teste de Longa Duração (TLD). Os dados sísmicos foram adquiridos em 2014.

Em fevereiro de 2016, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou o Plano de Avaliação de Descoberta (PAD) do poço 2-ANP-2A-RJS.

13.4. Concessão de serviços de distribuição de gás natural canalizado

Em 31 de dezembro de 2015, o ativo intangível inclui contratos de concessão de distribuição de gás natural canalizado no Brasil, no total de US\$ 149 (US\$ 210 em 2014), com prazos de vencimento entre 2029 e 2043, podendo ser prorrogado. As concessões prevêm a distribuição para os setores industrial, residencial, comercial, veicular, climatização, transportes e outros.

A remuneração pela prestação de serviços consiste, basicamente, na combinação de custos e despesas operacionais e remuneração do capital investido. As tarifas cobradas pelo volume de gás distribuído estão sujeitas a reajustes e revisões periódicas com o órgão regulador estadual.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Ao final das concessões, os contratos preveem indenização à Companhia dos investimentos vinculados a bens reversíveis, conforme levantamentos, avaliações e liquidações a serem realizadas com o objetivo de determinar o valor.

14. Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)

A Companhia avalia a recuperabilidade dos ativos com data base em 31 de dezembro, anualmente, ou quando existir um indicativo de desvalorização.

14.1. Imobilizado e Intangível

Na avaliação de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis com indício de desvalorização, a Companhia empregou o valor em uso dos ativos (individualmente, ou agrupados em unidades geradoras de caixa - UGC), a partir de projeções que consideram:

- vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC, considerando a política de manutenção da Companhia;
- premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período correspondente ao ciclo de vida esperado, em razão das características dos negócios; e
- taxa de desconto pré-imposto, que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital - WACC) pós-imposto.

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso das UGCs, foram:

	2016	Longo prazo Média
Brent médio (US\$/barril)	45	72
Taxa média de câmbio nominal (R\$/US\$)	4,06	3,55

14.1.1. Testes de perda no valor de recuperação de ativos (imobilizado e intangível)

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou teste de perda por desvalorização ou de reversão de desvalorização para determinados ativos e unidades geradoras de caixa com base, principalmente, nos seguintes indicativos de perda ocorridos no quarto trimestre de 2015:

- revisão do conjunto de premissas de médio e longo prazo pela Companhia, frente ao novo cenário de preços de petróleo;
- redução das reservas provadas e prováveis;
- revisão, em janeiro de 2016, da carteira de investimentos, com expressiva redução no dispêndio previsto para os próximos anos (PNG 2015-2019 Ajustado);
- revisão geológica do reservatório do Campo de Papa-Terra; e
- aumento da taxa de desconto decorrente do maior prêmio de risco para o Brasil, pela perda do grau de investimento (*investment grade*).

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Ativo ou UGC, por natureza	Valor contábil líquido	Valor recuperável	Perda por	Segmento	Comentários
			Valor desvalorização		
			(*) (**)		
					2015
Campos de produção de óleo e gás no Brasil (diversas UGCs)	21.202	12.139	8.653	Exploração e Produção, Brasil	Ver item (a1)
Comperj	1.586	234	1.352	Abasteciment o, Brasil	Ver item (b1)
Campos de produção de óleo e gás no exterior	1.548	918	637	Exploração e Produção, Exterior	Ver item (c1)
Equipamentos vinculados à atividade de produção de óleo e gás e perfuração de poços	750	243	507	Exploração e Produção, Brasil	Ver item (d1)
UFN III	935	434	501	Gás e Energia, Brasil	Ver item (e)
Complexo Petroquímico Suape	1.143	943	200	Abasteciment o, Brasil	Ver item (f1)
UFN V	190	-	190	Gás e Energia, Brasil	
Usinas de Biocombustível	134	88	46	Biocombustív eis, Brasil	
Outros	341	156	210	Diversos	
Total	27.829	15.155	12.296		

(**) Não inclui impairment de ativos classificados como mantidos para venda de US\$ 3 em 2015 e US\$ 35 em 2014.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

a1) Campos de produção de óleo e gás no Brasil - 2015

As nossas avaliações dos ativos vinculados a campos de produção de óleo e gás no Brasil, sob o regime de concessão, resultaram no reconhecimento de perdas por desvalorização no valor de US\$ 8.653. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da Companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 8,3% a.a., que deriva da metodologia do WACC para o setor de Exploração e Produção. Essas perdas estão relacionadas, predominantemente, aos campos de Papa-Terra (US\$ 2.234), Polo Centro-Sul (US\$ 1.179), Polo Uruguá (US\$ 986), Espadarte (US\$ 593), Linguado (US\$ 489), Polo CVIT – Espírito Santo (US\$ 375), Piranema (US\$ 341), Lapa (US\$ 317), Bicudo (US\$ 240), Frade (US\$ 198), Badejo (US\$ 190), Pampo (US\$ 91) e Trilha (US\$ 84), em função da revisão de premissas de preço, decorrente da queda das projeções dos preços do petróleo no mercado internacional que ocasionaram redução nas reservas de óleo e gás e nos fluxos de caixa dos projetos, bem como pelo aumento da taxa de desconto e revisão geológica do reservatório de Papa-Terra.

a2) Campos de produção de óleo e gás no Brasil - 2014

As nossas avaliações dos ativos vinculados a campos de produção de óleo e gás no Brasil, sob o regime de concessão, resultaram no reconhecimento de perdas por desvalorização no valor de US\$ 1.562. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da Companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 7,2% a.a., que deriva da metodologia do WACC para o setor de Exploração e Produção. Essas perdas estavam relacionadas, predominantemente, aos campos de Frade, Pirapitanga, Tambuatã, Carapicu e Piracucá, e foram resultado de revisão de premissas e da queda dos preços do petróleo no mercado internacional.

b1) Comperj - 2015

As nossas avaliações dos ativos de refino do Comperj resultaram no reconhecimento de perdas por desvalorização no valor de US\$ 1.352. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da Companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 8,1% a.a., que deriva da metodologia do WACC para o setor de refino e considera a inclusão de um prêmio de risco específico para os projetos postergados. Essas perdas decorreram, principalmente: (i) do aumento da taxa de desconto; e, (ii) postergação da expectativa de entrada de caixa do projeto.

b2) Comperj – 2014

As nossas avaliações dos ativos de refino do Comperj resultaram no reconhecimento de perdas por desvalorização no valor de US\$ 8.220. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da Companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 7% a.a., que deriva da metodologia do WACC para o setor de refino. Essas perdas decorreram, principalmente, em função: (i) problemas no planejamento dos projetos; (ii) utilização de taxa de desconto considerando a inclusão de um prêmio de risco específico para os projetos postergados; (iii) postergação da expectativa de entrada de caixa em função da postergação do projeto; e (iv) conjuntura de menor crescimento econômico.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

c1)Campos de produção de óleo e gás no exterior -2015

Os testes de redução ao valor recuperável, dos campos de produção de óleo e gás no exterior, apresentados como ativos do segmento de Exploração e Produção da área internacional, resultaram no reconhecimento de perda por desvalorização no valor de US\$ 637. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da Companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 5,6% a 10,4% a.a., que deriva da metodologia do WACC para o setor de Exploração e Produção, considerando o país de atuação. A perda está relacionada principalmente aos campos de produção de óleo e gás, localizados nos Estados Unidos, US\$ 448, e Bolívia, US\$ 157, em função da revisão de premissas de preço decorrente de uma queda expressiva das projeções dos preços do petróleo no mercado internacional.

c2)Campos de produção de óleo e gás no exterior -2014

Os testes de redução ao valor recuperável, dos campos de produção de óleo e gás no exterior, apresentados como ativos do segmento de Exploração e Produção da área internacional, resultaram no reconhecimento de perda por desvalorização no valor de US\$ 1.668. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 5,4% a 11,2% a.a., que deriva da metodologia do WACC para o setor de Exploração e Produção, considerando o país de atuação. A perda estava relacionada, principalmente, aos campos de produção de óleo e gás de Cascade e Chinook, US\$ 1.567, localizados nos Estados Unidos, em função da revisão de premissas de preço, decorrente da queda das cotações dos preços do petróleo no mercado internacional.

d1)Equipamentos vinculados à atividade de produção de óleo e gás e perfuração de poços no Brasil - 2015

Nas nossas avaliações dos ativos que atuam na produção e perfuração dos ativos, não vinculados diretamente aos campos de produção de óleo e gás, foram identificadas perdas por desvalorização de US\$ 507. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da Companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 9,2% a.a., que deriva da metodologia do WACC para o setor de equipamentos e serviços da indústria de óleo e gás. Essas perdas foram reconhecidas, principalmente, em função da expectativa de futura ociosidade de sondas de perfuração na revisão do planejamento, bem como pelo aumento da taxa de desconto.

d2)Equipamentos vinculados à atividade de produção de óleo e gás e perfuração de poços no Brasil – 2014

Nas nossas avaliações dos ativos que atuam na produção e perfuração dos ativos, não vinculados diretamente aos campos de produção de óleo e gás, foram identificadas perdas por desvalorização de US\$ 536. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da Companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 8% a.a., que deriva da metodologia do WACC para o setor de Equipamentos e Serviços da Indústria de óleo e gás. Essas perdas foram reconhecidas, principalmente, em função de futura ociosidade de duas sondas de perfuração e desmobilização de duas plataformas não alocadas em campos em 31 de dezembro de 2014.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

e)UFN III - 2015

As nossas avaliações da Unidade de Fertilizantes e Nitrogenados III, situada em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, resultaram no reconhecimento de perdas por desvalorização no valor de US\$ 501. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da Companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 7,1% a.a.(6,7% a.a. em 2014), que deriva da metodologia do WACC para o setor de gás e considera a inclusão de um prêmio de risco específico para os projetos postergados. Essas perdas decorreram, principalmente, em função de: (i) aumento da taxa de desconto; e (ii) postergação da expectativa de entrada de caixa do projeto.

f1)Complexo Petroquímico Suape - 2015

A avaliação de recuperabilidade dos ativos da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco S.A. - CITEPE e Companhia Petroquímica de Pernambuco S.A. - Petroquímica Suape, resultou em uma provisão de perda de US\$ 200. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos das companhias; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 7,2% a.a., que deriva da metodologia do WACC para o setor petroquímico. Este resultado está relacionado, principalmente, à redução das projeções de mercado e das premissas de preço, que foram atualizadas em virtude do nível de atividade econômica no país e da redução dos spreads deste setor no mercado internacional, além do aumento da taxa de desconto.

f2)Complexo Petroquímico Suape - 2014

A avaliação de recuperabilidade dos ativos da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco SA - CITEPE e Companhia Petroquímica de Pernambuco SA - Petroquímica Suape, resultou em uma provisão de perda de US\$ 1.121. Os fluxos de caixa futuros consideraram: horizonte de projeção de 30 anos, com perpetuidade sem crescimento; premissas e orçamentos das companhias; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 6,2% a.a., que deriva da metodologia do WACC para o setor petroquímico. Este resultado estava relacionado, principalmente, à revisão das projeções de mercado e das premissas de preço, que foram atualizadas em virtude do nível de atividade econômica e da redução dos spreads deste setor no mercado internacional, além de alterações no ambiente tributário.

g)2º trem de refino da RNEST - 2014

As nossas avaliações dos ativos de refino do 2º Trem da RNEST resultaram no reconhecimento de perdas por desvalorização no valor de US\$ 3.442. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 7% a.a., que deriva da metodologia do WACC para o setor de refino. Essas perdas decorreram, principalmente, em função: (i) problemas no planejamento dos projetos; (ii) utilização de taxa de desconto considerando a inclusão de um prêmio de risco específico para os projetos postergados; (iii) postergação da expectativa de entrada de caixa em função da postergação do projeto; e (iv) conjuntura de menor crescimento econômico.

14.2. Investimento em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto (incluindo ágio)

Nas avaliações de recuperabilidade dos investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto, incluindo ágio, foi utilizado o método do valor em uso, a partir de projeções que consideraram: horizonte de projeção do intervalo de 5 a 12 anos, com perpetuidade sem crescimento; premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia; e taxa de desconto pré-imposto, que deriva do WACC ou CAPM, conforme metodologia de aplicação.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

A seguir, são apresentados os principais investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto em 31 de dezembro de 2015, que contemplam ágio:

Investimento	Segmento	% Taxa de desconto pós-imposto (moeda constante, a.a.)	Valor recuperável	Valor contábil
Braskem S.A. (*)	Abastecimento	11,3	3.452	805
Distribuidoras Estaduais de Gás Natural	Gás e Energia	5,7	367	251
Guarani S.A.	Biocombustíveis	9,3	194	250

(*)Taxa de desconto da Braskem adotada é o CAPM do segmento petroquímico, uma vez que o valor em uso considera os fluxos futuros de dividendos

14.2.1. Investimento em coligada com ações negociadas em bolsas de valores (Braskem S.A.)

A Braskem S.A. é uma companhia de capital aberto, com ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior. Com base nas cotações de mercado no Brasil, em 31 de dezembro de 2015, a participação da Petrobras nas ações ordinárias (47% do total) e nas ações preferenciais (22% do total) da Braskem S.A., foi avaliada em US\$ 1.402, conforme descrito na nota explicativa 11.4. Em 31 de dezembro de 2015, apenas aproximadamente 3% das ações ordinárias dessa investida são de titularidade de não signatários do Acordo de Acionistas e sua negociação é extremamente limitada.

Considerando a relação operacional entre a Petrobras e a Braskem S.A., o teste de recuperabilidade do investimento nessa coligada foi realizado com base em seu valor em uso, proporcional à participação da Companhia no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados da Braskem S.A., representando fluxos futuros de dividendos e outras distribuições da investida. As avaliações de recuperabilidade não indicaram a existência de perdas por impairment.

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da Braskem S.A., foram:

- taxa de câmbio média estimada de R\$ 4,06 para US\$ 1,00 em 2016 (convergindo para R\$ 3,55 a longo prazo);
- brent médio de US\$ 45 em 2016, alcançando US\$ 72 a longo prazo;
- projeção de preços das matérias-primas e petroquímicos refletindo as tendências internacionais;
- evolução das vendas de produtos petroquímicos, estimada com base no crescimento do Produto Interno Bruto – PIB (brasileiro e global); e
- aumento na margem EBITDA, acompanhando o ciclo de crescimento da indústria petroquímica nos próximos anos, com redução no longo prazo.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

14.2.2. Provisão Para Perdas em Investimentos

A perda por desvalorização de US\$ 550 (US\$ 251 em 2014) foi reconhecida em resultado de participação em investimento, no resultado do exercício, destacando-se os principais fatores:

- Redução do preço do petróleo no mercado internacional, que impactou as operações de E&P das coligadas da Petrobras Argentina S.A. e da empresa controlada em conjunto, Petrobras Oil & Gas B.V. (PO&G), em seus ativos na África, gerando perdas em investimentos, no valor de US\$ 92 e US\$ 184, respectivamente.
- No segmento de Biocombustível, as avaliações de recuperabilidade resultaram no reconhecimento de perda por desvalorização de US\$ 139. Essas perdas decorreram, principalmente, em função de: (i) aumento da taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 9,3% a.a.; e (ii) decisões sobre a exclusão de projeto em andamento no horizonte do PNG 2015-2019 Ajustado. Essa perda é composta por uma parcela de goodwill, no montante de US\$ 73, predominantemente na Guarani S.A. (US\$ 56).
- Em decorrência da deterioração da situação econômica e financeira da Sete Brasil, da interrupção de grande parte das obras do projeto, bem como do cenário de incerteza sobre as alternativas de continuidade do projeto, neste momento, não há como estimar qualquer benefício econômico futuro para este investimento. Desta forma, foi reconhecida uma provisão por desvalorização na Petrobras de US\$ 44 e US\$ 40 no investimento da Sete Brasil e da FIP Sondas, respectivamente.
- Avaliações de recuperabilidade dos investimentos em coligadas da PNBV resultaram em uma perda de US\$ 14 na investida Arpoador Drilling B.V., controlada indiretamente pela Sete Brasil.

A Companhia continuará acompanhando a evolução dos negócios da Sete Brasil e, assim que houver uma definição sobre o Plano de Negócios, uma nova análise será efetuada e os efeitos serão refletidos.

14.3. Ativos classificados como mantidos para venda

Em decorrência da aprovação da Administração da Companhia para alienação dos Campos de Produção de Bijupirá e Salema e das sondas de perfuração PI, PIII, PIV e a plataforma PXIV, a avaliação destes ativos ao valor justo resultou no reconhecimento de perdas por impairment na área de Exploração e Produção, no montante de US\$ 3.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

15. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás natural

As atividades de exploração e avaliação abrangem a busca por reservas de petróleo e gás natural desde a obtenção dos direitos legais para explorar uma área específica até a declaração da viabilidade técnica e comercial das reservas.

As movimentações dos custos capitalizados relativos aos poços exploratórios e os saldos dos valores pagos pela obtenção dos direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural, ambos diretamente relacionados à atividades exploratórias em reservas não provadas, são apresentadas na tabela a seguir:

Custos Exploratórios Reconhecidos no Ativo (*)	2015	2014
Imobilizado		
Saldo inicial	7.000	8.802
Adições a custos capitalizados pendentes de determinação das reservas provadas	2.282	4.272
Custos exploratórios capitalizados debitados a despesas	(882)	(1.366)
Transferências à medida que as reservas são consideradas provadas	(960)	(3.835)
Ajustes acumulados de conversão	(2.239)	(873)
Saldo final	5.201	7.000
Ativo Intangível	2.048	3.044
Total dos Custos Exploratórios Reconhecidos no Ativo	7.249	10.044

(*) Líquido de valores capitalizados e subsequentemente baixados como despesas no mesmo período.

Os custos exploratórios reconhecidos no resultado e os fluxos de caixa vinculados às atividades de avaliação e exploração de petróleo e gás natural estão demonstrados abaixo:

Custos exploratórios reconhecidos no resultado	2015	2014	2013
Despesas com geologia e geofísica	416	830	968
Baixa de poços secos	1.441	2.178	1.892
Outras despesas exploratórias	54	50	99
Total das despesas	1.911	3.058	2.959
Caixa utilizado nas atividades			
Operacionais	470	879	1.073
Investimentos	2.736	4.899	8.605
Total do caixa utilizado	3.206	5.778	9.678

15.1. Tempo de capitalização

O quadro a seguir apresenta os custos e o número de poços exploratórios capitalizados por tempo de existência, considerando a data de conclusão das atividades de perfuração. Demonstra, ainda, o número de projetos para os quais os custos de poços exploratórios estejam capitalizados por prazo superior a um ano:

Custos exploratórios capitalizados por tempo de existência (*)	2015	2014
Custos de prospecção capitalizados até um ano	1.387	2.024
Custos de prospecção capitalizados acima de um ano	3.814	4.976
Saldo final	5.201	7.000
Número de projetos cujos custos de prospecção foram capitalizados por prazo superior a um ano	70	69

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

	2015	Número de poços
2014	1.055	32
2013	778	18
2012	1.054	21
2011	495	15
2010 e anos anteriores	432	15
Saldo Total	3.814	101

(*) Não contempla os custos para obtenção de direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural.

Do total de US\$ 3.814 para 70 projetos que incluem poços em andamento por mais de um ano desde a conclusão das atividades de perfuração, US\$ 3.254 referem-se a poços localizados em áreas em que há atividades de perfuração já em andamento ou firmemente planejadas para o futuro próximo, cujo "Plano de Avaliação" foi submetido à aprovação da ANP, e US\$ 560 foram incorridos em custos referentes às atividades necessárias à avaliação das reservas e o possível desenvolvimento das mesmas.

16. Fornecedores

	31.12.2015	31.12.2014
Terceiros no país	3.331	4.949
Terceiros no exterior	2.566	4.240
Partes relacionadas	483	571
Saldo total no Passivo Circulante	6.380	9.760

17. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos se destinam ao desenvolvimento de projetos de produção de petróleo e gás natural, à construção de navios e de dutos, bem como à construção e ampliação de unidades industriais, dentre outros usos diversos.

A Companhia possui obrigações relacionadas aos contratos de financiamento (covenants), atendidas em 2015, dentre elas a de apresentação das demonstrações contábeis no prazo de 90 dias para os períodos intermediários, sem revisão dos auditores independentes, e de 120 dias para o encerramento do exercício, com prazos de cura que ampliam esses períodos em 30 e 60 dias, dependendo do financiamento, além de possuir cláusulas relacionadas ao nível de endividamento em determinados contratos de dívida com o BNDES.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

As movimentações dos saldos de longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:

	Agências de Crédito à Exportação	Mercado Bancário	Mercado de Capitais	Outros	Total
Não-circulante					
No Brasil					
Saldo inicial em 1º de Janeiro de 2014	-	29.000	1.211	49	30.260
Adições de Financiamentos	-	4.319	359	-	4.678
Juros incorridos no período	-	202	2	-	204
Variações monetárias e cambiais	-	1.033	79	1	1.113
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	-	(1.440)	(156)	(18)	(1.614)
Ajuste acumulado de conversão	-	(3.826)	(194)	(4)	(4.024)
Saldo final em 31 de dezembro 2014	-	29.288	1.301	28	30.617
No exterior					
Saldo inicial em 1º de Janeiro de 2014	5.805	26.908	42.572	690	75.975
Adições de Financiamentos	281	6.710	13.766	-	20.757
Juros incorridos no período	4	22	46	8	80
Variações monetárias e cambiais	103	412	(1.433)	20	(898)
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	(742)	(3.411)	(1.260)	(42)	(5.455)
Ajuste acumulado de conversão	(207)	(743)	119	(27)	(858)
Saldo final em 31 de dezembro 2014	5.244	29.898	53.810	649	89.601
Saldo total em 31 de dezembro 2014	5.244	59.186	55.111	677	120.218
Não-circulante					
No Brasil					
Saldo inicial em 1º de Janeiro de 2015	-	29.288	1.301	28	30.617
Adições de Financiamentos	-	4.918	989	-	5.907
Juros incorridos no período	-	289	-	-	289
Variações monetárias e cambiais	-	3.001	80	2	3.083
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	-	(2.389)	(149)	(4)	(2.542)
Ajuste acumulado de conversão	-	(10.410)	(496)	(9)	(10.915)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	-	24.697	1.725	17	26.439
No exterior					
Saldo inicial em 1º de Janeiro de 2015	5.244	29.898	53.810	649	89.601
Adições de Financiamentos	163	5.753	2.045	-	7.961
Juros incorridos no período	5	34	48	8	95
Variações monetárias e cambiais	442	1.342	(1.092)	56	748
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	(767)	(4.183)	(5.770)	(45)	(10.765)
Ajuste acumulado de conversão	(442)	(1.877)	(222)	(56)	(2.597)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	4.645	30.967	48.819	612	85.043
Saldo total em 31 de dezembro de 2015	4.645	55.664	50.544	629	111.482
Circulante					
				31.12.2015	31.12.2014
Endividamento de Curto Prazo				1.523	3.484
Parcela Circulante do Endividamento de Longo Prazo				11.500	6.845
Juros Provisionados				1.660	1.539
				14.683	11.868

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

17.1. Informações sumarizadas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em	até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	5 anos em diante	Total (*)	Valor Justo
Financiamentos em Reais (R\$):	2.349	1.718	2.093	3.486	5.051	5.858	20.555	16.459
Indexados a taxas flutuantes	1.956	1.255	1.628	3.031	4.428	4.678	16.976	
Indexados a taxas fixas	393	463	465	455	623	1.180	3.579	
Taxa média dos Financiamentos em Reais	15,1%	16,4%	15,0%	13,8%	11,4%	11,2%	13,0%	
Financiamentos em Dólares (US\$):	10.842	8.869	10.215	16.988	9.572	28.276	84.762	66.238
Indexados a taxas flutuantes	5.571	5.193	7.784	12.122	5.590	8.458	44.718	
Indexados a taxas fixas	5.271	3.676	2.431	4.866	3.982	19.818	40.044	
Taxa média dos Financiamentos em Dólares	4,1%	4,5%	4,1%	4,3%	4,6%	6,0%	4,9%	
Financiamentos em Reais indexados ao Dólar:	573	704	704	701	701	5.422	8.805	7.084
Indexados a taxas flutuantes	24	23	22	19	19	35	142	
Indexados a taxas fixas	549	681	682	682	682	5.387	8.663	
Taxa média dos Financiamentos em Reais indexados ao Dólar	7,2%	7,0%	7,1%	7,0%	7,1%	7,0%	7,0%	
Financiamentos em Libras (£):	68	-	-	-	-	2.543	2.611	1.656
Indexados a taxas fixas	68	-	-	-	-	2.543	2.611	
Taxa média dos Financiamentos em Libras	5,8%	-	-	-	-	6,1%	6,1%	
Financiamentos em Ienes (¥):	559	94	85	-	-	-	738	724
Indexados a taxas flutuantes	85	85	85	-	-	-	255	
Indexados a taxas fixas	474	9	-	-	-	-	483	
Taxa média dos Financiamentos em Ienes	2,0%	0,8%	0,6%	-	-	-	1,7%	
Financiamentos em Euro	283	12	2.994	1.421	213	3.762	8.685	6.430
Indexados a taxas flutuantes	13	11	11	11	170	-	216	
Indexados a taxas fixas	270	1	2.983	1.410	43	3.762	8.469	
Taxa média dos Financiamentos em Euro	3,6%	1,6%	3,8%	3,9%	4,1%	4,4%	4,1%	
Financiamentos Outras Moedas	9	-	-	-	-	-	9	9
Indexados a taxas fixas	9	-	-	-	-	-	9	
Taxa média dos Financiamentos em outras moedas	14,3%	-	-	-	-	-	14,3%	
Total em 31 de dezembro de 2015	14.683	11.397	16.091	22.596	15.537	45.861	126.165	98.600
Taxa média dos financiamentos	5,9%	6,4%	5,6%	5,8%	6,9%	6,7%	6,3%	
Total em 31 de dezembro 2014	11.868	12.572	11.948	17.789	24.189	53.720	132.086	122.713
Taxa média dos financiamentos	3,9%	6,0%	6,4%	5,2%	5,3%	6,0%	5,6%	

(*) Em 31 de dezembro de 2015, o prazo médio de vencimento dos financiamentos é de 7,14 anos (6,10 anos em 31 de dezembro de 2014).

Os valores justos dos financiamentos são principalmente determinados pela utilização de preços cotados em mercados ativos (nível 1), quando aplicável, no valor de US\$ 42.929 em 31 de dezembro de 2015. Quando não há preços cotados em mercado ativo disponível, os valores justos dos financiamentos são determinados por meio de uma curva teórica elaborada com base nos Bonds de maior liquidez da Companhia (nível 2), no valor de US\$ 55.671 em 31 de dezembro de 2015.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 33.2.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

17.2. Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos sem destinação específica a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção foi de 5,03% a.a. em 2015 (4,91% a.a em 2014).

17.3. Captações - Saldo a utilizar

Empresa	Valor					
	Instituição Financeira	Data da Abertura	Prazo	Contratado	Utilizado	Saldo
No Exterior						
Petrobras	JBIC	16/07/2013	31/12/2018	1.500	-	1.500
	UKEF -					
PGT BV	JPMORGAN	17/12/2015	22/12/2016	500	181	319
Total				2.000	181	1.819
No país						
Petrobras	BNDES	17/12/2012	30/05/2016	563	448	115
Petrobras	BNDES	31/07/2013	15/07/2016	129	108	20
Petrobras	FINEP	16/04/2014	26/12/2017	65	45	20
PNBV	BNDES	03/09/2013	26/03/2018	2.530	418	2.112
Transpetro	BNDES	31/01/2007	Indefinido	1.314	142	1.172
	Banco do					
Transpetro	Brasil	09/07/2010	10/04/2038	116	61	55
	Caixa					
	Econômica					
Transpetro	Federal	23/11/2010	Indefinido	100	5	94
Total				4.817	1.227	3.588

17.4. Garantias

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Controladora. Entretanto, existem financiamentos concedidos por instrumentos específicos de fomento, que contam com garantias reais, bem como determinados empréstimos obtidos pela subsidiária Petrobras Distribuidora que são lastreados em fluxos de exportações futuras da Companhia.

Os empréstimos obtidos por Entidades Estruturadas estão garantidos pelos próprios ativos dos projetos, bem como por penhor de direitos creditórios e ações das entidades. Algumas subsidiárias emitem títulos que são total e incondicionalmente garantidos pela Petrobras, conforme detalhado na nota 36.

Os financiamentos junto ao mercado de capitais, que correspondem a títulos emitidos pela Companhia, não possuem garantias reais.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

18. Arrendamentos mercantis

18.1. Recebimentos/pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles)

Compromissos estimados	Recebimentos			Pagamentos		
	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente
2016	161	(105)	56	17	(5)	12
2017 – 2020	738	(432)	306	44	(26)	18
2021 em diante	1.545	(448)	1.097	174	(153)	21
Em 31 de dezembro de 2015	2.444	(985)	1.459	235	(184)	51
Circulante			66			12
Não circulante			1.393			39
Em 31 de dezembro de 2015			1.459			51
Circulante			59			16
Não circulante			1.455			56
Em 31 de dezembro de 2014			1.514			72

18.2. Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional (sem transferência de benefícios, riscos e controles)

Os arrendamentos mercantis operacionais incluem, principalmente, unidades de produção de petróleo e gás natural, sondas de perfuração e outros equipamentos de exploração e produção, navios, embarcações de apoio, helicópteros, terrenos e edificações.

2016	11.686
2017 - 2020	31.089
2021 em diante	56.419
Em 31 de dezembro de 2015	99.194
Em 31 de dezembro 2014	118.404

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos de contratos de arrendamento mercantil operacional que ainda não tinham sido iniciados em função dos ativos relacionados estarem em construção ou não terem sido disponibilizados para uso, representam o montante de US\$ 60.628(US\$ 69.565 em 31 de dezembro de 2014).

Em 2015, a Companhia reconheceu despesas com arrendamento mercantil operacional no montante de US\$ 9.898 (US\$ 10.652 em 2014).

19. Partes relacionadas

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação, inclusive dos países onde atua, as partes envolvidas nas negociações e as condições de mercado.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

19.1. Transações com empreendimentos em conjunto, coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

As transações significativas resultaram nos seguintes saldos:

	2015		31.12.2015		2014		31.12.2014	
	Resultado	Ativo	Passivo		Resultado	Ativo	Passivo	
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas								
Distribuidoras estaduais de gás natural	3.021	255	72		4.507	506	195	
Empresas do setor petroquímico	3.676	144	45		7.703	205	82	
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	571	134	453		537	152	263	
	7.268	533	570		12.747	863	540	
Entidades governamentais								
Títulos públicos federais	342	1.115	-		662	4.339	-	
Bancos controlados pela União Federal	(4.121)	2.607	24.336		(3.246)	3.814	28.304	
Setor Elétrico (nota explicativa 8.4)	1.618	3.415	-		2.364	2.966	-	
Contas petróleo e álcool - créditos junto a União Federal (nota explicativa 19.2)	5	219	-		3	317	-	
União Federal (Dividendos)	-	-	-		22	-	-	
Outros	14	306	316		73	241	224	
	(2.142)	7.662	24.652		(122)	11.677	28.528	
Planos de Pensão	-	36	110		1	-	135	
	5.126	8.231	25.332		12.626	12.540	29.203	
Receitas, principalmente de vendas	8.544				14.297			
Variações monetárias e cambiais líquidas	(1.486)				(465)			
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(1.932)				(1.206)			
Ativo circulante		2.255				6.715		
Ativo não circulante		5.976				5.825		
Passivo circulante			3.248				1.855	
Passivo não Circulante			22.084				27.348	
	5.126	8.231	25.332		12.626	12.540	29.203	

19.2. Contas petróleo e álcool – União Federal - STN

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da conta era de US\$ 219 (US\$ 317 em 31 de dezembro de 2014) e poderá ser quitado pela União por meio da emissão de títulos do Tesouro Nacional, de valor igual ao saldo final do encontro de contas com a União, de acordo com o previsto na Medida Provisória nº 2.181, de 24 de agosto de 2001, ou mediante compensação com outros montantes que a Petrobras porventura estiver devendo à União Federal, na época, inclusive os relativos a tributos ou uma combinação das operações anteriores.

Visando concluir o encontro de contas com a União, a Petrobras prestou todas as informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, para dirimir as divergências ainda existentes entre as partes.

Considerando-se esgotado o processo de negociação entre as partes, na esfera administrativa, a administração da Companhia decidiu pela cobrança judicial do referido crédito, para liquidação do saldo da conta petróleo e álcool, tendo, para isto, ajuizado ação em julho de 2011.

O processo encontra-se em fase de perícia, na qual a Petrobras já apresentou concordância com laudo pericial que cita a existência do referido crédito junto a União Federal, bem como menciona que não foram localizados documentos que comprovem o suposto crédito requerido pela União.

Aguarda-se nova manifestação do perito, após a apresentação de novos quesitos por parte da União Federal, para encerramento da perícia judicial.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

19.3. Remuneração dos empregados e dirigentes

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Petrobras e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, e dirigentes da Petrobras relativas aos meses de dezembro de 2015 e 2014 foram as seguintes:

Expresso em dólares norte-americanos

Remuneração do empregado	2015	2014
Menor remuneração	731,99	1.064,74
Remuneração média	4.315,36	5.905,34
Maior remuneração	23.442,18	32.309,79
Remuneração por dirigente da Petrobras (maior)	27.780,21	38.798,87

As remunerações totais do pessoal chave da administração da Petrobras são apresentadas a seguir:

	2015			2014		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração (Titulares e suplentes)	Total	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total
Salários e benefícios	3,9	0,4	4,3	4,1	0,5	4,6
Encargos sociais	1,0	0,1	1,1	1,1	0,1	1,2
Previdência complementar	0,4	-	0,4	0,3	-	0,3
Remuneração variável ^(*)	-	-	-	1,4	-	1,4
Remuneração total - competência	5,2	0,5	5,7	6,9	0,6	7,5
Remuneração total - pagamento realizado	5,2	0,5	5,7	6,5	0,6	7,1
Número de membros	8	18	26	7	10	17

^(*) Em função da ocorrência de prejuízo, a Assembleia Geral decidiu pelo cancelamento do pagamento integral de Remuneração Variável Anual - RVA 2014 e de todas as parcelas diferidas ainda não pagas da RVA 2013 dos Diretores, nos termos do respectivo programa de metas corporativas e da Lei 6.404/76, art. 152, §2º.

No exercício de 2015, a despesa consolidada com os honorários de diretores e conselheiros do Sistema Petrobras totalizou US\$ 20,3 (US\$ 30,8 em 2014).

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 1º de julho de 2015, deliberou o seguinte:

- alteração do Estatuto Social da Companhia para estabelecer, em seu artigo 18, que os membros do Conselho de Administração passem a ter suplentes em caráter excepcional por um prazo de dois anos; em seu artigo 29, que estabelece que o Conselho de Administração contará com cinco Comitês de assessoramento, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias, vinculados diretamente ao Conselho; e em seu artigo 41, que os suplentes dos Conselheiros de Administração poderão participar como convidados de todas as reuniões do Conselho, independente de os titulares estarem presentes, e receberão honorário mensal fixo, conforme estabelecido pelo Conselho de Administração, respeitado o montante fixado pela Assembleia Geral;
- acréscimo da remuneração global dos administradores, no valor de US\$ 245 mil para fazer face à remuneração dos membros suplentes do Conselho de Administração, considerando-se o período de julho de 2015 a março de 2016.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

A remuneração dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração deve ser considerada à parte do limite global da remuneração fixado para os administradores, ou seja, os valores percebidos não são classificados como remuneração dos administradores.

Os suplentes do Conselho de Administração que participaram desses Comitês de Assessoramento fizeram jus a uma remuneração total de US\$ 25 mil no exercício de 2015, e considerando os encargos sociais, os valores passam a ser de US\$ 30 mil.

20. Provisões para desmantelamento de áreas

Passivo não circulante	2015	2014
Saldo inicial	8.267	7.133
Revisão de provisão	4.368	2.430
Utilização por pagamentos	(1.242)	(679)
Atualização de juros	231	201
Outros	121	75
Ajuste acumulado de conversão	(2.595)	(893)
Saldo final	9.150	8.267

A Companhia tem como política revisar anualmente os seus custos estimados associados com abandono de poços e desmobilização de áreas de produção de petróleo e gás.

No ano de 2015, foi reconhecido um aumento da provisão no montante de US\$ 883 com seus principais efeitos relacionados a: (i) aumento de US\$ 1.744, devido a elevação do câmbio, com impacto direto nos custos em dólar; (decorrente de revisão do preço do Brent, ii) aumento de US\$ 1.848 devido à revisão das estimativas de abandono dos poços, baseado nas realizações de abandono de poços ocorridas em 2015. Esses efeitos foram parcialmente compensados por um decréscimo de US\$ 2.915, atribuível ao aumento da taxa de desconto ajustada ao risco (de 3,76% a.a., em 31 de dezembro de 2014 para 6,73% a.a., em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia realiza regularmente estudos para incorporar as mais recentes tecnologias e procedimentos para otimizar o abandono de áreas, considerando as melhores práticas da indústria e experiências anteriores com relação a custos incorridos.

21. Tributos

21.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
No país	959	1.018	62	139
No exterior	24	45	43	108
	983	1.063	105	247

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante (*)	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Impostos no país:								
ICMS / ICMS Diferido	807	1.772	605	787	1.045	1.275	-	-
PIS e COFINS / PIS e COFINS								
Diferido	746	829	2.026	2.983	487	295	-	-
CIDE	18	13	-	-	115	8	-	-
Participação especial/Royalties	-	-	-	-	622	1.517	-	-
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	-	-	-	-	435	486	15	-
REFIS	-	-	-	-	274	-	11	-
Outros	150	73	184	230	244	281	-	-
	1.721	2.687	2.815	4.000	3.222	3.862	26	-
Impostos no exterior	44	61	6	8	143	202	-	-
	1.765	2.748	2.821	4.008	3.365	4.064	26	-

*Os valores de demais impostos e contribuições no Passivo Não Circulante estão classificados em "Outras contas e despesas a pagar".

21.2. Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em 16 de julho de 2015, em razão de decisão desfavorável na esfera administrativa, a Petrobras liquidou a autuação lavrada pela Receita Federal do Brasil referente à incidência de IOF em transações de mútuos realizadas pela Companhia com suas controladas no exterior durante o ano de 2008, o que resultou em um pagamento de US\$ 385 em espécie e US\$ 129 com créditos de prejuízos fiscais totalizando US\$ 514.

Adicionalmente, tendo em vista a publicação da Portaria Conjunta RFB/PGFN Nº 1.064 e da Instrução Normativa RFB nº 1.576/15, em 3 de agosto de 2015, que esclareceram quanto à possibilidade de inclusão de novos débitos tributários no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei nº 12.996/14, a Companhia decidiu incluir os débitos tributários federais listados abaixo:

- demais autuações referentes ao IOF em transações de mútuos realizadas pela Companhia com suas controladas no exterior durante os anos de 2007, 2009 e 2010, além do tributo de mesma natureza relativo à totalidade dos períodos não autuados (2011 e 2012), no montante de US\$ 1.049. A partir de 2013, a Companhia alterou seu procedimento, portanto, não há risco de novas autuações de IOF neste tipo de operação;
- autuações relativas a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre as remessas para a Petrobras International Finance Company (PIFCO), para pagamento de operações de importação de petróleo e derivados, referentes aos períodos de 1999 a 2002, 2004, 2005 e 2007 a 2012, no montante de US\$ 800.
- multas por descumprimento de procedimentos relativos ao despacho aduaneiro na importação de petróleo e derivados, referentes aos períodos de 2008 a 2013, no montante de US\$ 13.
- atualização monetária do REFIS no montante de US\$ 9 no período referente ao 4º trimestre de 2015.

Os débitos tributários federais foram incluídos na modalidade parcelada em 30 vezes, com o pagamento em dinheiro de 20% do saldo remanescente após a aplicação dos descontos e utilização de créditos de prejuízos fiscais para quitação de juros e multa. O prazo para inclusão de novos débitos encerrou-se em 25 de setembro de 2015.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Dessa forma, no período de janeiro a dezembro de 2015, a Companhia reconheceu no resultado o total de US\$ 2.334 sendo US\$ 1.566 como despesas tributárias e US\$ 768 como despesas financeiras. Deste valor, já houve quitação de US\$ 1.833, sendo US\$ 971 em espécie, US\$ 509 em créditos de prejuízos fiscais e US\$ 353 em depósitos judiciais.

21.3. Programas de Anistias Estaduais

Em 2015, a Petrobras aderiu a programas de pagamento à vista de débitos tributários, devido à anistia para liquidação de tributos administrados pelos estados (ICMS).

Data de adesão	Lei Estadual/		Valor
	Estado	Decreto	
julho/2015	RJ	7.020/2015	186
setembro/2015	ES	10.376/2015	104
novembro/2015	DF	5.463/2015	23
dezembro/2015	BA	13.449/2015	44
dezembro/2015	PA	1.439/2015	10
2015		Diversos	3
Total			370

Nesses acordos, a Companhia reconheceu no resultado o total de US\$ 370, sendo US\$ 314 como despesas tributárias e US\$ 56 como despesas financeiras.

21.4. Programa de Redução de Litígios Tributários – PRORELIT

Em 30 de outubro de 2015, a Petrobras aderiu ao PRORELIT, instituído pela Lei nº 13.202/15 (conversão da Medida Provisória nº 685/15), no valor de US\$ 17, sendo US\$ 5 em espécie e US\$ 12 com a utilização de créditos de prejuízo fiscal. Os débitos referiam-se a multas aduaneiras aplicadas nos exercícios de 2014 e 2015 e à autuação fiscal por dedução indevida de juros nos exercícios de 2003 e 2004. Dessa forma, a Companhia reconheceu no resultado US\$ 17, sendo US\$ 7 como despesas tributárias e US\$ 10 como despesas financeiras.

21.5. Tributação no Brasil de Lucro no Exterior

A Companhia reconheceu despesas com provisionamento de imposto de renda e contribuição social no país no montante de US\$ 751, referentes aos lucros auferidos até 31 de dezembro de 2015 por investidas no exterior, conforme dispositivos previstos na nova legislação tributária (nota 4.15).

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

21.6. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante

O imposto sobre a renda no Brasil compreende o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro (CSLL), cujas alíquotas oficiais aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente. A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

a) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Imobilizado									Total
	Custo com prospecção	Outros	Empréstimos, contas a receber / pagar e financiamentos	Arrendamentos mercantis financeiros	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	Estoques	Juros sobre capital próprio	Outros	
Saldo em 1º de janeiro de 2014	(13.406)	(3.903)	1.984	(518)	409	3.993	552	1.350	763	(8.776)
Reconhecido no resultado do exercício	(2.055)	3.420	582	(42)	182	2.642	3	(1.418)	(269)	3.045
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	1.952	(41)	-	-	-	-	1.156	3.067
Ajuste acumulado de conversão	1.814	262	(449)	86	(75)	(854)	(66)	68	(73)	713
Outros (*)	-	(3)	(70)	(77)	10	(63)	1	-	128	(74)
Saldo em 31 de dezembro 2014	(13.647)	(224)	3.999	(592)	526	5.718	490	-	1.705	(2.025)
Reconhecido no resultado do período	(1.284)	1.382	227	44	471	2.166	42	1	(1.006)	2.043
Reconhecido no patrimônio líquido	-	14	6.486	(14)	-	(152)	-	-	(14)	6.320
Ajuste acumulado de conversão	4.608	223	(2.464)	206	(204)	(2.019)	(182)	(1)	(275)	(108)
Utilização de créditos tributários - REFIS e PRORELIT	-	-	-	-	-	(521)	-	-	-	(521)
Outros	-	(104)	100	6	(1)	23	3	-	48	75
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(10.323)	1.291	8.348	(350)	792	5.215	353	-	458	5.784
Impostos diferidos ativos										1.006
Impostos diferidos passivos										(3.031)
Saldo em 31 de dezembro 2014										(2.025)
Impostos diferidos ativos										6.016
Impostos diferidos passivos										(232)
Saldo em 31 de dezembro de 2015										5.784

(*) Representado, basicamente, por reorganizações societárias.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Os créditos fiscais diferidos ativos foram reconhecidos com base na projeção de lucro tributável nos exercícios subsequentes, suportada pelas premissas do Plano de Negócios e Gestão – PNG (2015-2019), que tem como principais metas a reestruturação dos negócios, a continuidade do programa de desinvestimentos, a desmobilização de ativos e a redução de gastos operacionais.

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no PNG.

Em 31 de dezembro de 2015, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Impostos diferidos	
	Ativos	Passivos
2016	1.310	21
2017	415	19
2018	124	26
2019	989	33
2020	689	26
2021	1.993	27
2022 em diante	496	80
Parcela registrada contabilmente	6.016	232
País	1.002	-
Exterior	2.437	-
Parcela não registrada contabilmente	3.439	-
Total	9.455	232

Os créditos tributários no país não registrados, no montante de US\$ 1.002, decorrem de prejuízos fiscais acumulados de subsidiárias que possuem um histórico de perdas, sendo passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas empresas em que foram gerados sem prazo de prescrição. Cabe ressaltar que não há, para empresas que apresentam histórico de perda, previsão de resultados tributáveis que permitam a compensação de tais créditos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía créditos tributários no exterior não registrados no montante de US\$ 2.437 (US\$ 3.200 em 31 de dezembro de 2014) decorrentes de prejuízos fiscais acumulados, oriundos, principalmente, das atividades de exploração e produção de óleo e gás e refino nos Estados Unidos no valor de US\$ 2.002 (US\$ 1.833 em 31 de dezembro de 2014) e das empresas na Espanha no valor de US\$ 435 (US\$ 485 em 2014). Em 2014, o valor de US\$ 882 proveniente das empresas na Holanda foi compensado integralmente em 2015, não restando crédito fiscal não registrado para esse país.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

O quadro a seguir demonstra os prazos máximos para aproveitamento dos créditos tributários não registrados no exterior:

Data Limite	Créditos
	tributários não registrados
2020	39
2021	138
2022	62
2023	58
2024	75
2025	6
2026	113
2027	130
2028	157
2029	198
2030 em diante	1.461
Total	2.437

21.7. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2015	2014	2013
Lucro antes dos impostos	(9.748)	(8.824)	13.410
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	3.314	3.000	(4.558)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:			
Juros sobre capital próprio, líquidos	(1)	66	1.306
Alíquotas diferenciadas de empresas no exterior	(251)	559	644
Tributação no Brasil de Lucro de Empresas no Exterior	(751)	-	57
Incentivos fiscais	11	26	(1)
Prejuízos fiscais não reconhecidos	(554)	(1.289)	-
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente (nota explicativa 3)	-	(907)	-
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas (*)	(658)	(338)	(198)
Créditos de empresas no exterior em fase exploratória	-	(1)	(2)
Outros	27	205	174
Despesa com imposto de renda e contribuição social	1.137	1.321	(2.578)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.043	3.045	(402)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(906)	(1.724)	(2.176)
	1.137	1.321	(2.578)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	11,7%	15,0%	19,2%

(*) Inclui principal da contingência de IOF (nota 21.2) e equivalência patrimonial.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

22. Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos a benefícios pós-emprego concedidos a empregados estão representados a seguir:

	2015	2014
Passivo		
Plano de pensão Petros	5.938	7.874
Plano de pensão Petros 2	71	287
Plano de saúde AMS	6.753	9.019
Outros planos	88	107
	12.850	17.287
Circulante	655	796
Não Circulante	12.195	16.491
	12.850	17.287

22.1. Planos Petros e Petros 2

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

a) Plano Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros é um plano de previdência de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social, e é direcionado atualmente aos empregados da Petrobras e da Petrobras Distribuidora - BR. O plano está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados, assistidos e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

A Petros tem até 31 de julho de 2016 para apresentar à Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC) suas demonstrações de 2015 e no caso de o déficit do Plano Petros superar o limite estabelecido pela Resolução nº 22/2015, aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), a Petros deverá apresentar o plano de equacionamento à PREVIC até o final de 2016 e iniciar sua execução após 60 dias contados da data de sua aprovação pelo Conselho Deliberativo. Conforme Emenda Constitucional nº 20/1998 e Leis Complementares nº 108 e 109/2001, deverá ser custeado por participantes e patrocinadores, observada a proporção de suas contribuições.

Ressalte-se que o citado limite estabelecido pela Resolução nº 22/2015 corresponde à aplicação da seguinte fórmula: $1\% \times (\text{prazo estimado de duração da obrigação "duration" subtraído de 4}) \times (\text{provisão matemática, ou seja, estimativa do valor total da obrigação atuarial futura})$.

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 pela Companhia e a Petros, totalizavam US\$ 3.036. Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos com pagamento de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado. Nesta mesma data, a Companhia possuía estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos TCF no valor de US\$ 1.719, os quais estão em fase de revisão.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Para o exercício de 2016, as contribuições esperadas para o plano somam US\$ 180 e o pagamento de juros sobre o TCF, US\$ 188.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2015, é de 10,06 anos.

b) Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros 2 foi implementado em julho de 2007, na modalidade de contribuição variável, pela Petrobras e algumas controladas que assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até 29 de agosto de 2007. O plano é direcionado atualmente aos empregados da Petrobras, Petrobras Distribuidora - BR, Stratura Asfaltos, Termobahia, Termomacaé, Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia S.A. - TBG, Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e Petrobras Biocombustível e está aberto para novas adesões, mas não haverá o pagamento de serviço passado.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2015, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou US\$ 222.

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2016, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Petros, que se baseou na recomendação da consultoria atuarial da Petros. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

As contribuições esperadas das patrocinadoras, para 2016, são de US\$ 259, referentes à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2015, é de 29,58 anos.

22.2. Outros planos

A Companhia também patrocina outros planos de pensão e saúde no país e no exterior, dentre os quais se destacam planos no exterior com características de benefício definido, por meio de controladas na Argentina, Japão e outros países. A maioria desses planos possui saldos de passivos atuariais superiores aos ativos garantidores e os ativos são mantidos em trustes, fundações ou entidades similares que são regidas pelas regulamentações locais.

22.3. Ativos dos planos de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo, de uma avaliação dos riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer às normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

A Petros elabora Políticas de Investimentos que têm a função de nortear a gestão de investimento para períodos de cinco anos, que são revisadas anualmente. O modelo de ALM – *Asset and Liability Management* é utilizado para resolver descasamentos de fluxo de caixa líquido dos planos de benefícios por ela administrados, considerando parâmetros de liquidez e solvência, adotando-se nas simulações o horizonte de 30 anos.

Os limites de alocação dos ativos determinados na Política de Investimentos do Plano Petros Sistema Petrobras no período entre 2016 a 2020 são de: 30% a 90% em renda fixa, 6% a 45% em renda variável, 2% a 8% em imóveis, 0% a 15% em empréstimos a participantes, 0% a 10% em investimentos estruturados e de 0% em renda variável global. Enquanto os limites de alocação do Plano Petros 2 para o mesmo período são de: 60% a 90% em renda fixa, 0% a 20% em renda variável, 0% a 5% em imóveis, 0% a 15% em empréstimos a participantes, 0% a 8% em investimentos estruturados e de 0% em renda variável global.

Os ativos dos planos de pensão, segregados por categoria, são os seguintes:

Categoria do Ativo	2015			2014	
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Valor justo total	%
Renda fixa	4.362	1.089	5.451	7.715	38%
Títulos privados	-	159	159	374	
Títulos públicos	4.362	-	4.362	5.881	
Outros investimentos	-	930	930	1.460	
Renda variável	4.309	169	4.478	8.684	44%
Ações à vista	4.309	-	4.309	8.323	
Outros investimentos	-	169	169	361	
Investimentos Estruturados	-	978	978	1.601	7%
Fundos de Private Equity	-	894	894	1.427	
Fundos de Venture Capital	-	9	9	20	
Fundos Imobiliários	-	75	75	154	
Imóveis	-	1.075	1.075	1.436	7%
	8.671	3.311	11.982	19.436	96%
Empréstimos a participantes			531	715	4%
			12.513	20.151	100%

Em 31 de dezembro de 2015, os investimentos incluem ações ordinárias e preferenciais da Petrobras no valor de US\$ 66 e de US\$ 57, respectivamente, e imóveis da Petros alugados pela Companhia no valor de US\$ 134.

Os ativos de empréstimos concedidos a participantes são avaliados ao custo amortizado, o que se aproxima do valor de mercado.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

22.4. Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras, Petrobras Distribuidora - BR, Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, Petrobras Biocombustível, Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia S.A. - TBG e Termobahia mantêm um plano de assistência médica (AMS), que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a Companhia busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais e etários, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2015 é de 21,54 anos.

22.5. Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

As informações de outros planos foram agregadas, uma vez que o total de ativos e obrigações destes planos não são significativos.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

a) Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

					2015
	Plano de Pensão		Plano de saúde - AMS	Outros planos	Total
	Petros	Petros 2			
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais					
Obrigação atuarial no início do exercício	27.709	543	9.019	167	37.438
Custo dos juros:	2.847	56	933	19	3.855
· Com termo de compromisso financeiro	454	-	-	-	454
· Atuarial	2.393	56	933	19	3.401
Custo do serviço	77	35	58	12	182
Contribuições de participantes	102	-	-	-	102
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	(1.213)	(5)	(347)	(4)	(1.569)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – experiência	(521)	4	(764)	(4)	(1.285)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – hipóteses demográficas	(46)	(49)	3	(1)	(93)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – hipóteses financeiras	(2.025)	(95)	853	(7)	(1.274)
Outros	-	-	-	23	23
Ajustes acumulados de conversão	(8.760)	(192)	(3.002)	(62)	(12.016)
Obrigação atuarial no fim do exercício	18.170	297	6.753	143	25.363
Movimentação no valor justo dos ativos do plano					
Ativos do plano no início do exercício	19.835	256	-	60	20.151
Receita de juros	2.046	27	-	4	2.077
Contribuições pagas pela empresa	193	-	349	7	549
Contribuições de participantes	102	-	-	-	102
Termo de compromisso financeiro pago pela empresa	165	-	-	-	165
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	(1.213)	(5)	(347)	(4)	(1.569)
Remensuração: Retorno sobre os ativos inferior a receita de juros	(2.744)	40	-	(1)	(2.705)
Outros	-	-	-	13	13
Ajustes acumulados de conversão	(6.151)	(92)	(2)	(25)	(6.270)
Ativos do plano no fim do exercício	12.233	226	-	54	12.513
Valores reconhecidos no balanço patrimonial					
Valor presente das obrigações	18.170	297	6.753	143	25.363
(-) Valor justo dos ativos do plano	(12.233)	(226)	-	(54)	(12.513)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	5.937	71	6.753	89	12.850
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 1º de janeiro	7.874	287	9.019	107	17.287
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em outros resultados abrangentes	152	(180)	92	(11)	53
(+) Custos incorridos no exercício	878	64	991	27	1.960
(-) Pagamento de contribuições	(193)	-	(349)	(7)	(549)
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(165)	-	-	-	(165)
Outros	-	-	-	10	10
Ajustes acumulados de conversão	(2.609)	(100)	(3.000)	(37)	(5.746)
Saldo em 31 de dezembro	5.937	71	6.753	89	12.850

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

	2014				
	Plano de Pensão		Plano de saúde - AMS	Outros planos	Total
	Petros	Petros 2			
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais					
Obrigação atuarial no início do exercício	27.804	354	6.999	151	35.308
Custo dos juros:	3.599	45	969	17	4.630
· Com termo de compromisso financeiro	441	-	-	-	441
· Atuarial	3.158	45	969	17	4.189
Custo do serviço	58	33	176	11	278
Contribuições de participantes	164	-	-	-	164
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	(1.236)	(10)	(395)	(6)	(1.647)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – experiência	1.114	158	(350)	7	929
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – hipóteses demográficas	(2.022)	(55)	(757)	(6)	(2.840)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – hipóteses financeiras	1.966	77	3.645	5	5.693
Outros	-	-	-	7	7
Ajustes acumulados de conversão	(3.738)	(59)	(1.268)	(19)	(5.084)
Obrigação atuarial no fim do exercício	27.709	543	9.019	167	37.438
Movimentação no valor justo dos ativos do plano					
Ativos do plano no início do exercício	22.462	233	-	40	22.735
Receita de juros	2.863	29	-	4	2.896
Contribuições pagas pela empresa	245	-	396	7	648
Contribuições de participantes	164	-	-	-	164
Termo de compromisso financeiro pago pela empresa	203	-	-	-	203
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	(1.236)	(10)	(395)	(6)	(1.647)
Remensuração: Retorno sobre os ativos inferior a receita de juros	(2.206)	37	-	4	(2.165)
Outros	(1)	-	-	20	19
Ajustes acumulados de conversão	(2.659)	(33)	(1)	(9)	(2.702)
Ativos do plano no fim do exercício	19.835	256	-	60	20.151
Valores reconhecidos no balanço patrimonial					
Valor presente das obrigações	27.709	543	9.019	167	37.438
(-) Valor justo dos ativos do plano	(19.835)	(256)	-	(60)	(20.151)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	7.874	287	9.019	107	17.287
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 1º de janeiro	5.342	121	6.999	111	12.573
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em outros resultados abrangentes	3.264	143	2.538	2	5.947
(+) Custos incorridos no exercício	794	49	1.155	24	2.022
(-) Pagamento de contribuições	(245)	-	(396)	(7)	(648)
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(203)	-	-	-	(203)
Outros	1	-	-	(13)	(12)
Ajustes acumulados de conversão	(1.079)	(26)	(1.277)	(10)	(2.392)
Saldo em 31 de dezembro	7.874	287	9.019	107	17.287

b) Componentes do custo de benefício definido

	2015				
	Plano de Pensão		Saúde	Outros Planos	Total
	Petros	Petros 2	AMS		
Custo do serviço	77	35	58	12	182
Juros líquidos sobre Passivo/(Ativo) líquido	801	29	933	15	1.778
Outros	-	-	-	-	-
Custo líquido do exercício	878	64	991	27	1.960
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	258	33	204	2	497
Diretamente no resultado	133	27	128	24	312
Relativa aos assistidos	487	4	659	1	1.151
Custo líquido do exercício	878	64	991	27	1.960

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

					2014
	Plano de Pensão		Saúde	Outros Planos	Total
	Petros	Petros 2	AMS		
Custo do serviço	58	33	176	11	278
Juros líquidos sobre Passivo/(Ativo) líquido	736	16	969	13	1.734
Outros	-	-	10	-	10
Custo líquido do exercício	794	49	1.155	24	2.022
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	255	26	347	(1)	627
Diretamente no resultado	140	22	179	24	365
Relativa aos assistidos	399	1	629	1	1.030
Custo líquido do exercício	794	49	1.155	24	2.022

					2013
	Plano de Pensão		Saúde	Outros Planos	Total
	Petros	Petros 2	AMS		
Custo do serviço	484	145	192	10	831
Juros líquidos sobre Passivo/(Ativo) líquido	912	51	735	16	1.714
Outros	-	22	-	(1)	21
Custo líquido do exercício	1.396	218	927	25	2.566
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	597	119	267	3	986
Diretamente no resultado	355	94	211	20	680
Relativa aos assistidos	444	5	449	2	900
Custo líquido do exercício	1.396	218	927	25	2.566

c) Análise de sensibilidade

A variação de 1 p.p. nas premissas de taxa de desconto e custos médicos teriam os seguintes efeitos:

	Taxa de desconto				Custos Médicos	
	Pensão		Saúde		Saúde	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Obrigações atuariais	(1.493)	1.777	(722)	877	901	(755)
Custo do serviço e juros	(78)	94	(61)	72	158	(131)

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

d) Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2015	2014
Taxa de desconto (Real)	7,33% (1) / 7,28% (2) / 7,32% (3)	6,14% (1) / 6,20% (2) / 6,15% (3)
Inflação (IPCA)	6,87% (1) (2) (3) (4)	6,50% (1) (2) (3) (4)
Taxa de desconto nominal (Real + Inflação)	14,70% (1) / 14,65% (2) / 14,69% (3)	13,04% (1) / 13,10% (2) / 13,05% (3)
Taxa de crescimento salarial (Real)	1,48% (1) / 2,79% (2)	1,761% (1) / 3,77% (2)
Taxa de crescimento salarial Nominal (Real + Inflação)	8,45% (1) / 9,85% (2)	8,37% (1) / 10,52% (2)
Taxa de rotatividade do plano de saúde	0,753% a.a (5)	0,642% a.a (6)
Taxa de rotatividade do plano de pensão	Nula	Nula
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	14,92% a 3,70%a.a (6) EX-PETROS 2013 (ambos os gêneros) (1) (3)	14,47% a 3,00%a.a (6) EX-PETROS 2013 (ambos os gêneros) (1) (3)
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Feminina suavizada em 10% (2)	AT-2000 Feminina suavizada em 10% (2)
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 (1) (3) / Álvaro Vindas (2) AT-49 Masculina agravada em 10% (1) (3)	TASA 1927 (1) (3) / Álvaro Vindas (2) AT-49 Masculina agravada em 10% (1) (3)
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 1957 fraca (2)	IAPB 1957 fraca (2)
Idade de entrada na aposentadoria	Homem, 57 anos / Mulher, 56 anos (7)	Homem, 57 anos / Mulher, 56 anos (7)

(1) Plano Petros Sistema Petrobras.

(2) Plano Petros 2.

(3) Plano AMS.

(4) Curva de inflação sendo projetada com base no mercado em 6,87% para 2016 e atingindo 3,70% de 2025 em diante.

(5) Rotatividade média apenas da patrocinadora Petrobras, que varia de acordo com a idade e tempo de serviço.

(6) Taxa decrescente atingindo nos próximos 30 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo. Refere-se apenas a taxa da patrocinadora Petrobras.

(7) Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foi utilizada a elegibilidade conforme as regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e regras do plano.

e) Perfil de vencimento da obrigação

	2015			
	Plano de Pensão		Saúde	Outros
	Plano de pensão	Petros 2	AMS	planos
Até 1 Ano	1.282	15	286	2
De 1 A 2 Anos	1.237	15	294	2
De 2 A 3 Anos	1.195	15	304	2
De 3 A 4 Anos	1.150	15	313	2
Acima de 4 Anos	13.306	237	5.556	135
	18.170	297	6.753	143
				25.363

22.6. Outros planos de contribuição definida

A Petrobras por meio de suas controladas no país e no exterior também patrocina planos de aposentadoria aos empregados de contribuição definida. As contribuições pagas no exercício de 2015, reconhecidas no resultado, totalizaram US\$ 6.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

22.7. Participação nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras.

Em março de 2014, a companhia concluiu as negociações com as entidades sindicais sobre uma nova metodologia para regramento da PLR, finalizando, assim, o processo iniciado no Acordo Coletivo de Trabalho 2013/2015.

Com as novas regras, o montante de PLR a ser distribuído aos empregados é calculado com base no resultado de seis indicadores corporativos, cujas metas são definidas a cada ano pela Administração da companhia.

O resultado do atingimento das metas individuais deste conjunto de indicadores leva a um percentual de cumprimento global de metas, utilizado como base na definição do percentual do lucro a ser distribuído aos empregados.

Entretanto, ainda segundo a nova metodologia, caso a empresa não tenha lucro e todas as metas sejam alcançadas, o valor a ser pago individualmente será de metade da remuneração mensal do empregado acrescido de metade do menor valor pago da PLR no exercício anterior.

PLR do exercício de 2014

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as metas estabelecidas pela Administração foram alcançadas, apesar da ausência de lucro no exercício e com base na metodologia negociada em acordo coletivo, a Companhia provisionou US\$ 444 de participação no resultado.

PLR do exercício de 2015

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve lucro e as metas estabelecidas pela Administração não foram alcançadas, principalmente pelo resultado dos indicadores de Custo Unitário de Extração sem Participação Governamental - Brasil e de Carga Processada - Brasil.

Dessa forma, não há provisão para pagamento de participação no resultado referente ao exercício de 2015.

22.8. Plano de incentivo ao desligamento voluntário

Em janeiro de 2014, a Companhia implementou o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) que é fruto do Programa de Otimização de Produtividade – POP, visando contribuir para o alcance das metas de desempenho do Plano de Negócios e Gestão.

A Companhia reconheceu a provisão em 31 de março de 2014, estando sujeita à alteração pela ocorrência de possíveis desistências, da atualização das remunerações nos acordos coletivos de trabalho até a data da rescisão dos empregados, da atualização do piso e do teto pelo IPCA, além do reconhecimento das parcelas variáveis.

No período de 30 de novembro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, a Petrobras permitiu aos empregados desistentes ou excluídos do PIDV 2014 proceder à revalidação de sua inscrição no PIDV 2014, de caráter voluntário, tendo alcançado o número de 374 revalidações.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Em 13 de outubro de 2015, a controlada Petrobras Distribuidora S.A. implementou um novo Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV BR 2015), a fim de adequar o efetivo da Companhia, compatibilizando-os com as expectativas dos empregados. O período de inscrições ao PIDV se encerrou em 30 de dezembro de 2015 e alcançou 345 inscritos. Em 31 de dezembro de 2015, a Petrobras Distribuidora reconheceu a estimativa de desembolso dos incentivos financeiros no montante de US\$ 24.

Até o mês de dezembro de 2015, a Companhia registrou 6.554 desligamentos e 249 desistências do PIDV 2014, cuja movimentação da provisão está representada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	390
Revisão de provisão	91
Utilização por desligamento	(210)
Novos inscritos PIDV BR 2015	24
Ajuste acumulado de conversão	(96)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	199
Circulante	155
Não Circulante	44

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2015, o capital subscrito e integralizado no valor de US\$ 107.380 e gasto com emissão de ações foi US\$ 279, está representado por 7.442.454.142 ações ordinárias e 5.602.042.788 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital, não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias.

23.2. Transações de capital

a) Gastos com emissão de ações

Custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de ações, líquidos de impostos.

b) Mudança de participação em controladas

Diferenças entre o valor pago e o montante contábil decorrentes das variações de participações em controladas que não resultem em perda de controle, considerando que se tratam de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários. As principais mudanças de participação em controladas estão relatadas na nota explicativa 11.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

23.3. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 55 do Estatuto Social da Companhia.

Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

No exercício de 2015 e 2014, a parcela do resultado referente à subvenção de investimentos no âmbito das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM) não foi destinada para reserva de incentivos fiscais em função da ausência de lucro. Entretanto, a constituição de reserva de incentivo com esta parcela ocorrerá em períodos subsequentes, conforme previsto na Lei 12.973/14, em seu capítulo I.

O montante acumulado de subvenção de investimentos proveniente dos resultados dos exercícios de 2014 e 2015 a ser utilizado para constituição de reserva de incentivo é de US\$ 15, sendo US\$ 7,5 para cada um desses exercícios.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de prejuízos acumulados será obrigatoriamente absorvido pela reserva de retenção de lucros no montante de US\$ 8.446.

23.4. Outros Resultados Abrangentes

Em 2015 foram reconhecidos como outros resultados abrangentes, decorrentes da forte desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, os seguintes efeitos:

No ajuste acumulado de conversão, o montante de US\$ 29.248;

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

No hedge de fluxo de caixa de exportação, o patrimônio líquido foi reduzido no período em US\$ 19.075 (US\$ 12.589 líquido de impostos), totalizando em 31 de dezembro de 2015 o valor de US\$ 30.739 (US\$ 20.288 líquido de impostos), conforme nota explicativa 33.

Parte dos Outros Resultados Abrangentes são provenientes de equivalência patrimonial (US\$ 861).

23.5. Dividendos

O Estatuto Social determina que os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. Uma vez que a Companhia proponha remuneração aos acionistas, as ações preferenciais têm prioridade no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior, participando em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos de capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, considerando a inexistência de lucro, não foi proposto pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio pelo Conselho de Administração.

23.6. Lucro por Ação

	2015	2014	2013
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	(8.450)	(7.367)	11.094
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação (nº. de ações)	13.044.496,93	13.044.496,93	13.044.496,93
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial (U.S.\$ por ação)	0	0	0
	(0,65)	(0,56)	0,85

24. Receita de vendas

	2015	2014	2013
Receita bruta de vendas	121.490	174.031	172.016
Encargos de vendas	(24.176)	(30.374)	(30.554)
Receita de vendas (*)	97.314	143.657	141.462
Diesel	30.532	42.586	41.435
Gasolina automotiva	16.320	23.702	23.470
Querosene de aviação (QAV)	3.325	4.357	3.464
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	2.881	5.622	5.885
Nafta	2.594	3.729	3.960
Óleo combustível (incluindo bunker)	2.297	5.562	5.553
Outros derivados de petróleo	3.468	5.771	5.760
Subtotal de derivados	61.417	91.329	89.527
Gás natural	5.894	8.035	7.376
Etanol, nitrogenados e renováveis	3.868	3.862	4.868
Eletricidade, serviços e outros	4.850	8.384	4.693
Mercado interno	76.029	111.610	106.464
Exportações	9.692	13.930	15.172
Vendas no exterior (**)	11.593	18.117	19.826
Mercado externo	21.285	32.047	34.998
Receitas de vendas (*)	97.314	143.657	141.462

(*) A receita de vendas por segmento de negócio está apresentada na nota 29.

(**) Receita proveniente de vendas realizadas no exterior, exceto exportações.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

25. Outras despesas líquidas

	2015	2014	2013
(Perdas) / Ganhos c/ processos judiciais, administrativos e arbitrais	(1.569)	(194)	(269)
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(1.239)	(1.089)	(923)
Plano de pensão e saúde (inativos)	(1.151)	(1.030)	(900)
Resultado com alienação / baixa de ativos	(478)	(213)	1.764
Relações institucionais e projetos culturais	(428)	(743)	(821)
Perdas sobre multas aplicadas (*)	(374)	(182)	-
Devolução de campos e projetos cancelados do E&P	(280)	(268)	(19)
Resultado relacionado a abandono de áreas	(144)	(443)	58
Gastos com PIDV	(115)	(1.035)	-
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(95)	(143)	(225)
Despesas com Provisão de Distratos	(39)	-	-
Acordo coletivo de trabalho	-	(440)	(419)
Subvenções e assistências governamentais	17	61	181
Ressarcimento de gastos adicionais capitalizados indevidamente	72	-	-
Gastos/Ressarcimentos com operações em parcerias de E&P	530	360	241
Outros	(52)	66	219
	(5.345)	(5.293)	(1.113)

(*) Valores divulgados na rubrica Outros em 2014.

26. Custos e Despesas por natureza

	2015	2014	2013
Matérias-primas e produtos para revenda	(29.110)	(58.539)	(60.068)
Materiais, serviços, fretes, aluguéis e outros	(20.808)	(23.847)	(23.202)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(12.299)	(16.823)	(544)
Depreciação, depleção e amortização	(11.591)	(13.023)	(13.188)
Gastos com pessoal	(9.079)	(13.215)	(12.769)
Participação governamental	(6.064)	(13.500)	(14.498)
Tributárias	(2.796)	(760)	(780)
(Perdas)/Ganhos com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(1.569)	(194)	(269)
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	(1.441)	(2.178)	(1.892)
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(1.239)	(1.089)	(923)
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(941)	(2.378)	(73)
Resultado com alienação / baixa de ativos	(478)	(213)	1.764
Relações institucionais e projetos culturais	(428)	(743)	(821)
Devolução de campos e projetos cancelados do E&P	(280)	(268)	(19)
Variação dos estoques	(155)	(1.181)	1.681
Resultado relacionado a abandono de áreas	(143)	(443)	58
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(95)	(143)	(225)
Ressarcimento de gastos adicionais capitalizados indevidamente	72	-	-
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	-	(2.527)	-
	(98.444)	(151.064)	(125.768)
Na Demonstração do Resultado			
Custo dos produtos e serviços vendidos	(67.485)	(109.477)	(108.834)
Despesas com vendas	(4.627)	(6.827)	(4.904)
Despesas gerais e administrativas	(3.351)	(4.756)	(4.982)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(1.911)	(3.058)	(2.959)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(630)	(1.099)	(1.132)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(12.299)	(16.823)	(544)
Tributárias	(2.796)	(760)	(780)
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	-	(2.527)	-
Outras despesas líquidas	(5.345)	(5.293)	(1.113)
Participação nos lucros ou resultados	-	(444)	(520)
	(98.444)	(151.064)	(125.768)

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

27. Resultado financeiro líquido

	2015	2014	2013
Juros sobre endividamento	(6.858)	(6.734)	(5.491)
Variações cambiais e monetárias s/ endividamento líquido (*)	(3.834)	(561)	(1.603)
Receita com aplicações financeiras e títulos públicos	693	1.007	1.278
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(9.999)	(6.288)	(5.816)
Encargos financeiros capitalizados	1.773	3.600	3.921
Ganhos (perdas) com instrumentos derivativos	256	337	(181)
Resultado com títulos e valores mobiliários	25	(39)	(95)
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	394	914	(300)
Outras despesas e receitas financeiras líquidas (**)	(890)	(159)	(320)
Resultado financeiro líquido	(8.441)	(1.635)	(2.791)
Receitas	1.412	1.949	1.815
Despesas	(6.437)	(3.923)	(2.673)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(3.416)	339	(1.933)
	(8.441)	(1.635)	(2.791)

(*) Inclui variação monetária sobre financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação ao dólar.

(**) Inclui em 2015, US\$ 834 de despesa financeira pelas adesões ao REFIS, Programa de Anistias Estaduais e PRORELIT, conforme nota explicativa 21.

28. Informações complementares a demonstração do fluxo de caixa

	2015	2014	2013
Informações adicionais aos fluxos de caixa			
Valores pagos e recebidos durante o período			
Imposto de renda e contribuição social	567	853	1.446
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	1.034	1.852	1.954
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa			
Aquisição de imobilizado a prazo	171	123	209
Provisão (reversão) para desmantelamento de áreas	4.145	1.999	(629)
Utilização de créditos fiscais e depósitos judiciais para pagamento de contingência	946	147	-

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

29. Informações por Segmento

As atividades internacionais de exploração e produção de óleo e gás , refino, petroquímica , gás e energia e distribuição , cuja gestão pertencia à extinta Diretoria Internacional foram realocadas para a gestão das áreas de negócio correlatas no país, assegurando as especificidades dessas atividades.

Para fins de comparabilidade e avaliação , os valores divulgados no ativo consolidado e na demonstração do resultado do exercício de 2014 foram ajustados ao modelo de negócio vigente.

Ativo Consolidado por área de negócio - 31.12.2015

	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Biocombustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	3.639	9.027	2.663	45	2.299	28.866	(3.111)	43.428
Não circulante	120.157	36.465	16.806	437	2.972	10.589	(333)	187.093
Realizável a longo prazo	6.467	2.384	1.358	3	859	8.398	(292)	19.177
Investimentos	1.807	879	456	343	34	8	-	3.527
Imobilizado	109.724	33.032	14.674	91	1.868	1.949	(41)	161.297
Em operação	79.585	28.803	12.193	81	1.581	1.485	(41)	123.687
Em construção	30.139	4.229	2.481	10	287	464	-	37.610
Intangível	2.159	170	318	-	211	234	-	3.092
Ativo Total	123.796	45.492	19.469	482	5.271	39.455	(3.444)	230.521

Ativo Consolidado por área de negócio - 31.12.2014

Circulante	6.725	15.491	4.184	65	3.886	24.205	(3.724)	50.832
Não circulante	154.412	55.986	24.655	1.044	4.274	9.406	(1.922)	247.855
Realizável a longo prazo	8.325	3.617	1.423	3	1.261	6.093	(1.859)	18.863
Investimentos	2.270	1.836	624	836	42	145	-	5.753
Imobilizado	140.582	50.273	22.237	205	2.685	2.811	(63)	218.730
Em operação	102.136	41.379	17.973	189	2.056	2.117	(63)	165.787
Em construção	38.446	8.894	4.264	16	629	694	-	52.943
Intangível	3.235	260	371	-	286	357	-	4.509
Ativo Total	161.137	71.477	28.839	1.109	8.160	33.611	(5.646)	298.687

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio (*)

	Jan-Dez/2015							
	E&P	Abastecimen to	Gás e Energia	Biocombustív eis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	35.680	74.321	13.145	229	33.406	-	(59.467)	97.314
Intersegmentos	34.178	22.451	2.073	213	552	-	(59.467)	-
Terceiros	1.502	51.870	11.072	16	32.854	-	-	97.314
Custo dos produtos vendidos	(25.171)	(60.384)	(10.539)	(252)	(30.849)	-	59.710	(67.485)
Lucro bruto	10.509	13.937	2.606	(23)	2.557	-	243	29.829
Receitas (despesas)	(13.883)	(5.834)	(2.211)	(95)	(2.785)	(6.363)	212	(30.959)
Vendas, gerais e administrativas	(643)	(2.437)	(747)	(31)	(2.401)	(1.933)	214	(7.978)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(1.911)	-	-	-	-	-	-	(1.911)
Custos com Pesquisa e desenvolvimento	(172)	(117)	(53)	(9)	(1)	(278)	-	(630)
Tributárias	(160)	(709)	(412)	(2)	(69)	(1.444)	-	(2.796)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(9.830)	(1.664)	(683)	(46)	(76)	-	-	(12.299)
Outras	(1.167)	(907)	(316)	(7)	(238)	(2.708)	(2)	(5.345)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos	(3.374)	8.103	395	(118)	(228)	(6.363)	455	(1.130)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(8.441)	-	(8.441)
Resultado de participações em investimentos	(309)	356	123	(199)	9	(157)	-	(177)
Participação nos lucros ou resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro antes dos impostos	(3.683)	8.459	518	(317)	(219)	(14.961)	455	(9.748)
Imposto de renda/contribuição social	1.200	(2.746)	(132)	41	78	2.851	(155)	1.137
Lucro líquido	(2.483)	5.713	386	(276)	(141)	(12.110)	300	(8.611)
Lucro líquido atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	(2.480)	5.727	237	(276)	(142)	(11.816)	300	(8.450)
Acionistas não controladores	(3)	(14)	149	-	1	(294)	-	(161)
	(2.483)	5.713	386	(276)	(141)	(12.110)	300	(8.611)

(*) A relação das empresas por segmento de atuação está apresentada na nota explicativa 11.1 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio

	Jan-Dez/2014							
	E&P	Abastecimen to	Gás e Energia	Biocombustív eis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	68.611	114.431	18.373	266	46.893	-	(104.917)	143.657
Intersegmentos	66.336	35.484	1.730	238	1.129	-	(104.917)	-
Terceiros	2.275	78.947	16.643	28	45.764	-	-	143.657
Custo dos produtos vendidos	(37.220)	(118.350)	(15.698)	(311)	(43.262)	-	105.364	(109.477)
Lucro bruto	31.391	(3.919)	2.675	(45)	3.631	-	447	34.180
Receitas (despesas)	(9.305)	(19.614)	(3.332)	(67)	(2.750)	(6.300)	225	(41.143)
Vendas, gerais e administrativas	(624)	(2.866)	(2.571)	(50)	(2.555)	(3.146)	229	(11.583)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(3.058)	-	-	-	-	-	-	(3.058)
Custos com Pesquisa e desenvolvimento	(549)	(192)	(85)	(15)	(1)	(257)	-	(1.099)
Tributárias	(74)	(118)	(136)	-	(33)	(399)	-	(760)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(3.800)	(12.912)	(111)	-	-	-	-	(16.823)
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	(806)	(1.403)	(266)	-	(11)	(41)	-	(2.527)
Outras	(394)	(2.123)	(163)	(2)	(150)	(2.457)	(4)	(5.293)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos	22.086	(23.533)	(657)	(112)	881	(6.300)	672	(6.963)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(1.635)	-	(1.635)
Resultado de participações em investimentos	(80)	132	211	(53)	5	3	-	218
Participação nos lucros ou resultados	(156)	(126)	(20)	(1)	(26)	(115)	-	(444)
Lucro antes dos impostos	21.850	(23.527)	(466)	(166)	860	(8.047)	672	(8.824)
Imposto de renda/contribuição social	(7.674)	7.758	139	39	(295)	1.582	(228)	1.321
Lucro líquido	14.176	(15.769)	(327)	(127)	565	(6.465)	444	(7.503)
Lucro líquido atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	14.151	(15.761)	(347)	(127)	565	(6.292)	444	(7.367)
Acionistas não controladores	25	(8)	20	-	-	(173)	-	(136)
	14.176	(15.769)	(327)	(127)	565	(6.465)	444	(7.503)

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

	Jan-Dez/2013							
	E&P	Abastecimen to	Gás e Energia	Biocombustív eis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	72.345	114.331	14.572	388	45.244	-	(105.418)	141.462
Intersegmentos	69.473	33.393	1.228	324	1.000	-	(105.418)	-
Terceiros	2.872	80.938	13.344	64	44.244	-	-	141.462
Custo dos produtos vendidos	(36.951)	(122.624)	(12.614)	(464)	(41.419)	-	105.238	(108.834)
Lucro bruto	35.394	(8.293)	1.958	(76)	3.825	-	(180)	32.628
Receitas (despesas)	(3.559)	(4.060)	(1.192)	(69)	(2.388)	(5.242)	96	(16.414)
Vendas, gerais e administrativas	(610)	(3.259)	(1.104)	(55)	(2.379)	(2.642)	163	(9.886)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(2.959)	-	-	-	-	-	-	(2.959)
Custos com Pesquisa e desenvolvimento	(522)	(242)	(58)	(16)	(2)	(292)	-	(1.132)
Tributárias	(283)	(190)	(93)	(1)	(37)	(176)	-	(780)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(545)	-	-	-	1	-	-	(544)
Outras	1.360	(369)	63	3	29	(2.132)	(67)	(1.113)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos	31.835	(12.353)	766	(145)	1.437	(5.242)	(84)	16.214
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(2.791)	-	(2.791)
Resultado de participações em investimentos	167	82	247	(20)	4	27	-	507
Participação nos lucros ou resultados	(190)	(142)	(22)	(1)	(30)	(135)	-	(520)
Lucro antes dos impostos	31.812	(12.413)	991	(166)	1.411	(8.141)	(84)	13.410
Imposto de renda/contribuição social	(10.762)	4.248	(253)	51	(479)	4.587	30	(2.578)
Lucro líquido	21.050	(8.165)	738	(115)	932	(3.554)	(54)	10.832
Lucro líquido atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	21.009	(8.157)	678	(115)	931	(3.198)	(54)	11.094
Acionistas não controladores	41	(8)	60	-	1	(356)	-	(262)
	21.050	(8.165)	738	(115)	932	(3.554)	(54)	10.832

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Demonstração Consolidada das atividades no exterior - 2015

Ativo

Demonstração de resultado

Receita de vendas

Intersegmentos

Terceiros

Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos

Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras

	Abastecimento		
	E&P	o	Gás e Energia
Distribuição			
	8.114	1.398	404
	1.863	4.613	550
	972	1.980	33
	891	2.633	517
	(632)	(57)	71
	(854)	(48)	104

Demonstração Consolidada das atividades no exterior - 2014

Ativo

Demonstração de resultado

Receita de vendas

Intersegmentos

Terceiros

Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos

Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras

	Abastecimento		
	E&P	o	Gás e Energia
Distribuição			
	9.623	1.861	472
	3.001	7.406	489
	1.235	1.528	33
	1.766	5.878	456
	114	(557)	72
	(457)	(479)	90

Demonstração Consolidada das atividades no exterior - 2013

Ativo

Demonstração de resultado

Receita de vendas

Intersegmentos

Terceiros

Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos

Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras

	Abastecimento		
	E&P	o	Gás e Energia
Distribuição			
	13.656	2.652	602
	4.324	44.810	2.670
	2.573	24.679	1.764
	1.751	20.131	906
	2.037	528	26
	1.665	293	193

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

30. Processos judiciais e contingências

30.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem a:

Processos trabalhistas, destacando-se a revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime e diferenças de cálculo nos repousos semanais remunerados;

Processos fiscais, incluindo a não homologação de compensações de tributos federais e as demandas relacionadas ao recolhimento de ICMS na venda de querosene de aviação;

Processos cíveis referentes a perdas e danos pelo desfazimento de operação de cessão de crédito prêmio de IPI e cobrança de *royalties* sobre a atividade de extração de xisto; e

Processo ambiental referente à indenização aos pescadores pelo derramamento de óleo no Rio de Janeiro, em janeiro de 2000.

Os valores provisionados, são os seguintes:

	31.12.2015	31.12.2014
Passivo não circulante		
Processos trabalhistas	851	717
Processos fiscais	791	104
Processos cíveis	530	666
Processos ambientais	72	40
Outros processos	3	13
	2.247	1.540

	31.12.2015	31.12.2014
Saldo inicial	1.540	1.246
Adições	1.490	766
Utilização	(272)	(314)
Atualização de juros	100	66
Outros	(13)	(8)
Ajuste acumulado de conversão	(598)	(216)
Saldo final	2.247	1.540

30.2. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com os processos judiciais e garantias são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31.12.2015	31.12.2014
Ativo não circulante		
Fiscais	1.044	663
Cíveis	690	928
Trabalhistas	684	1.006
Ambientais	78	80
Outros	3	5
	2.499	2.682

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

30.3. Passivos Contingentes

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2015, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Estimativa
Fiscais	29.276
Cíveis – Gerais	5.651
Trabalhistas	5.108
Ambientais	1.472
Outras	2
	41.509

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, cível, ambiental e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa
Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil	
1) Incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF e Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE sobre remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações.	
Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	8.256
2) Dedução imediata da base de cálculo do IRPJ e CSLL de gastos com desenvolvimento da produção de petróleo nos exercícios de 2008 e 2009.	
Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	3.022
3) Pedidos de compensação de tributos federais não homologados pela Receita Federal.	
Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e de recurso na esfera administrativa.	2.514
4) Dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL dos valores pagos ao Plano Petros, bem como de despesas diversas incorridas em 2007 e 2008 relacionadas a benefícios empregatícios e PETROS.	
Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	1.916
5) Lucro de controladas e coligadas domiciliadas no exterior, nos exercícios de 2005 até 2010, não adicionado à base de cálculo do IRPJ e CSLL.	
Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	1.685
6) Incidência da contribuição previdenciária sobre pagamento de abonos e gratificação contingente a empregados.	
Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	608
7) Cobrança da CIDE-Combustível no período de março de 2002 a outubro de 2003 em transações com distribuidoras e postos de combustíveis detentores de medidas judiciais liminares que determinavam a venda sem repasse do referido tributo.	
Situação atual: A questão envolve processos na esfera judicial.	517
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.	
8) Cobrança de multa por suposto descumprimento de obrigação acessória quando da movimentação da sonda para o bloco exploratório e no retorno desta embarcação, bem como de ICMS decorrente do desenquadramento do regime aduaneiro de admissão temporária pelo fato de o desembarço da sonda ter sido realizado em Niterói/RJ e não no estado de SP.	
Situação atual: A questão envolve processos em fase judicial.	1.322
9) Aplicação de diferimento de ICMS nas operações de venda de Biodiesel B100, bem como pelo uso da alíquota de 7% em operações interestaduais de venda de Biodiesel B100 com os Estados do Centro-Oeste, Norte, Nordeste e com o Estado do ES.	
Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa.	619
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados PR, AM, BA, ES, PA, PE e PB.	
10) Incidência de ICMS sobre diferenças na medição inicial e final de estoques nas vendas de petróleo e gás.	
Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	284
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do RJ, MG e BA.	
11) Exigência de ICMS em operações de saída de Líquido de Gás Natural – LGN e C5+ com emissão de documento fiscal não aceito pela fiscalização, bem como questionamento do direito ao aproveitamento do crédito.	
Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	972
12) Cobrança de diferenças de alíquotas de ICMS decorrente de vendas de QAV para empresas aéreas no mercado interno.	
Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e de recurso na esfera administrativa.	950
13) Crédito de ICMS não estornado em razão de saídas isentas ou não tributadas promovidas por terceiros em operações subsequentes.	
Situação atual: A questão envolve dois autos de infração que se encontram na esfera administrativa, ainda sem decisão da primeira instância julgadora.	523
Autor: Secretarias de Fazenda dos Estados do RJ, SP, ES e BA.	
14) Apropriação de crédito de ICMS sobre aquisições de mercadorias que, no entendimento da fiscalização, não configurariam bens do ativo imobilizado.	
Situação atual: Há autuações lavradas pelos Estados sendo algumas discutidas ainda na esfera administrativa, e outras na esfera judicial.	326
Autor: Prefeituras Municipais de Anchieta, Aracruz, Guarapari, Itapemirim, Maratáizes, Linhares, Vila Velha e Vitória.	
15) Cobrança do imposto incidente sobre serviços prestados em águas marítimas (ISSQN), por alguns municípios do Estado do Espírito Santo sob o argumento de que o serviço fora executado em seus "respectivos territórios marítimos".	
Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	698
Autor: Secretarias de Fazenda dos Estados de SP, RS e SC.	
16) Cobrança do ICMS referente à importação de gás natural proveniente da Bolívia para o MS, sob a alegação de serem esses Estados os destinatários finais (consumidores) do gás importado.	
Situação atual: A questão envolve processos nas esferas judicial e administrativa, além de três ações cíveis originárias em trâmite no Supremo Tribunal Federal.	653
Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados do RJ, SP, SE e BA.	
17) Não recolhimento dos créditos de ICMS decorrente da aquisição de brocas de perfuração e de produtos químicos utilizados na formulação de fluido de perfuração.	
Situação atual: A questão envolve processos em fases administrativa e judicial diversas.	325
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados de SP, CE, PB, RJ, BA e PA.	
18) Cobrança e creditamento de ICMS em operações de consumo interno, de óleo bunker e óleo diesel marítimo destinados a embarcações afretadas.	
Situação atual: Há autuações lavradas pelos Estados sendo algumas discutidas ainda na esfera administrativa, e outras na esfera judicial.	309
Autor: Secretaria de Fazenda do Estado de Pernambuco.	
19) Cobrança de ICMS sobre as vendas interestaduais de gás natural com destino às distribuidoras localizadas em seu Estado. A fiscalização entende que as operações seriam de transferência, uma vez que as atividades realizadas no city-gate são de industrialização, caracterizando-o como um estabelecimento e consequentemente exigindo a diferença entre o imposto incidente na operação de venda e de transferência.	
Situação atual: Há autuações lavradas pelo Estado uma discutida ainda na esfera administrativa, e outras na esfera judicial.	360

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

20) Processos diversos de natureza fiscal	3.417
Total de processos de natureza fiscal	29.276

Descrição dos processos de natureza cível

Estimativa

Autor: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

1) Processos administrativos que discutem diferença de participação especial e royalties em vários campos. Inclui também discussão por multas aplicadas pela ANP por suposto descumprimento de programa exploratório mínimo e irregularidades nos sistemas de medição de plataformas.

Situação atual: As questões envolvem processos em fase administrativa e judicial diversas. 1.246

2) Processos que discutem a determinação da ANP de: unificar os campos de Lula e Cernambi no Consórcio BM-S-11, unificar os Campos de Baúna e Piracaba, e unificar os Campos de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote, Caxaréu, Jubarte e Pirambu, no complexo Parque das Baleias, gerando assim impactos no recolhimento das participações especiais (PE).

Situação atual: As questões envolvem processos judicial e arbitral. Por força de decisões judiciais as arbitragens estão suspensas. No caso dos campos de Lula e Cernambi, os valores das supostas diferenças de participações governamentais foram depositados judicialmente, porém com a cassação da liminar favorável, atualmente as diferenças tem sido pagas diretamente para a ANP até que seja reformada a decisão judicial correspondente. No caso dos campos de Baúna e Piracaba, por força de decisão liminar concedida pelo Judiciário, a PETROBRAS deposita o valor controvertido das PGs em juízo. No caso da unificação dos Campos de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote, Caxaréu, Jubarte e Pirambu, no complexo Parque das Baleias, por força de decisões judiciais e do próprio Tribunal Arbitral a cobrança das supostas diferenças de PE a maior encontra-se suspensa. 1.220

Autor: Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A.

3) Ação de indenização na qual busca ressarcimento pelos danos causados por uma suposta conduta anticoncorrencial na venda de gasolina e derivados (Diesel e GLP) no mercado interno.

Situação atual: A questão envolve processo em fase judicial, onde a Companhia foi condenada em 1º instância. A Companhia tem buscado assegurar os seus direitos, sendo certo que o CADE já analisou o tema e decidiu pela ausência de postura anticoncorrencial da Petrobras. 411

Autor: Vantage Deepwater Company e Vantage Deepwater Drilling Inc

4) Arbitragem nos Estados Unidos sobre rescisão unilateral de contrato de prestação de serviço de perfuração vinculados ao navio-sonda Titanium Explorer.

Situação atual: O processo se encontra em fase de conhecimento, onde a Companhia busca seus direitos apresentando documentos para a comprovação de que o autor descumpriu obrigações contratuais. 400

5) Processos diversos de natureza cível 2.374

Total de processos de natureza cível 5.651

Estimate

Autor: SINDIPETRO dos estados do ES, RJ, BA, MG, SP, PE, RN, PR, SC e RS. (*)

1) Ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR).

Situação atual: A Companhia ajuizou perante o Tribunal Superior do Trabalho dissídio coletivo de natureza jurídica, no qual, em 19 de outubro de 2015, foi julgado procedente o pedido da Petrobras e encaminhado ao Tribunal Pleno para uniformização do entendimento sobre a matéria no âmbito do TST. 2.957

Autor: SINDIPETRO do Norte Fluminense e SINDIPETRO do estado da Bahia.

2) Ações coletivas que objetivam diferenças salariais decorrentes da alteração do critério de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados, observando proporção superior à instituída pela Lei nº 605/49.

Situação atual: Referente ao processo de autoria do SINDIPETRO/BA, a Cia. interpôs recurso que se encontra pendente de julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho. No processo em que figura como autor o SINDIPETRO/NF, a Cia. propôs Ação Rescisória processada no TST, cujo mérito ainda não foi julgado. 323

Autor: Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense – SINDIPETRO/NF.

3) O Autor objetiva a condenação da PETROBRAS a remunerar como extraordinária a jornada de trabalho que ultrapassar o limite de 12 horas diárias de trabalho efetivo em regime de sobreaviso. Pretende, ainda, que a PETROBRAS seja obrigada a respeitar o limite de 12 horas de efetivo trabalho em regime de sobre aviso, sob pena de multa diária.

Situação atual: O processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho, para julgamento dos recursos interpostos pelas partes. 282

4) Processos diversos de natureza Trabalhista 1.546

Total de processos de natureza trabalhista 5.108

(*) Foram incluídas ações que estavam apresentadas como "processos diversos", além da revisão de estimativa e expectativa.

Descrição dos processos de natureza ambiental

Estimativa

Autores: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual do Paraná

AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária e IAP - Instituto Ambiental do Paraná

1) Processo judicial que discute obrigação de fazer, indenização em pecúnia e dano moral referente ao acidente ambiental havido no Estado do Paraná em 16.07.2000.

Situação atual: Processos julgados procedentes em parte, mediante sentença contra a qual autores e a Companhia, ré, interpuseram recursos de apelação. 612

Autor: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA e Ministério Público Federal.

2) Processos administrativos decorrentes de multas ambientais relacionadas a operação Upstream impugnadas em virtude de divergência quanto a interpretação e aplicação de normas pelo IBAMA, bem como uma Ação Civil Pública movida pelo MPF por suposto dano ambiental em virtude do afundamento acidental da Plataforma P-36.

Situação atual: Aguarda-se julgamento de defesa e recurso na esfera administrativa quanto às multas e, no que toca a ação civil pública, a Petrobras recorreu da sentença que lhe foi desfavorável no juízo de primeiro grau e acompanha o trâmite do recurso que será julgado pelo 271

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Tribunal Regional Federal.

3) Processos diversos de natureza ambiental

590

Total de processos de natureza ambiental

1.472

30.4. Ações coletivas (class actions) e processos relacionados

Entre 8 de dezembro de 2014 e 7 de janeiro de 2015, cinco ações coletivas (*class actions*) foram propostas contra a Companhia perante a Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque, nos Estados Unidos (United States District Court for the Southern District of New York). Estas ações foram consolidadas em 17 de fevereiro de 2015 ("Ação Coletiva Consolidada"). A Corte designou um autor líder, Universities Superannuation Scheme Limited ("USS"), em 4 de março de 2015, que apresentou petição inicial consolidada em 27 de março de 2015, pretendendo representar investidores que: (i) adquiriram valores mobiliários da Petrobras negociados na Bolsa de Nova Iorque ou por meio de outras transações ocorridas nos Estados Unidos da América entre 22 de janeiro de 2010 e 19 de março de 2015 (o "Período da Classe") e que sofreram perdas; (ii) adquiriram as *Notes* emitidas em 2012, de acordo com o registro da Petrobras para emissão de valores mobiliários no mercado americano atualizado em 2009, ou as *Notes* emitidas em 2013 ou as *Notes* emitidas em 2014, de acordo com o registro da Petrobras para emissão de valores mobiliários no mercado americano atualizado em 2012, dentro do Período da Classe e que sofreram perdas; e (iii) adquiriram valores mobiliários da Petrobras no Brasil durante o período da Classe e que também adquiriram valores mobiliários da Petrobras negociados na Bolsa de Nova Iorque ou por meio de outras transações ocorridas nos Estados Unidos da América no mesmo período.

O autor líder da ação coletiva consolidada alega que a Companhia, através de fatos relevantes, comunicados e outras informações arquivadas na SEC, teria reportado informações materialmente falsas e cometido omissões capazes de induzir os investidores a erro, principalmente com relação ao valor de seus ativos, despesas, lucro líquido e eficácia de seus controles internos sobre as demonstrações contábeis e suas políticas anti-corrupção, em função de denúncias de corrupção com relação a determinados contratos, o que teria supostamente elevado de maneira artificial o preço dos valores mobiliários da Petrobras.

Em 17 de abril de 2015, a Petrobras, sua controlada Petrobras Global Finance BV (PGF) e os bancos subscritores de ofertas públicas de títulos ("Bancos Subscritores") apresentaram *Motion to Dismiss*, uma defesa em que são apresentados argumentos jurídicos requerendo a extinção sumária do processo.

Em 9 de julho de 2015, o Juiz emitiu decisão sobre a *Motion to Dismiss*, acolhendo parcialmente os argumentos da Companhia. O Juiz reconheceu, dentre outros pontos, que os pleitos relacionados à emissão de certos títulos de dívida realizada nos EUA em 2012 com base no Securities Act de 1933 estão prescritos e que os pleitos relativos aos valores mobiliários adquiridos no Brasil estão sujeitos à resolução por arbitragem, conforme previsto no Estatuto Social da Petrobras. O Juiz rejeitou os outros argumentos apresentados na *Motion to Dismiss* e, com base nesta decisão, a Ação Coletiva Consolidada prosseguiu quanto aos demais pleitos.

Conforme autorizado pelo Juiz, foram apresentadas novas petições consolidadas em 16 de julho de 2015, 1º de setembro de 2015 e 30 de novembro de 2015. Essa última foi apresentada pelo autor líder USS e três outros autores (Union Asset Management Holding AG; Employees' Retirement System of the State of Hawaii; e North Carolina Department of State Treasurer), contendo os pleitos da Ação Coletiva Consolidada que não foram rejeitados ou que o Juiz autorizou fossem reformulados em sua decisão de 9 de julho de 2015. Essa petição consolidada também estende o Período da Classe até 28 de julho de 2015, além de incluir a Petrobras America Inc. ("PAI") como ré.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Em 7 de dezembro de 2015, a Petrobras, PGF, PAI e os Bancos Subscritores apresentaram *Motion to Dismiss* contra a petição consolidada.

Em 20 de dezembro de 2015, o Juiz emitiu decisão sobre essa *Motion to Dismiss*, acolhendo parcialmente os argumentos da Companhia. Dentre outras decisões, o Juiz rejeitou os pleitos dos autores da petição consolidada baseados na aquisição de títulos emitidos pela Companhia quando não conseguiram provar que foram adquiridos em transações ocorridas nos EUA. O Juiz também rejeitou pleitos baseados no Securities Act de 1933 em relação a certas aquisições quando os autores não conseguiram demonstrar que se basearam em informações divulgadas pela Petrobras. Outros argumentos da *Motion to Dismiss* foram rejeitados, portanto a Ação Coletiva Consolidada continuará quanto aos demais pleitos.

Em 15 de outubro de 2015, os autores apresentaram uma petição requerendo a certificação de classe para a Ação Coletiva Consolidada e, em 6 de novembro de 2015, a Petrobras, PGF, PAI e os Bancos Subscritores apresentaram petição impugnando tal requerimento. Em 2 de fevereiro de 2016, o Juiz acolheu a petição para certificação de classe, determinando que os representantes da classe de investidores cujos pleitos se baseiam no Securities Act serão os autores Employees' Retirement System of the State of Hawaii e North Carolina Department of State Treasurer e o representante da classe dos investidores cujos pleitos se baseiam no *Exchange Act* será o autor Universities Superannuation Scheme Limited.

Adicionalmente à Ação Coletiva Consolidada, até a presente data, 28 ações foram propostas por investidores individuais perante a mesma Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque nos Estados Unidos (Southern District of New York) com alegações similares àquelas apresentadas na ação coletiva. Em 21 de agosto de 2015, a Petrobras, a PGF e os Bancos subscritores de ofertas públicas de títulos apresentaram *Motion to Dismiss* e, em 15 de outubro de 2015, o Juiz acolheu parcialmente essa defesa. O Juiz reconheceu, dentre outros pontos, a prescrição de certos pleitos baseados no Exchange Act, no Securities Act, e em legislações estaduais. O Juiz rejeitou os outros argumentos apresentados na *Motion to Dismiss* e, com base nesta decisão, essas ações terão seguimento. Além disso, uma ação semelhante foi apresentada por investidores individuais no Distrito Leste da Pensilvânia.

O Juiz determinou que a Ação Coletiva Consolidada e as ações individuais serão resolvidas por um júri em um único julgamento que deverá durar no máximo oito semanas; que a audiência de julgamento começará no dia 19 de setembro de 2016; e que qualquer ação individual apresentada após 31 de dezembro de 2015 será suspensa para todos os efeitos até o encerramento do julgamento previsto.

Em 17 de março de 2016, uma nova ação foi iniciada por investidores individuais perante a mesma Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque, apresentando alegações semelhantes àquelas formuladas na Ação Coletiva Consolidada. De acordo com decisão do juiz, esta ação permanecerá suspensa até a conclusão do julgamento das demais ações.

Essas ações estão em estágio preliminar e envolvem questões bastante complexas, sujeitas a incertezas substanciais e que dependem de fatores como: ineditismo de teses jurídicas, informações produzidas no procedimento *probatório* (*discovery*), tempo das decisões judiciais, obtenção de provas em poder de terceiros ou autores, a decisão da corte em questões chave do processo, análises de peritos, o potencial e a intenção de as partes iniciarem negociações de boa-fé para um acordo.

Além disso, as pretensões formuladas são amplas, abrangem vários anos e envolvem uma diversidade de atividades e os autores não indicaram um montante do dano alegado na Ação Coletiva Consolidada ou nas ações individuais.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

As incertezas inerentes a todas estas questões afetam o montante e o tempo da decisão final destas ações. Como resultado, a Companhia não é capaz de produzir uma estimativa confiável da potencial perda nesses litígios.

Caso a decisão do litígio seja contrária ou se houver um acordo, a Companhia poderá ter que pagar valores substanciais, os quais poderão ter um efeito material adverso em sua condição financeira, nos seus resultados ou seu fluxo de caixa consolidados em um determinado período.

A Companhia contratou um escritório de advocacia norte-americano especializado e está se defendendo firmemente em relação às alegações feitas nessas ações.

30.5. Contingências Ativas

Recuperação de PIS e COFINS

A Companhia ajuizou ações ordinárias contra a União referentes à recuperação, por meio de compensação, dos valores recolhidos a título de PIS sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendidos entre fevereiro de 1999 e novembro de 2002, e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o respectivo §1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 18 de novembro de 2010, o Superior Tribunal de Justiça julgou procedente a ação da Petrobras, ajuizada em 2006 para recuperar os valores de COFINS do período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004. Após o trânsito em julgado da ação, a Companhia reconheceu o valor de US\$ 290.

Em relação aos valores de PIS e COFINS recolhidos indevidamente sobre receitas financeiras no período de fevereiro de 1999 a dezembro de 2002, cuja ação foi ajuizada em 2005, a Companhia reconheceu em setembro de 2014 o valor de US\$ 957 (sendo US\$ 360 em outras despesas líquidas e US\$ 597 em resultado financeiro), após o direito à recuperação ter sido reconhecido de forma definitiva, conclusão do levantamento do valor e documentos que possibilitaram o pedido de liquidação judicial.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui US\$ 758 de PIS e COFINS, atualizados monetariamente, registrados em outros ativos realizáveis a longo prazo, que estão em fase de liquidação judicial, conforme detalhado no quadro a seguir:

	31.12.2015
COFINS - Janeiro de 2003 a janeiro de 2004	127
PIS/COFINS - fevereiro de 1999 a novembro de 2002	566
Atualização monetária	65
Saldo atualizado registrado no ativo não circulante	758

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

31. Compromisso de compra de gás natural

Em 18 de agosto de 2014, a Petrobras firmou acordo com a Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos – YPFB, solucionando as divergências existentes na execução do contrato de importação de gás natural boliviano para o mercado brasileiro (Contrato GSA Petrobras-YPFB). O acordo contempla a solução para as diferentes interpretações do GSA, por meio de pagamentos e compensações de parte a parte, além da celebração de um contrato de fornecimento de gás natural visando retomar a operação da termoeletrica UTE Cuiabá a partir de abril de 2014, gerando um desembolso de US\$ 383. Posteriormente, após as compensações apresentadas por cada parte, este acordo foi capaz de gerar um fluxo de caixa positivo líquido para a Petrobras durante seu período de apuração.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor total do Contrato GSA para o período de 2016 a 2019 é de aproximadamente 43,95 bilhões de m³ de gás natural equivalente a 30,08 milhões de m³ por dia, que corresponde a um valor total estimado de US\$ 6,46 bilhões.

32. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP no total de US\$ 1.592 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor US\$ 1.225 líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, US\$ 1.060 correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e US\$ 165 referem-se a garantias bancárias.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

33. Gerenciamento de riscos

A Petrobras está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco relacionado aos preços de petróleo e derivados, às taxas cambiais e de juros, risco de crédito e de liquidez. Na Companhia, os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios da diversificação.

A Companhia instituiu a Diretoria de Governança, Risco e Conformidade, com a missão de assegurar a conformidade processual e mitigar riscos em suas atividades, incluindo os de fraude e corrupção. As matérias submetidas à deliberação da Diretoria Executiva contam, necessariamente, com prévia manifestação favorável desta diretoria quanto à governança, gestão de riscos e conformidade dos procedimentos.

A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde atua, sendo os riscos considerados em todas as decisões e a sua gestão realizada de maneira integrada.

Para a gestão de riscos de mercado/financeiro são adotadas ações preferencialmente estruturais, criadas em decorrência de uma gestão adequada do capital e do endividamento da empresa.

As tabelas a seguir apresentam um resumo das posições de instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2015, reconhecidas como outros ativos e passivos circulantes, além dos valores reconhecidos no resultado, outros resultados abrangentes do exercício e garantias dadas como colaterais por natureza das operações:

	Posição Patrimonial Consolidada				
	Valor nominal		Posição Ativa (Passiva)		Vencimento
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	
Derivativos não designados como Hedge					
Contratos Futuros (*)	(5.694)	(4.314)	38	70	
Compra/Petróleo e Derivados	53.735	84.544	-	-	2016
Venda/Petróleo e Derivados	(59.429)	(88.858)	-	-	2016
Contratos de Opções (*)	123	(594)	10	0,7	
Compra/Petróleo e Derivados	-	(364)	-	(0,4)	2016
Venda/Petróleo e Derivados	123	(230)	10	1,1	2016
Contratos a Termo			6,3	2	
Compra/Câmbio (ARS/USD) (**)	USD 0	USD 10	-	(1)	2016
Compra/Câmbio (BRL/USD) (**)	USD 217	USD 0	6	1	2016
Venda/Câmbio (BRL/USD) (**)	USD 50	USD 249	0,3	2	2016
Derivativos designados como Hedge					
SWAP			(33)	(42)	
Câmbio - cross currency swap (**)	USD 298	USD 298	(16)	(22)	2016
Juros - Libor/taxa fixa (**)	USD 396	USD 419	(17)	(20)	2017
			21,3	31,7	

(*) Valor nominal em mil bbl

(**) Valores em USD estão em milhões.

	Ganhos (perdas) reconhecido no resultado do período (*)			Ganhos (perdas) reconhecidas no patrimônio líquido (**)			Garantias dadas como colaterais	
	2015	2014	2013	2015	2014	2013	31.12.2015	31.12.2014
Derivativos de commodities	238	368	(105)	-	-	-	7	6
Derivativos de moeda	27	(20)	(39)	9	10	10	-	-

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Derivativos de juros	(9)	(11)	-	1	(1)	11	-	-
Derivativo embutido - etanol	-	-	(37)	-	-	-	-	-
	256	337	(181)	10	9	21	7	6
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações (***)	(2.057)	(702)	(303)	(19.075)	(5.741)	(5.923)	-	-
	(1.801)	(365)	(484)	(19.065)	(5.732)	(5.902)	7	6

(*) Valores reconhecidos como resultado financeiro no período

(**) Valores reconhecidos como outros resultados abrangentes no período

(***) Utilizando instrumentos financeiros não-derivativos, conforme nota explicativa 33.2.

A análise de sensibilidade com relação aos diferentes tipos de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta com base em sua posição em instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2015 é apresentada a seguir:

Operações	Risco	Cenário Provável (*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Derivativos não designados como Hedge				
Contratos Futuros	Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	38	(44)	(127)
Contratos a Termo	Câmbio - Desvalorização do BRL frente ao USD	2	(42)	(83)
Contratos a Termo	Câmbio - Valorização do ARS frente ao USD	-	-	-
SWAP	Juros - Queda de taxa de Juros em EUR	-	-	-
Opções	Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	9	9	9
		49	(77)	(201)
Derivativos designados como Hedge				
SWAP		(8)	(59)	(99)
Dívida	Câmbio -Apreciação do JPY frente ao USD	8	59	99
Efeito Líquido		-	-	-
SWAP		4	(2)	(3)
Dívida	Juros - Alta da taxa LIBOR	(4)	2	3
Efeito Líquido		-	-	-

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar - desvalorização do real em 3,7% / Iene x Dólar - desvalorização do iene em 2,9% / Peso x Dólar - desvalorização do peso em 12% / Curva Futura de LIBOR - aumento de 0,31% ao longo da curva. Fonte: Focus e Bloomberg

33.1. Gerenciamento de risco de preços de petróleo e derivados

A Petrobras mantém, preferencialmente, a exposição ao ciclo de preços, evitando utilizar derivativos para proteger operações de compra ou venda de mercadorias cujo objetivo seja atender suas necessidades operacionais. As operações com derivativos existentes referem-se, usualmente, à proteção dos resultados esperados de transações comerciais de curto prazo.

33.2. Gerenciamento de risco cambial

No que se refere ao gerenciamento de riscos cambiais, a Petrobras busca identificá-los e tratá-los considerando uma análise integrada dos negócios aproveitando os benefícios inerentes à diversificação. No curto prazo, o tratamento do risco é realizado por meio da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda.

A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da Companhia.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

a) Hedge de fluxo de caixa envolvendo as exportações futuras altamente prováveis da Companhia

A Companhia designa relações de *hedge* entre “exportações futuras altamente prováveis” (item protegido) e parcelas de certas obrigações (instrumentos de proteção) em dólares norte-americanos para que os efeitos cambiais de ambos sejam reconhecidos ao mesmo momento na demonstração de resultado.

Parcelas dos saldos de principal, juros de endividamentos (não derivativos) e contratos de câmbio a termo foram designados como instrumentos de proteção. Os derivativos vencidos no decorrer do exercício foram substituídos por saldos de principal e juros de dívidas nas relações de *hedge* para os quais haviam sido designados.

As relações de *hedge* individuais foram estabelecidas na proporção de um para um, ou seja, para uma parcela de “exportações futuras altamente prováveis” de cada mês foi designada uma relação de *hedge* individual, protegida por uma parcela do endividamento da Petrobras. A Companhia considera como “exportações futuras altamente prováveis” apenas uma parcela do total das exportações previstas.

Caso as exportações designadas em relação de *hedge* deixem de ser consideradas altamente prováveis, mas continuem previstas, a relação de *hedge* é revogada e a variação cambial acumulada até a data da revogação é mantida no patrimônio líquido, sendo reclassificado para o resultado no momento em que as exportações ocorrerem.

Também podem ocorrer situações em que as exportações designadas em relação de *hedge* deixem de ser previstas. Nesses casos, a variação cambial, referente às dívidas que excederam o total de exportações previstas, acumulada no patrimônio líquido até a data da revogação, é reclassificada imediatamente para o resultado.

Em dezembro de 2015, exportações designadas em relação de *hedge* para alguns meses do ano 2016 deixaram de ser previstas, implicando na revogação da relação de *hedge* e na reclassificação da variação cambial acumulada no patrimônio líquido para o resultado. Essa parcela de variação cambial reconhecida no resultado de dezembro de 2015 foi de US\$ 52.

Os valores dos instrumentos de proteção em 31 de dezembro de 2015, além da realização anual do saldo da variação cambial registrada em outros resultados abrangentes tomando como base uma taxa USD 1,00/ R\$ 3,9048, no patrimônio líquido são apresentados a seguir:

Instrumento de Hedge	Objeto de Hedge	Tipo de Risco protegido	Período de Proteção	Valor principal (US\$ Milhões)	Valor dos Instrumentos de Proteção em 31 de dezembro de 2015 (R\$)
Instrumentos financeiros não derivativos (dívidas e juros)	Parte das Exportações Mensais Futuras Altamente Prováveis	Cambial - Taxa Spot	Janeiro de 2016 a Novembro de 2026	61.520	240.222

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

	US\$	R\$ Milhões
	US\$	R\$
Movimentação do valor de referência (principal)		
Designação em 31 de dezembro de 2014	50.858	135.088
Designação de instrumento de proteção	23.336	81.137
Realização por exportações	(5.401)	(17.704)
Amortização de endividamento	(7.273)	(27.038)
Variação Cambial	-	68.739
Valor em 31 de dezembro de 2015	61.520	240.222

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

A relação entre dívidas designadas em relações de *hedge* e exportações futuras altamente prováveis segue a seguinte distribuição no tempo:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2026	Média
Valor protegido/Exportações futuras altamente prováveis (%)	82	83	80	78	71	61	57	55	49	60

A seguir é apresentada a movimentação da variação cambial registrada em outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2015, a ser realizada pelas exportações:

	Variação cambial	Efeito tributário	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(11.664)	3.966	(7.698)
Reconhecidos no patrimônio líquido	(21.132)	7.185	(13.947)
Transferidos para resultado por realização	2.004	(682)	1.322
Transferidos para resultado por exportações previstas que deixaram de ser esperadas	53	(18)	35
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(30.739)	10.450	(20.289)

Alterações das expectativas de realização de preços e volumes de exportação em futuras revisões dos planos de negócios podem vir a determinar necessidade de reclassificações adicionais de variação cambial acumulada no patrimônio líquido para resultado. Uma análise de sensibilidade com preço médio do petróleo *Brent* mais baixo em US\$ 10/barril que o considerado na última revisão do PNG 2015-2019, indicaria a necessidade de reclassificação de aproximadamente US\$ 416 do patrimônio líquido para o resultado.

A expectativa anual de realização do saldo de variação cambial acumulada no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 é a demonstrada a seguir:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2026	Total
Expectativa de realização	(3.727)	(4.301)	(4.453)	(3.942)	(3.312)	(3.198)	(3.276)	(2.308)	(2.222)	(30.739)

b) Hedge de fluxo de caixa envolvendo contratos de swap - Iene x Dólar

A Companhia também mantém uma operação de *hedge* denominada *cross currency swap* para fixar em dólares norte-americanos os custos relacionados a *Bonds* emitidos em Ienes, não tendo intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento. A relação entre o derivativo e o empréstimo também foi designada como *hedge* de fluxo de caixa.

c) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

O cenário considerado provável e referenciado por fonte externa, além dos cenários possível e remoto que consideram valorização do câmbio (risco) em 25% e 50%, respectivamente, à exceção dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de controladas no exterior, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais, estão descritos a seguir:

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Instrumentos	Exposição em 31.12.2015	Risco	Cenário Provável (*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Ativos	5.433		202	1.358	2.716
Passivos	(66.214)	Dólar / Real	(2.462)	(16.553)	(33.107)
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações	61.520		2.288	15.380	30.760
	739		28	185	369
Passivos (**)	(558)	Yen/Dólar	17	(140)	(279)
Ativos	28	Euro / Real	-	7	14
Passivos	(2.253)		(1)	(563)	(1.127)
	(2.225)		(1)	(556)	(1.113)
Ativos	8.771	Euro / Dólar	(322)	2.193	4.386
Passivos	(15.171)		556	(3.793)	(7.585)
	(6.400)		234	(1.600)	(3.199)
Ativos	7	Libra / Real	1	2	4
Passivos	(26)		(2)	(6)	(13)
	(19)		(1)	(4)	(9)
Ativos	2.332	Libra / Dólar	45	583	1.166
Passivos	(4.955)		(96)	(1.239)	(2.477)
	(2.623)		(51)	(656)	(1.311)
Ativos	597	Dólar / Peso	66	149	298
Passivos	(634)		(70)	(159)	(317)
	(37)		(4)	(10)	(19)
	(11.123)		222	(2.781)	(5.561)

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar - desvalorização do real em 3,7% / Iene x Dólar - desvalorização do iene em 2,9% / Peso x Dólar - desvalorização do peso em 12,0% / Euro x Dólar - desvalorização do euro em 3,5% / Libra x Dólar - valorização da libra em 1,9% / Real x Euro - valorização do real em 0,1% / Real x Libra - desvalorização do real em 5,7%. Fonte: Focus e Bloomberg

(**) Parte da exposição está protegida pelo derivativo Cross Currency Swap

33.3. Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Petrobras, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar a exposição às flutuações das taxas de juros, em função de não acarretarem impacto relevante, exceto em função de situações específicas apresentadas por controladas da Petrobras.

33.4. Gestão de Capital

A gestão de capital da Companhia tem como objetivo a manutenção de sua estrutura de capital em níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores. As principais fontes de recursos da empresa têm sido sua geração operacional de caixa e os recursos de terceiros obtidos através de empréstimos, emissões de títulos no mercado de capitais internacional e desinvestimentos. A empresa mantém um perfil de endividamento adequado aos prazos de maturação dos seus investimentos, com prazo médio de amortização em torno de sete anos.

O endividamento líquido é calculado através da soma do endividamento de curto e de longo prazo, subtraído de caixa e equivalentes de caixa e dos títulos públicos federais e *time deposits* com vencimento superior a três meses. O EBITDA ajustado é o lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda/contribuição social, depreciação/amortização, participação em investimentos e perda no valor recuperável de ativos (*impairment*). Tais medidas não são definidas segundo as normas internacionais de contabilidade - IFRS e não devem ser consideradas isoladamente ou em substituição às métricas de lucro, endividamento e geração de caixa operacional em IFRS, tampouco ser base de comparação com os indicadores de outras empresas.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

	2015	2014
Endividamento Total	126.216	132.158
Caixa e equivalentes de Caixa	(25.058)	(16.655)
Títulos públicos federais e Time Deposits (vencimento superior a 3 meses)	(779)	(9.302)
Endividamento líquido	100.379	106.201
Endividamento líquido/(endividamento líquido+patrimônio líquido)	60%	48%
EBITDA Ajustado	22.760	24.966
Índice de Dívida Líquida/EBITDA ajustado	4,41	4,25

O desenvolvimento de novos projetos na indústria de petróleo e gás natural envolve prazos de maturação longos e utilização intensiva de recursos financeiros, fazendo com que a Companhia possa apresentar investimentos maiores que a geração de caixa operacional durante determinados períodos. A manutenção do preço do petróleo nos níveis atuais, por um longo período, pode também impactar a capacidade de geração operacional de caixa. Dessa forma, a Companhia pode conviver temporariamente com a piora de seus indicadores até que os investimentos realizados estejam gerando caixa e/ou outros ajustes decorrentes da revisão do Plano de Negócios e Gestão em andamento sejam implementados.

Além disso, o plano de desinvestimento para o biênio 2015-2016, no valor total US\$ 15,1 bilhões, faz parte do planejamento financeiro da Companhia que visa à redução da alavancagem, preservação do caixa e concentração nos investimentos prioritários, notadamente de produção de óleo & gás no Brasil em áreas de elevada produtividade e retorno.

Entretanto, essa carteira de desinvestimento é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações dependerá das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios da Companhia, não atendendo, por estes motivos as condições de classificação para ativos mantidos para venda, conforme definido na nota explicativa 4.12.

33.5. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado de atuação.

A carteira de crédito comercial é bastante diversificada entre clientes do mercado interno do país e de mercados do exterior. O crédito concedido a instituições financeiras é utilizado na aceitação de garantias, na aplicação de excedentes de caixa e como contrapartes em operações de derivativos e está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados “grau de Investimento” pelas classificadoras internacionais de riscos e os mais importantes bancos brasileiros.

33.5.1. Qualidade do crédito de ativos financeiros

a) Contas a receber de clientes

A maior parte dos clientes da Petrobras não possui classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Desta forma, as comissões de crédito avaliam a qualidade do crédito levando em consideração, entre outros aspectos, o ramo de atuação do cliente, relacionamento comercial, histórico financeiro com a Petrobras, sua situação financeira, assim definindo limites de crédito, os quais são regularmente monitorados.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

b) Outros ativos financeiros

A qualidade do crédito de ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários tem como base a classificação de risco concedida por agências avaliadoras Standard & Poor's, Moody's e Fitch. As informações sobre estes ativos financeiros, que não estão vencidos e sem evidências de perdas, estão dispostas a seguir:

	Caixa e equivalentes de caixa		Títulos e valores mobiliários	
	2015	2014	2015	2014
AAA	-	21	-	-
AA	567	100	-	-
A	18.947	8.145	-	20
BBB	3.601	1.501	67	91
BB	167	-	-	-
B	7	-	-	-
AAA.br	1.688	5.221	779	9.281
AA.br	11	926	-	-
Outras classificações	70	741	22	40
	25.058	16.655	868	9.432

33.6. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas e é gerenciado pela Companhia através de ações como: centralização do caixa do sistema, otimizando as disponibilidades e reduzindo a necessidade de capital de giro; caixa mínimo robusto que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto prazo, mesmo em caso de mercado adverso; ampliação das fontes de financiamento, explorando a capacidade de financiamento dos mercados doméstico e internacional, mantendo uma forte presença no mercado de capitais e buscando novas fontes de financiamento com novos produtos de captação de recursos e em novos mercados.

Ao longo de 2015, a Companhia utilizou as fontes tradicionais de financiamento (Export Credit Agency – ECAs, mercado bancário, mercado de capitais e bancos de desenvolvimento) para captar os recursos necessários para a rolagem da dívida e financiamento dos nossos investimentos. Em 2016, a Companhia espera contar com as fontes tradicionais de captação, com novos mercados e com os recursos oriundos do programa de desinvestimentos para suprir sua necessidade de liquidez.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	31.12.2015	31.12.2014
Principal	13,000	11,450	16,166	22,672	15,449	48,617	127,354	133,358
Juros	6,621	6,014	5,585	4,624	3,404	32,790	59,038	46,346
Total	19,621	17,464	21,751	27,296	18,853	81,407	186,392	179,704

33.7. Seguros (não auditado)

Para proteção do seu patrimônio, a Petrobras transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. Os demais riscos são objeto de autosseguro, com a Petrobras, intencionalmente, assumindo o risco integral, mediante ausência de seguro. A Companhia assume parcela expressiva de seu risco, contratando franquias que podem chegar ao montante equivalente a US\$ 25.

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2015 podem ser assim demonstradas:

Ativo	Tipos de cobertura	Importância segurada
	Incêndio, riscos operacionais e riscos de engenharia	124.311
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Cascos	2.585
Navios-tanque e embarcações auxiliares	Riscos de petróleo	26.353
Plataformas fixas, sistemas flutuantes de produção e unidades de perfuração marítimas		
Total		153.249

A Petrobras não faz seguros de lucros cessantes, controle de poços (operações no Brasil), automóveis e da malha de dutos no Brasil.

34. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta desta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, a dívida de curto prazo e outros ativos não circulantes e os passivos são os mesmos ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

- Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

	Valor justo medido com base em			Total do valor justo contabilizado
	Nível I	Nível II	Nível III	
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	785	-	-	785
Derivativos de commodities	48	-	-	48
Derivativos de Moeda Estrangeira	-	6,3	-	6,3
Saldo em 31 de dezembro de 2015	833	6,3	-	839,3
Saldo em 31 de dezembro 2014	2.781,7	2	-	2.783,7
Passivos				
Derivativos de Moeda Estrangeira	-	(16)	-	(16)
Derivativos de Juros	-	(17)	-	(17)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(33)	-	(33)
Saldo em 31 de dezembro 2014	-	(42)	-	(42)

Não há transferências relevantes entre os níveis.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor justo estimado para os financiamentos de longo prazo da Companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 17.

35. Eventos subsequentes

Revisão do Modelo de Gestão e Governança da Petrobras

Em 28 de janeiro de 2016, a Companhia divulgou sua nova estrutura organizacional e seu novo modelo de gestão e governança, com o objetivo de alinhar a organização à nova realidade do setor de óleo e gás e priorizar a rentabilidade e disciplina de capital. O novo modelo de gestão não prevê a descontinuidade de negócios da Companhia, porém envolve unificação de atividades.

Dessa forma, a atual estrutura de informações segmentadas será reavaliada, a fim de fornecer aos gestores informações suficientes para avaliação do desempenho dos negócios, bem como, para a tomada de decisão sobre a alocação de recursos e /ou investimentos.

Ação movida pela EIG relativa à Sete Brasil

Em 23 de fevereiro de 2016, EIG Management Company (EIG) e afiliadas propuseram ação judicial em face da Petrobras perante corte federal em Washington, EUA, alegando que a Companhia teria praticado fraude ao induzir os autores a investir na Sete Brasil Participações S.A. ("Sete"), através de comunicações que teriam deixado de revelar o suposto esquema de corrupção em que a Petrobras e a "Sete" estavam alegadamente envolvidas e que os investimentos dos autores na "Sete" permitiram à Petrobras perpetuar e expandir o esquema de corrupção. A Petrobras ainda não foi notificada nesta ação.

Captações no mercado bancário

Em 26 de fevereiro de 2016, a Petrobras assinou um Termo de Compromisso (*Term Sheet*) com China Development Bank – CDB, para a captação de US\$ 10 bilhões.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado em contrário)

Em paralelo à assinatura do termo de compromisso, já estão em negociação as minutas dos contratos do financiamento, que preveem a execução de um acordo comercial de fornecimento de petróleo para empresas chinesas, em bases similares ao executado pelas partes em 2009.

Rescisão do contrato de venda de 20% nas concessões de Bijupirá e Salema

Em 26 de fevereiro de 2016, foram rescindidos pela Petro Rio S.A. os contratos de venda assinados com a Companhia em 1º de julho de 2015, relativos à venda da participação de 20% nas concessões dos campos de Bijupirá e Salema (BJS) e na empresa holandesa BJS Oil Operations B.V. (BJSOO BV). Desta forma, a Companhia permanece com estas participações em parceria com a Shell Brasil Petróleo Ltda., que detém os 80% restantes na participação e opera os campos.

De acordo com as condições contratuais, com a aprovação do CADE em 10 de agosto de 2015, foram recebidos pela Companhia o montante de US\$ 5 milhões a título de adiantamento que deverão ser integralmente devolvidos.

Incentivo à exploração e à produção de petróleo e gás natural

Em 3 de março de 2016, o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE emitiu a Resolução no. 2 autorizando a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP a prorrogar os prazos de vigência dos Contratos de Concessão firmados na Rodada Zero, estabelecendo diretrizes para esse processo, bem como determinou que a ANP notifique as operadoras cujos campos estão sem produção nos últimos seis meses, solicitando um posicionamento quanto à retomada da produção, transferência de direitos ou devolução do mesmo. A Resolução também prorroga o regime aduaneiro especial de bens destinados às atividades de pesquisa e lavra de petróleo e gás, REPETRO, e solicita ao Ministério de Minas e Energia que conclua os estudos para proposição dos parâmetros para contratação em regime de partilha de áreas unitizáveis no Pré-Sal.

Desembolso do contrato de financiamento com o ICBC Leasing (sale - leaseback)

Em 8 de março de 2016, a Companhia informou que foi desembolsado naquele dia, o montante de US\$ 1 bilhão pelo ICBC Leasing (Industrial and Commercial Bank of China Leasing), proveniente de estrutura financeira que envolve a plataforma P-52, conforme anunciado ao mercado em 13 de outubro de 2015.

Nessa modalidade de financiamento, a P-52 foi alienada ao banco em troca do desembolso do montante combinado. A dívida é paga por meio do aluguel da unidade e, ao final do repagamento da dívida, a plataforma volta a ser de propriedade da Companhia. A operação tem prazo de dez anos.

36. Informação sobre Títulos Emitidos por Subsidiárias e Garantidos pela Petrobras

Petrobras Global Finance B.V. (PGF)

A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras garante total e incondicionalmente os títulos de dívida emitidos pela Petrobras Global Finance BV (PGF), uma subsidiária 100% financeira da Petrobras. Não existem restrições significativas sobre a capacidade da Petrobras em obter recursos através da PGF.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Informação Complementar sobre Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (não auditada)

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando especificamente indicado)

Informação Complementar sobre Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (não auditada)

Esta seção contém informações adicionais sobre as atividades de exploração e produção de petróleo e gás da Companhia, em conformidade com o Tópico de Codificação 932 – Atividades de Extração - Petróleo e Gás, emitido pela da “*Securities and Exchange Commission*” (SEC). Os itens (i) a (iii) contêm informações sobre custos históricos, referentes aos custos incorridos em exploração, aquisição e desenvolvimento de áreas, custos capitalizados e resultados das operações. Os itens (iv) e (v) contêm informações sobre o volume de reservas provadas estimadas líquidas da Petrobras, a mensuração padronizada dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados relativos às reservas provadas, e mudanças das estimativas dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados.

O Governo Federal iniciou em 1995 uma ampla reforma do sistema brasileiro de regulamentação do setor de petróleo e gás. Em 9 de novembro de 1995, a Constituição Federal brasileira foi alterada para autorizar a contratação pelo Governo Federal de outras empresas estatais ou mesmo do setor privado para prestar serviços referentes aos segmentos de exploração e produção (*upstream*) e de distribuição e varejo (*downstream*) da indústria brasileira de petróleo e gás, fazendo com que a Petrobras deixasse de exercer o efetivo monopólio do setor. Essa alteração foi introduzida pela Lei do Petróleo, que liberalizou o mercado de combustíveis no País a partir de 1º de janeiro de 2002.

A Lei do Petróleo estabeleceu uma estrutura de regulamentação que pôs fim ao monopólio da Petrobras e possibilitou a concorrência em todos os aspectos da indústria brasileira de petróleo e gás. Segundo a Lei do Petróleo, à Petrobras foi outorgado direito exclusivo de explorar reservas de petróleo pelo período de 27 anos em todos os campos cuja produção já tivesse sido iniciada pela Companhia. Contudo, a Lei do Petróleo estabeleceu um mecanismo pelo qual a Petrobras pudesse requerer direitos de exploração exclusivos (e, em caso de sucesso, também de desenvolvimento) por um período de até três anos em relação aos blocos em que tenha realizado descobertas comerciais ou promovido investimentos na exploração. Para requerer o direito de explorar e desenvolver essas áreas, a Companhia era obrigada a comprovar a capacidade financeira para realizar essas atividades, com recursos próprios ou por meio de financiamentos ou parcerias.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2015, mantém atividades na América do Sul, que inclui Argentina, Colômbia e Bolívia; na América do Norte, que inclui o México e os Estados Unidos da América; e Turquia (outros). As informações apresentadas relativas a investidas por equivalência patrimonial se referem às operações da Petrobras Oil and Gas B.V. (PO&G) na África, com destaque para Nigéria, e de empresas na Venezuela atuantes em atividades de exploração e produção. Contudo, somente nos países Argentina, Estados Unidos da América, Nigéria e Venezuela, a Companhia registra Reservas.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Informação Complementar sobre Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (não auditada)
(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando especificamente indicado)

(i) Custos capitalizados relativos às atividades de produção de petróleo e gás

A tabela a seguir apresenta o resumo dos custos capitalizados referentes às atividades de exploração e produção de petróleo e gás, juntamente com as correspondentes depreciação, exaustão e amortização acumuladas, e provisões para abandono:

	Consolidado						Investimentos por Equivalência Patrimonial	
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Total	Total	
31 de dezembro de 2015								
Reservas de petróleo e gás não provadas	6.720	133	396	-	-	529	7.249	-
Reservas de petróleo e gás provadas	70.822	2.016	4.107	-	-	6.123	76.945	2.899
Equipamentos de suporte	70.931	1.066	65	-	4	1.135	72.066	88
Custos capitalizados brutos	148.473	3.215	4.568	-	4	7.787	156.260	2.987
Depreciação, depleção e amortização	(40.763)	(2.037)	(1.574)	-	(4)	(3.615)	(44.378)	(1.282)
Ativos em construção	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos capitalizados, líquidos	107.710	1.178	2.994	-	-	4.172	111.882	1.705
31 de dezembro 2014								
Reservas de petróleo e gás não provadas	9.298	72	673	-	-	745	10.043	9
Reservas de petróleo e gás provadas	96.520	2.007	4.247	-	-	6.254	102.774	4.542
Equipamentos de suporte	79.497	1.181	78	-	3	1.262	80.759	26
Custos capitalizados brutos	185.315	3.260	4.998	-	3	8.261	193.576	4.577
Depreciação, depleção e amortização	(46.691)	(1.753)	(1.274)	-	(3)	(3.030)	(49.721)	(1.819)
Imobilizado em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos capitalizados, líquidos	138.624	1.507	3.724	-	-	5.231	143.855	2.758
31 de dezembro 2013								
Reservas de petróleo e gás não provadas	21.261	826	685	22	-	1.533	22.794	-
Reservas de petróleo e gás provadas	82.389	2.410	5.907	-	-	8.317	90.706	3.972
Equipamentos de suporte	81.436	360	(274)	(15)	4	75	81.511	1
Custos capitalizados brutos	185.086	3.596	6.319	7	4	9.926	195.012	3.973
Depreciação, depleção e amortização	(44.626)	(2.045)	(948)	-	(4)	(2.997)	(47.623)	(1.455)
Imobilizado em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos capitalizados, líquidos	140.460	1.551	5.370	7	-	6.929	147.389	2.518

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Informação Complementar sobre Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (não auditada)
(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando especificamente indicado)

(ii) Custos incorridos na aquisição, exploração e desenvolvimento de campos de petróleo e gás

	Consolidado						Investimentos	
	Internacional		por Equivalência Patrimonial					
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África (*)	Outros	Total	Total	
Em 31 de dezembro de 2015								
Aquisição de campos com reservas:								
Provadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Não provadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos de exploração	3.266	59	83	-	-	142	3.408	10
Custos de desenvolvimento	15.536	451	397	-	-	848	16.384	431
Total	18.802	510	480	-	-	990	19.792	441
Em 31 de dezembro de 2014								
Aquisição de campos com reservas:								
Provadas	-	89	-	-	-	89	89	-
Não provadas	54	-	-	-	-	-	54	-
Custos de exploração	5.455	122	135	15	-	272	5.727	-
Custos de desenvolvimento	18.158	546	418	-	-	964	19.122	638
Total	23.667	757	552	15	-	1.325	24.992	638
Em 31 de dezembro de 2013								
Aquisição de campos com reservas:								
Provadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Não provadas	2.791	-	-	-	-	-	2.791	-
Custos de exploração	6.814	183	397	1	1	582	7.396	-
Custos de desenvolvimento	16.732	673	1.138	282	2	2.095	18.827	237
Total	26.337	856	1.535	283	3	2.677	29.014	237

(iii) Resultados das atividades de produção de petróleo e gás

Os resultados das operações da Companhia referentes às atividades de produção de petróleo e gás natural para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 são apresentados na tabela a seguir. A Companhia transfere substancialmente toda a sua produção nacional de petróleo bruto e gás natural para o seu segmento de Abastecimento no Brasil. Os preços de transferência calculados através da metodologia adotada pela Companhia podem não ser indicativos do preço que a Companhia poderia conseguir pelo produto se o mesmo fosse comercializado em um mercado à vista não regulado. Além disso, os preços calculados através dessa metodologia também podem não ser indicativos dos preços futuros a serem realizados pela Companhia. Os preços adotados para gás natural são aqueles contratados com terceiros.

Os custos de produção são os custos de extração incorridos para operar e manter poços produtivos e os correspondentes equipamentos e instalações, que incluem custos de mão-de-obra, de materiais, suprimentos, combustível consumido nas operações e o custo de operação de unidades de processamento de gás natural.

As despesas de exploração incluem os custos de atividades geológicas e geofísicas e de projetos sem viabilidade econômica. As despesas de depreciação, depleção e amortização referem-se aos ativos empregados nas atividades de exploração e de desenvolvimento. De acordo com o Tópico de Codificação 932 da SEC – Atividades de Extração - Petróleo e Gás Natural, o imposto de renda se baseia nas alíquotas nominais, considerando as deduções permitidas. Despesas e receitas financeiras não foram contempladas nos resultados a seguir.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Informação Complementar sobre Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (não auditada)
(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando especificamente indicado)

(iii) Resultados das atividades de produção de petróleo e gás

	Consolidado						Investimentos por Equivalência Patrimonial	
	Internacional							
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Total	Total	
Em 31 de dezembro de 2015								
Receitas operacionais líquidas:								
Vendas a terceiros	2.867	303	590	-	-	893	3.760	561
Intersegmentos	30.951	969	-	-	-	969	31.920	19
Custos de produção	(17.023)	(556)	(189)	-	-	(745)	(17.768)	(209)
Despesas de exploração	(1.582)	(18)	(311)	-	-	(329)	(1.911)	(30)
Depreciação, exaustão e amortização	(7.403)	(301)	(246)	-	-	(547)	(7.950)	(187)
Impairment dos ativos de produção de petróleo e gás natural	(9.165)	(207)	(458)	-	-	(665)	(9.830)	(278)
Outras despesas operacionais	(2.932)	47	(91)	-	(160)	(204)	(3.136)	(43)
Resultado antes dos impostos	(4.287)	237	(705)	-	(160)	(628)	(4.915)	(167)
Imposto de renda e contribuição social	1.458	(77)	1	-	16	(60)	1.398	(84)
Resultados das operações (líquidos de custos fixos corporativos e de juros)	(2.829)	160	(704)	-	(144)	(688)	(3.517)	(251)
Em 31 de dezembro de 2014								
Receitas operacionais líquidas:								
Vendas a terceiros	500	847	919	-	-	1.766	2.266	676
Intersegmentos	65.116	1.234	-	-	-	1.234	66.350	1.394
Custos de produção	(27.397)	(998)	(227)	-	-	(1.225)	(28.622)	(579)
Despesas de exploração	(2.882)	(28)	(142)	(15)	-	(185)	(3.067)	(280)
Depreciação, exaustão e amortização	(7.675)	(352)	(558)	-	-	(910)	(8.585)	(174)
Impairment dos ativos de produção de petróleo e gás natural	(2.133)	(87)	(1.585)	(6)	-	(1.678)	(3.811)	(74)
Outras despesas operacionais	(2.827)	1.059	(112)	2	113	1.063	(1.764)	(8)
Resultado antes dos impostos	22.702	1.675	(1.705)	(20)	113	64	22.766	954
Imposto de renda e contribuição social	(7.719)	(490)	(4)	-	17	(477)	(8.196)	(653)
Resultados das operações (líquidos de custos fixos corporativos e de juros)	14.983	1.186	(1.709)	(20)	130	(413)	14.570	301
Em 31 de dezembro de 2013								
Receitas operacionais líquidas:								
Vendas a terceiros	1.114	1.033	513	206	-	1.752	2.866	546
Intersegmentos	67.096	1.708	-	674	-	2.382	69.478	762
Custos de produção	(26.465)	(1.420)	(177)	(65)	-	(1.663)	(28.128)	(197)
Despesas de exploração	(2.784)	(61)	(88)	(28)	(3)	(180)	(2.964)	(2)
Depreciação, exaustão e amortização	(7.814)	(519)	(322)	(89)	-	(931)	(8.745)	(263)
Impairment dos ativos de produção de petróleo e gás natural	(4)	1	(14)	(560)	-	(573)	(577)	-
Outras despesas operacionais	(1.345)	(256)	(75)	(50)	1.748	1.367	22	-
Resultado antes dos impostos	29.798	486	(162)	86	1.744	2.154	31.952	847
Imposto de renda e contribuição social	(10.131)	(141)	(2)	(367)	(1)	(510)	(10.642)	(348)
Resultados das operações (líquidos de custos fixos corporativos e de juros)	19.667	345	(164)	(281)	1.744	1.644	21.311	498

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Informação Complementar sobre Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (não auditada)
(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando especificamente indicado)

(iv) Informações sobre reservas

As reservas provadas líquidas de petróleo e gás natural estimadas pela Companhia e as correspondentes movimentações para os exercícios de 2015, 2014 e 2013 estão apresentadas no quadro a seguir. As reservas provadas foram estimadas por profissionais de geoengenharia especialistas da Companhia, em conformidade com os conceitos de reservas definidos pela *Securities and Exchange Commission*.

Reservas provadas de petróleo e gás natural são os volumes de petróleo e gás natural que, mediante análise de dados geocientíficos e de engenharia, podem ser estimadas com certeza razoável como sendo, a partir de uma determinada data, economicamente recuperáveis de reservas conhecidas e com as condições econômicas, técnicas operacionais e normas governamentais existentes, até o vencimento dos contratos que prevêm o direito de operação, salvo se evidências dêem certeza razoável da renovação, independentemente de serem usadas técnicas determinísticas ou probabilísticas nas estimativas. O empreendimento de extração dos hidrocarbonetos deve ter sido iniciado ou o operador deve ter razoável certeza de que o empreendimento será iniciado dentro de um prazo razoável.

Reservas desenvolvidas de petróleo e gás são reservas de qualquer categoria passíveis de serem recuperadas: (i) através de poços, equipamentos e métodos operacionais existentes ou em que o custo dos equipamentos necessários é relativamente menor comparado com o custo de um novo poço; e (ii) através de equipamentos de extração instalados e infraestrutura em operação no momento da estimativa das reservas, caso a extração seja feita por meios que não incluam um poço.

Em alguns casos, há a necessidade de novos investimentos substanciais em poços adicionais e equipamentos para recuperação dessas reservas provadas. Devido às incertezas inerentes e aos dados limitados sobre as reservas, as estimativas das reservas estão sujeitas a ajustes à medida que se obtém conhecimento de novas informações.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Informação Complementar sobre Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (não auditada)
(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando especificamente indicado)

(iv) Informações sobre reservas

O quadro a seguir apresenta um resumo das movimentações anuais nas reservas provadas de petróleo (em milhões de barris):

Reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas	Exterior**						Consolidado	Investidas por Equivalência Patrimonial
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Total	Oléo Sintético	Total	
Reservas em 31.12.2012	10.539,2	175,4	74,0	140,2	389,6	8,3	10.937,1	24,3
Transferência por perda de controle*	-	-	-	(140,2)	(140,2)	-	(140,2)	140,2
Revisão de estimativas anteriores	(110,0)	13,4	21,9	-	35,4	1,3	(73,4)	1,8
Extensões e descobertas	818,3	-	33,0	-	33,0	-	851,4	-
Recuperação melhorada	124,2	-	-	-	-	-	124,2	-
Vendas de reservas	(42,3)	-	(1,5)	-	(1,5)	-	(43,8)	(65,4)
Produção no ano	(671,0)	(22,8)	(4,3)	-	(27,1)	(0,8)	(698,9)	(16,5)
Reservas em 31.12.2013	10.658,4	166,0	123,1	-	289,2	8,8	10.956,4	84,5
Revisão de estimativas anteriores	629,3	(3,2)	5,3	-	2,1	0,2	631,6	(1,1)
Extensões e descobertas	267,7	3,0	1,6	-	4,6	-	272,3	-
Recuperação melhorada	-	0,5	-	-	0,5	-	0,5	-
Vendas de reservas	-	(104,4)	(0,1)	-	(104,5)	-	(104,5)	-
Aquisição de reservas	-	22,9	-	-	22,9	-	22,9	-
Produção no ano	(704,6)	(18,3)	(10,0)	-	(28,3)	(1,1)	(734,0)	(11,3)
Reservas em 31.12.2014	10.850,9	66,5	119,9	-	186,5	7,9	11.045,1	72,1
Revisão de estimativas anteriores	(1.968,9)	(3,5)	(18,1)	-	(21,6)	0,1	(1.990,4)	3,1
Extensões e descobertas	407,1	4,8	-	-	4,8	-	411,9	-
Recuperação melhorada	0,4	0,7	-	-	0,7	-	1,1	16,2
Vendas de reservas	(2,3)	(4,5)	-	-	(4,5)	-	(6,8)	-
Produção no ano	(743,1)	(11,7)	(11,2)	-	(22,8)	(1,0)	(767,0)	(10,9)
Reservas em 31.12.2015	8.544,1	52,3	90,6	-	142,9	6,9	8.693,9	80,4

(*) Valores transferidos em função da desconsolidação da PO&G.

(**) Em 2013 inclui o valor de 105 milhões de barris referente a ativos mantidos para venda.

Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos

A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Informação Complementar sobre Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (não auditada)
(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando especificamente indicado)

(iv) Informações sobre reservas

O quadro a seguir apresenta um resumo das movimentações anuais de reservas provadas de gás natural (em bilhões de pés cúbicos):

Reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas	Consolidado							Investidas por Equivalência Patrimonial
	Exterior**					Gás Sintético	Total	
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Total			
Reservas em 31.12.2012	10.344,6	1.083,7	67,7	45,5	1.196,9	13,3	11.554,8	47,8
Transferência por perda de controle*	-	-	-	(45,5)	(45,5)	-	(45,5)	45,5
Revisão de estimativas anteriores	(291,2)	75,2	2,6	-	77,8	(0,1)	(213,5)	(8,0)
Extensões e descobertas	1.113,0	-	80,4	-	80,4	-	1.193,4	-
Recuperação melhorada	916,0	-	-	-	-	-	916,0	-
Vendas de reservas	(17,3)	-	(13,4)	-	(13,4)	-	(30,7)	(22,8)
Aquisição de reservas	0,4	-	-	-	-	-	0,4	-
Produção no ano	(773,8)	(100,4)	(4,4)	-	(104,8)	(1,4)	(880,0)	(0,6)
Reservas em 31.12.2013	11.291,7	1.058,5	132,9	0,0	1.191,4	11,8	12.494,8	61,9
Revisão de estimativas anteriores	468,0	25,5	46,1	-	71,6	0,1	539,7	(14,4)
Extensões e descobertas	216,0	42,1	6,0	-	48,1	-	264,1	-
Recuperação melhorada	-	10,8	-	-	10,8	-	10,8	-
Vendas de reservas	-	(351,7)	(0,1)	-	(351,8)	-	(351,8)	-
Aquisição de reservas	-	47,1	-	-	47,1	-	47,1	-
Produção no ano	(805,4)	(101,5)	(4,9)	-	(106,4)	(1,4)	(913,2)	(0,6)
Reservas em 31.12.2014	11.170,3	730,8	180,0	0,0	910,8	10,6	12.091,5	46,9
Revisão de estimativas anteriores	(1.178,3)	16,8	(17,0)	-	(0,2)	0,2	(1.178,3)	(13,1)
Extensões e descobertas	417,6	74,6	-	-	74,6	-	492,2	-
Recuperação melhorada	0,2	27,7	-	-	27,7	-	27,9	-
Vendas de reservas	(1,3)	(90,2)	-	-	(90,2)	-	(91,5)	-
Aquisição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Produção no ano	(820,8)	(79,2)	(24,5)	-	(103,7)	(1,4)	(925,9)	(0,3)
Reservas em 31.12.2015	9.587,7	680,5	138,5	-	819,1	9,3	10.416,1	33,5

*Valores transferidos em função da desconsolidação da PO&G.

**Em 2013 inclui o valor de 363 bilhões de pés cúbicos referente a ativos mantidos para venda.

Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos.

A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Informação Complementar sobre Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (não auditada)

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando especificamente indicado)

(iv) Informações sobre reservas

	2015				2014				2013			
	Óleo		Gás Natural	Gás Sintético	Óleo		Gás Natural	Gás Sintético	Óleo		Gás Natural	Gás Sintético
	Óleo Bruto	Sintético			Óleo Bruto	Sintético			Óleo Bruto	Sintético		
	(milhões de barris)		(bilhões de pés cúbicos)		(milhões de barris)		(bilhões de pés cúbicos)		(milhões de barris)		(bilhões de pés cúbicos)	
Reservas provadas desenvolvidas, líquidas:												
Entidades Consolidadas												
Brasil	4.266,5	6,9	5.320,5	9,3	7.002,7	7,9	6.661,0	10,6	6.509,3	8,8	6.578,9	11,8
América do Sul	39,7	-	366,3	-	52,0	-	358,2	-	86,0	-	368,4	-
América do Norte	53,6	-	122,5	-	63,6	-	146,2	-	46,2	-	9,9	-
Exterior	93,4	-	488,8	-	115,6	-	504,3	-	132,2	-	378,3	-
Total Entidades Consolidadas	4.359,8	6,9	5.809,3	9,3	7.118,3	7,9	7.165,4	10,6	6.641,6	8,8	6.957,3	11,8
Entidades não Consolidadas												
América do Sul	6,6	-	8,0	-	9,4	-	15,7	-	12,4	-	14,9	-
África	28,0	-	10,4	-	30,8	-	14,4	-	37,3	-	15,7	-
Exterior	34,7	-	18,4	-	40,2	-	30,1	-	49,8	-	30,5	-
Total Entidades não Consolidadas	34,7	-	18,4	-	40,2	-	30,1	-	49,8	-	30,5	-
Total Entidades Consolidadas e não Consolidadas	4.394,5	6,9	5.827,7	9,3	7.158,5	7,9	7.195,5	10,6	6.691,4	8,8	6.987,8	11,8
Reservas provadas não desenvolvidas, líquidas:												
Entidades Consolidadas												
Brasil	4.277,7	-	4.267,2	-	3.848,2	-	4.509,2	-	4.149,1	-	4.712,7	-
América do Sul	12,5	-	314,2	-	14,6	-	372,5	-	80,1	-	690,1	-
América do Norte	37,0	-	16,0	-	56,4	-	33,8	-	77,0	-	123,1	-
Exterior	49,5	-	330,3	-	71,0	-	406,3	-	157,1	-	813,2	-
Total Entidades Consolidadas	4.327,2	-	4.597,5	-	3.919,2	-	4.915,5	-	4.306,2	-	5.525,9	-
Entidades não Consolidadas												
América do Sul	7,9	-	8,9	-	8,6	-	11,9	-	8,8	-	26,4	-
África	37,8	-	6,2	-	23,3	-	4,9	-	25,9	-	4,9	-
Exterior	45,7	-	15,1	-	31,9	-	16,8	-	34,7	-	31,3	-
Total Entidades não Consolidadas	45,7	-	15,1	-	31,9	-	16,8	-	34,7	-	31,3	-
Total Entidades Consolidadas e não Consolidadas	4.372,9	-	4.612,6	-	3.951,1	-	4.932,3	-	4.340,8	-	5.557,2	-

Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos.

A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Informação Complementar sobre Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (não auditada)
(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando especificamente indicado)

(v) Mensuração padronizada dos fluxos de caixa futuros descontados líquidos relacionados a volumes provados de petróleo e gás e correspondentes movimentações

A mensuração padronizada dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados, referentes às reservas provadas de petróleo e gás natural mencionadas anteriormente, é feita em conformidade com o Tópico de Codificação 932 da SEC – Atividades de Extração - Petróleo e Gás Natural.

As estimativas de futuras entradas de caixa da produção são calculadas pela aplicação do preço médio durante o período de 12 meses anterior à data de fechamento, determinado como uma média aritmética não ponderada do preço do primeiro dia de cada mês dentro desse período, a menos que os preços sejam definidos por acordos contratuais, excluindo indexadores baseados em condições futuras. As variações nos preços futuros se limitam às variações previstas em contratos existentes no fim de cada exercício. Os custos futuros de desenvolvimento e produção correspondem aos dispêndios futuros estimados necessários para desenvolver e extrair as reservas provadas estimadas no fim do exercício com base em indicações de custo no fim do exercício, tendo como premissa a continuidade das condições econômicas no fim do exercício. A estimativa de imposto de renda futuro é calculada utilizando as alíquotas oficiais em vigor no fim do exercício. No Brasil, em conjunto com o imposto de renda, inclui-se contribuições sociais futuras. Os valores apresentados como despesas futuras de imposto de renda incluem deduções permitidas, às quais se aplica as alíquotas oficiais. Os fluxos de caixa futuros descontados líquidos são calculados utilizando fatores de desconto de 10%, aplicados ao meio do ano. Esse fluxo de caixa futuro descontado requer estimativas de quando os dispêndios futuros serão incorridos e de quando as reservas serão extraídas, ano a ano.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Informação Complementar sobre Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (não auditada)
(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando especificamente indicado)

A avaliação determinada pelo Tópico de Codificação 932 da SEC requer a adoção de premissas em relação ao momento de ocorrência e ao valor dos custos de desenvolvimento e produção futuros. Os cálculos são feitos no dia 31 de dezembro de cada exercício e não devem ser utilizados como indicativos dos fluxos de caixa futuros da Petrobras ou do valor das suas reservas de petróleo e gás natural.

	Consolidado					Investimentos	
	Internacional**				Total	por Equivalência Patrimonial	
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África			
Em 31 de dezembro de 2015							
Fluxos de caixa futuros	462.364	6.541	4.720	-	11.261	473.625	3.942
Custo de produção futuros	(256.130)	(3.165)	(2.684)	-	(5.849)	(261.979)	(1.404)
Custo de desenvolvimento futuros	(65.449)	(1.056)	(992)	-	(2.048)	(67.497)	(1.228)
Despesa futura de imposto de renda	(61.408)	(527)	(23)	-	(550)	(61.958)	(349)
Fluxos de caixa líquidos futuros não descontados	79.377	1.793	1.021	-	2.814	82.191	961
Desconto intermediário de 10% dos fluxos de caixa estimados *	(36.608)	(588)	(148)	-	(736)	(37.344)	(449)
Fluxos de caixa líquidos futuros padronizados descontados	42.769	1.205	873	-	2.078	44.847	512
Em 31 de dezembro de 2014							
Fluxos de caixa futuros	1.080.516	7.164	11.334	-	18.498	1.099.014	6.282
Custo de produção futuros	(469.252)	(3.743)	(3.687)	-	(7.430)	(476.682)	(1.904)
Custo de desenvolvimento futuros	(70.098)	(1.195)	(2.351)	-	(3.547)	(73.644)	(1.613)
Despesa futura de imposto de renda	(188.740)	(618)	(408)	-	(1.026)	(189.766)	(920)
Fluxos de caixa líquidos futuros não descontados	352.427	1.608	4.888	-	6.495	358.922	1.846
Desconto intermediário de 10% dos fluxos de caixa estimados*	(178.720)	(526)	(1.582)	-	(2.108)	(180.828)	(553)
Fluxos de caixa líquidos futuros padronizados descontados	173.707	1.082	3.306	-	4.388	178.094	1.292
Em 31 de dezembro de 2013							
Fluxos de caixa futuros	1.134.383	16.770	12.071	-	28.841	1.148.794	8.724
Custo de produção futuros	(469.442)	(8.742)	(3.484)	-	(12.226)	(472.233)	(3.051)
Custo de desenvolvimento futuros	(72.675)	(2.146)	(2.795)	-	(4.942)	(66.229)	(1.927)
Despesa futura de imposto de renda	(205.938)	(1.693)	(169)	-	(1.862)	(209.434)	(1.221)
Fluxos de caixa líquidos futuros não descontados	386.328	4.189	5.622	-	9.811	400.898	2.524
Desconto intermediário de 10% dos fluxos de caixa estimados*	(197.760)	(1.435)	(2.288)	-	(3.723)	(209.434)	(820)
Fluxos de caixa líquidos futuros padronizados descontados	188.569	2.754	3.335	-	6.088	191.464	1.704

* Capitalização semestral

** Inclui o valor de US\$ 1.758 referente a ativos classificados como mantidos para venda em 2013.

A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Informação Complementar sobre Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (não auditada)
(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando especificamente indicado)

v) Mensuração padronizada dos fluxos de caixa futuros descontados líquidos relacionados a volumes provados de petróleo e gás e correspondentes movimentações

	Consolidado						Investimentos por Equivalência Patrimonial	
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Total	Total	
Em 01 de janeiro de 2015	173.707	1.082	3.306	-	-	4.388	178.095	1.292
Transferências por perda de controle	-	-	-	-	-	-	-	-
Vendas e transferências de petróleo e gás líquidas do custo de produção	(17.330)	(560)	(403)	-	-	(963)	(18.293)	(248)
Custos de desenvolvimento incorridos	15.536	451	397	-	-	848	16.384	431
Variação líquida em decorrência de compras e vendas de minerais	(34)	(58)	-	-	-	(58)	(92)	-
Variação líquida em decorrência de extensões, descobertas e melhorias de recuperabilidade, menos custos relacionados	6.522	324	-	-	-	324	6.846	487
Revisões de estimativas anteriores de volumes	(29.592)	2	(655)	-	-	(653)	(30.245)	134
Variação líquida de preços, preços de transferência e custos de produção	(185.071)	150	(2.809)	-	-	(2.659)	(187.730)	(1.737)
Variação nos custos futuros estimados de desenvolvimento	(6.948)	(370)	538	-	-	168	(6.780)	(121)
Acréscimo de desconto	17.371	157	314	-	-	471	17.842	130
Variação líquida do imposto de renda	68.608	67	93	-	-	160	68.768	337
Outros - não especificados	-	(40)	92	-	-	52	52	(193)
Em 31 de dezembro de 2015	42.769	1.205	873	-	-	2.078	44.847	512

	Consolidado						Investimentos por Equivalência Patrimonial	
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Total	Total	
Em 01 de janeiro de 2014	188.569	2.754	3.335	-	-	6.088	194.657	-
Transferências por perda de controle	-	-	-	-	-	-	-	-
Vendas e transferências de petróleo e gás líquidas do custo de produção	(38.212)	(652)	(700)	-	-	(1.352)	(39.563)	-
Custos de desenvolvimento incorridos	18.158	546	418	-	-	964	19.122	-
Variação líquida em decorrência de compras e vendas de minerais	-	(1.092)	106	-	-	(985)	(985)	-
Variação líquida em decorrência de extensões, descobertas e melhorias de recuperabilidade, menos custos relacionados	7.197	182	-	-	-	182	7.379	-
Revisões de estimativas anteriores de volumes	16.764	(28)	213	-	-	185	16.949	(30)
Variação líquida de preços, preços de transferência e custos de produção	(33.371)	(255)	(378)	-	-	(633)	(34.004)	(576)
Variação nos custos futuros estimados de desenvolvimento	(11.824)	(361)	38	-	-	(323)	(12.147)	(116)
Acréscimo de desconto	18.857	132	343	-	-	475	19.331	176
Variação líquida do imposto de renda	7.570	(114)	(94)	-	-	(208)	7.363	86
Outros - não especificados	-	(30)	25	-	-	(6)	(6)	362
Em 31 de dezembro de 2014	173.707	1.082	3.306	-	-	4.388	178.094	1.292

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Informação Complementar sobre Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (não auditada)
(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando especificamente indicado)

	Consolidado						Investimentos por	
	Internacional**						Equivalência	
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Total	Total	Patrimonial
Em 01 de janeiro de 2013	188.618	3.200	2.466	3.755	-	9.421	198.039	411
Transferências por perda de controle*	-	-	-	(3.755)	-	(3.755)	(3.755)	3.755
Vendas e transferências de petróleo e gás líquidas do custo de produção	(33.988)	(1.159)	(398)	-	-	(1.557)	(35.545)	(735)
Custos de desenvolvimento incorridos	16.732	656	165	282	2	1.105	17.837	237
Variação líquida em decorrência de compras e vendas de minerais	(1.008)	272	(116)	-	-	157	(851)	(1.878)
Variação líquida em decorrência de extensões, descobertas e melhorias de recuperabilidade, menos custos relacionados	33.171	-	673	-	-	673	33.844	-
Revisões de estimativas anteriores de volumes	(4.075)	28	936	-	-	963	(3.112)	84
Variação líquida de preços, preços de transferência e custos de produção	(9.710)	(373)	(351)	(282)	(2)	(1.665)	(10.718)	(416)
Variação nos custos futuros estimados de desenvolvimento	(19.155)	(404)	(346)	-	-	(750)	(19.905)	(86)
Acréscimo de desconto	18.862	447	271	-	-	718	19.579	251
Variação líquida do imposto de renda	(877)	189	(12)	-	-	176	(701)	272
Outros - não especificados		(102)	46	-	-	(56)	(56)	(192)
Em 31 de dezembro de 2013	188.569	2.754	3.334	-	-	5.431	194.657	1.704

*Valores transferidos de entidades consolidadas para não-consolidadas em função da desconsolidação da PO&G, conforme nota 10.2

** Inclui o valor de US\$ 1,758 referente a ativos classificados como mantidos para venda.

A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.